Sociedade e Estado

ISSN 0102-3772

VOLUME V NÚMERO 1 JANEIRO-JUNHO 1990

DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

SOCIEDADE & ESTADO

Revista semestral do Departamento de Sociologia da UnB

Volume V, n.º 1, janeiro/junho 1990

Impresso no Brasil
Sob responsabilidade do Departamento de Sociologia
da Universidade de Brasília
Campus Universitário – Asa Norte
70910 Brasília – Distrito Federal

Copyright © 1990 by Departamento de Sociologia da Unb

É permitida a reprodução de artigos com a menção da fonte

Coordenação Geral
Maria Lucia Maciel
Elimar Pinheiro do Nascimento

Conselho Editorial

Gabriel Cohn
Maria Suzana Arrosa Soares
Fernando Corrêa Dias
Silke Weber
José Albertino Rodrigues
Bernardo Sorj
Ivan Sérgio Freire de Souza
Maria Brandão
César Barreira
Walder de Góes
Otávio Guilherme Velho
Gilberto Velho
Wanderley Guilherme dos Santos
Hélgio Trindade

Parecerístas deste número

Abdias Villar de Carvalho
Anette Goldberg
Benício Viero Schmidt
Brasilnar Ferreira Martins
Carlos Benedito Martins
Eli Diniz
Eva Blay
Fernando Correa Dias
Francisco de Oliveira
Gabriel Gustavo
Gustavo Ribeiro
Inaiá Moreira de Carvalho
João Gabriel Teixeira
José Augusto Drummond
José Vicente Tavares
Maria Salete Machado
Maria Stela Grossi Porto
Olavo Brasil
Paulo Krischke
Pedro Jacobi
Rubem Oliven
Yves Chaloult

Publicado com o apoio do CNPq

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

I _ Tipo de Colaboração aceita pela revista

Trabalhos originais em Sociologia e áreas conexas que digam respeito à relação Sociedade/Estado no contexto da atualidade brasileira que se enquadrem nas seguintes categorias:

1. Artigos resultantes de pesquisa científica na área de Ciências Sociais.
2. Discussões teóricas levando ao questionamento de modelos existentes e à elaboração de hipóteses para pesquisas futuras.
3. Revisões críticas (resenhas, ensaios bibliográficos) de literatura relativa a assuntos de interesse para o desenvolvimento da Sociologia.

II. Apreciação pela comissão editorial

1. Os trabalhos enviados serão apreciados pela comissão editorial que poderá fazer uso de Consultores, caso não disponha de especialista na área abordada no artigo. Os autores serão notificados da aceitação ou recusa de seus artigos.
2. Eventuais sugestões de modificações de estrutura e/ou conteúdo que se façam necessários deverão ser notificadas ao autor, que se encarregará de fazê-las no prazo máximo de um mês.
3. Não serão permitidos acréscimos ou modificações depois que os textos tiverem sido encaminhados à gráfica.

III. Forma de apresentação dos originais

1 Os originais deverão ser encaminhados em três vias, datilografados em espaço duplo, não excedendo trinta laudas.

2. Os artigos deverão ser acampanhados de um resumo que sintetize os propósitos, métodos e principais conclusões, assim como de dados sobre o autor (instituição, cargo, áreas de interesse, últimas publicações, etc.).

3 As notas de pé-de-página devem ser de natureza substantiva (não-bibliográficas) e reduzidas ao mínimo necessário. As menções a autores no correr do texto devem subordinar-se à forma (autor, data) ou (autor, data, página).

4. A bibliografia será apresentada ao final do texto, em ordem alfabética pelo último sobrenome do autor, de acordo com as normas usuais.

IV. O autor principal de cada artigo receberá três exemplares da revista na qual seu artigo foi publicado.

Revista SOCIEDADE E ESTADO – Vol. IV – nº 2 – Julho-Dezembro 1989

SUMÁRIO

Pág.

Apresentação 3

ARTIGOS

Educação, Ciência e Tecnologia: Da Constituinte ao Plano Collor 5
– Ana Maria Fernandes, Benício Viero Schmidt e
– Maria Lucia Maciel

O Neo-liberalismo brasileiro: Uma Cartola na Senegâmbia? 25
– Tarcísio de Lima Costa

Liderança e sua Tópica no Imaginário dos Líderes 39
– Beatriz Lavieri

O Imaginário Oligárquico e a Modernização Agrária no Brasil: Pilhagem, Apropriação. Especulação 49
– Paulo Henrique Martins

Seca: Reprodução e Rebelião 71
– César Barreira

A Terapia Weberiana da Modernização 93
– Jessé José Freire de Souza

NOTAS DE PESQUISA

Temas e Tendências da Sociologia Rural: a experiência recente da Universidade de Brasília 105
– Maria Stela Grossi Porto

Estado-Providência e Neo-Corporativismo 117
– Bérengère Marques Pereira

RESENHAS

A Construção da Ciência no Brasil e a SBPC de Ana Maria Fernandes. Por Maria Lucia Maciel 133

Da Horda ao Estado: Psicanálise do Vínculo Social de Eugène Enriquez. Por Elimar Pinheiro do Nascimento 134

Os Intelectuais e a Política no Brasil de Daniel Pécaut. Por Mariza Velloso Motta Santos 137

O Sul, Caminho do Roçado: Estratégias de Reprodução Camponesa e Transformação Social de Afrânio Raul Garcia. Por Fausto Miziara 140

APRESENTAÇÃO

Neste número, o Estado é o principal protagonista. E, em certo sentido, não podia deixar de ser. Nesta passagem de 1989 para 1990, passagem também de um governo para outro, o tema central dos debates tem sido, tanto na política quanto nas ciências sociais, o papel do Estado, a questão do "Estado Mínimo", as traduções brasileiras do neo-liberalismo. Nossa revista reflete, necessariamente, os debates atuais. Veremos que, em quase todos os artigos, mesmo quando o objeto explícito não é o Estado, ele aparece como um ator importante na dramaturgia das relações de poder, no campo e na cidade.

A discussão do "Estado Mínimo" perpassa toda a análise dos limites e possibilidades das políticas públicas para educação, ciência e tecnologia, que abre este número. Identificam-se aí, como em outros textos da revista, eixos de continuidade – neste caso, entre o contexto da Constituinte e as políticas do governo Collor.

A definição do Estado-Providência a partir da noção de neo-corporativismo propõe uma hipótese teórica que pode contribuir para entendermos a natureza desse nosso Estado. Bérengère Marques-Pereira toca, ainda que indiretamente, nas "idéias fora do lugar" ao discutir a aplicação de modelos europeus aos nossos tristes trópicos. Este é, mais explicitamente, o tema sub-jacente à análise crítica, feita por Tarcísio L. Costa, da incorporação do neo-liberalismo no Brasil.

O Estado aparece, ainda, com um papel importante no cenário rural, em dois artigos: tanto Paulo Henrique Martins quanto César Barreira mostram, a partir de perspectivas diferentes, como a ação do Estado contribuiu para a manutenção e reprodução de estruturas de poder arcaicas no campo. O primeiro, com um estudo sobre o imaginário das oligarquias rurais e o segundo com uma pesquisa que demonstra como a seca contribui nesse processo de reprodução de poder.

Poder local é também o tema de Beatriz Lavieri, sob outra ótica: seu artigo procura reconstruir, a partir de pesquisa realizada em João Pessoa, como se forma a auto-percepção de líderes locais.

Um texto ao mesmo tempo mais denso e mais otimista propõe uma "terapia" para o mal-estar da civilização moderna, através de um trabalho teórico construído sobre as bases da crítica weberiana à jaula de ferro da modernidade.

Por fim, com este número inauguramos uma nova seção: as Notas de Pesquisa. Nosso objetivo é publicar e divulgar reflexões instigantes surgidas no processo de pesquisa, que ainda não resultaram em conclusões fechadas ou propostas acabadas mas têm o mérito de estimular o debate e a produção na sua área.

Este é o caso do trabalho de Maria Stela Grossi Porto que, a partir de sua experiência de pesquisa sobre tecnologia agropecuária, faz um levantamento da produção recente da UnB e propõe, nas suas reflexões, uma ampliação do próprio conceito de tecnologia.

Este é também o caso do texto, já mencionado, de Bèrengere Marques Pereira.

Esperamos, portanto, contribuições que estimulem o debate nos diversos campos de pesquisa.

Maria Lucia Maciel

EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA: DA CONSTITUINTE AO PLANO COLLOR*

Ana Maria Fernandes**
Benício Viero Schmidt**
Maria Lucia Maciel**

RESUMO

A exposição de algumas análises resultantes da pesquisa Universidade, Ciência e Tecnologia na Constituinte e das políticas atuais em educação, ciência e tecnologia tem como eixo central a questão do "Estado Mínimo". Procura-se mostrar aqui, discutindo a questão do corporativismo e as interpretações brasileiras do "neo-liberalismo", uma linha de continuidade nas relações Estado/sociedade civil e nas conseqüentes possibilidades (e limites) da implementação de políticas públicas nessas áreas.

Introdução

No último período de governo (1985-90) as relações entre Estado e Sociedade Civil estiveram bastante determinadas pelo ambiente político gerado pela **Abertura Política.** Os partidos políticos existentes foram ultrapassados por extensivos movimentos sociais, ficaram acoplados a interesses de grupamentos corporativos e perderam a opotunidade de se distinguir como pólos relativamente autônomos de projetos político-sociais e econômico alternativos. Com exceção do PT (Partido dos Trabalhadores) esta foi a regra, e tem sido a marca das relações entre Estado e Sociedade Civil no Brasil contemporâneo.

Com o processo de constitucionalização (1986-88) essas características se ampliaram. A sociedade exerceu inusitada pressão direta sobre o Congresso Constituinte, fazendo aprovar uma constituição concessiva nos direitos formais da cidadania moderna e débil na sua capacidade de implementação.

---

* Este artigo apresenta alguns resultados parciais de pesquisa realizada com apoio do CNPq. Outros estudos serão publicados no próximo número de SOCIEDADE E ESTADO (Vol. 5, nº 2).

** Professores do Departamento de Sociologia da UnB e pesquisadores do Núcleo de Política Científica e Tecnológica/UnB.

Uma característica resultante desse contexto de relações é a exacerbação corporativa, que comanda a atual cena política. Neste sentido, como exemplo está a recente sindicalização dos servidores públicos (decorrência da nova Constituição), que tem levado ao fortalecimento da capacidade política de grupos funcionais à articulação de interesses acima dos partidos políticos existentes e ao comprometimento do funcionamento do próprio Estado. A falta de definição legal sobre "atividades dos trabalhadores em setores essenciais", aliada à mencionada exacerbação corporativa, fora de qualquer projeto político que encare a questão da gerência e finalidade dos serviços públicos em si mesmos, torna o quadro de relações muito complicado, de difícil solução negociável em uma perspectiva de tempo razoável.

Os **outputs** gerados pelo Estado, na perspectiva para realização de políticas públicas, são insatisfatórios de modo geral. A máquina administrativa carece de eficácia e o modo como as pressões sociais são encaminhadas exacerbadamente prejudicam a estruturação de um sistema eficiente e responsivo do Estado frente às demandas sociais. O desperdício e corrupção na execução de programas públicos são decorrentes corolários desta situação.

Como veremos adiante, as políticas para as áreas de Educação, Ciência e Tecnologia não escapam a esses comentários de ordem geral.

Constituinte: Conjunturas e Conciliação*

É possível, num exame sucinto da realidade brasileira, identificar uma série de fatores que dificultariam o trabalho de elaborar um novo texto Constitucional para o país. Esses não são, evidentemente, fatores surgidos repentinamente às vésperas da Constituinte, mas são a manifestação, naquele momento, do ponto a que haviam chegado processos históricos de industrialização acelerada, urbanização crescente, endividamente externo, crescimento da dívida interna, processo inflacionário, desgaste salarial.

O desenvolvimento desses processos em conjunto culminam em grave crise econômica que se expressa de forma dramática no fracasso do Plano Cruzado. Esta derrota parece ter resultado, principalmente, de pressões do setor financeiro sobre os setores produtivos (Schmidt, 1989:151) – conflito este que vai se refletir na relação de forças entre representantes dos dois setores na Assembléia: O desgaste do Plano Cruzado, praticamente revogado logo após as eleições de novembro de 1986, resulta em aceleração da inflação e arrocho fiscal além de revelar claramente à opinião pública a manora eleitoreira promovida pelo governo para garantir a defesa de seus interesses na Assembléia Nacional Constituinte.

Este último fato representa uma das interferências conjunturais na questão mais ampla da representatividade, discutida mais adiante. O problema aqui é que, mais uma vez, as eleições deixaram para segundo plano a questão das reformas institucionais e a campanha concentrou-se nos problemas econômi-

* Colaboraram os bolsistas Chrystine Trigueiro, Ana Beatriz Magno e João Carlos Teixeira.

cos imediatos. A eleição da Constituinte poderia ter trazido para o debate público as questões fundamentais, mas sua coincidência com a crise do cruzado e com eleição para os governos estaduais submergiu a questão da institucionalização da democracia, influindo, inevitavelmente, na composição da Assembléia Nacional Constituinte.

Mesmo depois de instalada a Assembléia Nacional Constituinte, os trabalhos organizavam-se em função do tom da campanha e da conjuntura econômica. Em vez de partir da formulação de um arcabouço institucional para a Nação, abriu-se às reivindicações e demandas econômicas particularistas e corporativistas de vários segmentos: tanto os que buscavam preservar posições vantajosas obtidas nos anos (ou década) anteriores, quanto os que pretendiam se ressarcir dos prejuízos (percebidos) acumulados. Em suma, a crise econômica reforça a dificuldade para satisfazer as expectativas de justiça social suscitadas pelo processo de democratização.

Esta questão aponta para mais um aspecto desse panorama brasileiro no período em questão. É que o processo de modernização e mudanças econômicas profundas alteraram, nos últimos cinqüenta anos, a própria estrutura social, inclusive nos seus modos de organização e representação e nos padrões de comportamento dos grandes agregados sociais, tanto na área urbana quanto na rural.

Cresce o empresariado urbano, com destaque para pequenas e médias empresas, e multiplicam-se suas associações; o sindicalismo industrial afirma-se como força social ativa e altamente visível frente à opinião pública; há um sem-número de associações das classes médias e de profissionais liberais; e cresce, talvez mais que todos os outros setores, o sindicalismo rural – com a concomitante organização dos dos latifundiários resultará na criação da UDR – União Democrática Ruralista, extremamente ativa no período 87-88, tanto em pressões junto à Constituinte quanto em ações violentas no campo.

Este conjunto complexo e altamente problemático de elementos que compõem o quadro nacional em busca de uma moldura institucional adequada é agravado por um contexto político-institucional (em 86-87) de virtual paralisia do processo de transição democrática, concomitante a uma crise de governabilidade (Schmidt, 1987).

A crise econômica leva o governo Sarney – que é, em si, apenas um momento de uma transição demasiadamente longa – a agir contrariamente às aspirações democráticas: adota primeiro as decisões, investido do consenso da demanda por intervenção (Plano Cruzado), e depois busca apoio plebiscitário (eleições de 86). As disputas eleitorais desequilibraram a coalização partidária de sustentação da Nova República, desencadeando prematuramente um processo sucessório – que pairou todo o tempo sobre a Assembléia Nacional Constituinte – e uma corrida aos postos de decisão que paralisavam o processo de transição e tolheram a ação do governo. Com base parlamentar frágil, não consegue sustentação política para uma política consistente de mais longo prazo: a crise econômica vai se agravando, continua a desestruturação da política-partidária, presa às demandas setoriais e acalentada no fisiologismo, é incapaz de propor políticas alternativas. Os partidos definem-se, neste contexto, apenas por funções eleitorais e para a administração de interesses de clientelas.

Acrescente-se a isto que a nossa transição, mais semelhante à da Espanha que à da Grécia não representa um colapso que emana de fatores principalmente externos, mas resulta de um processo interno – isto é, iniciado **de dentro** – acompanhado de fatores externos. Isto determina um alto grau de continuismo e de indefinição institucional, principais características da nossa transição.

Enquanto isso, tentativas de controle sobre o Executivo resvalam para um confronto simultâneo entre os parceiros da Aliança Democrática e entre Executivo e Legislativo. Nesse duplo jogo, o PMDB enfraquece a Presidência e a ação do Presidente resulta em maior fragilidade do partido majoritário, agravando-se a crise de governabilidade, paralisando o processo de transição e revelando à luz do dia a fragilidade de instituições democráticas/representativas na sociedade brasileira.

A questão mais ampla que parece ter dominado os debates conceituais, mais abstratos, em torno da elaboração constitucional quanto (explícita ou implicitamente) às negociações da e na Constituinte é a do papel do Estado na organização da sociedade. As configurações que o debate tomou emanam do contexto esboçado anteriormente e situam-se, ainda que de forma confusa e distorcida, no debate mundial em torno do neo-liberalismo.

Discutem-se, mundialmente, a crise do Keynesianismo ou do "Welfare State", a chamada explosão de demandas sociais e a multiplicação de formas participativas/representativas extra-partidárias (Santos, 1986:20). Não se poderia imaginar que o Brasil ficasse impermeável a essa discussão, principalmente levando-se em conta o contexto social/econômico/político esboçado. Mas a aparente hegemonia do neo-liberalismo e a apologia do "Estado Mínimo" tornam-se, no Brasil, um "adereço legitimador, pelo prestígio, de práticas arbitrárias, diametralmente opostas aos valores que, em sua versão original, buscam justificar: autonomia da pessoa, universalidade da lei, cultura desinteressada, ética do trabalho" (Costa, 1990:4).

Não há dúvidas de que a condição basica das Constituições e instituições duradouras das democracias liberais foi um compromisso real quanto à distribuição social do poder. Este compromisso, aqui, não foi possível, devido a uma soma particular de razões históricas com o quadro conjuntural descrito. Ao invés, chegou-se mais próximo da "Conciliação" descrita por Michel Debrun (1983).

O liberalismo como princípio de organização da vida coletiva implicaria a defesa de uma Constituição que se limitasse a traçar o quadro geral da organização social, e não avançar na determinação concreta dos seus rumos. Nossos liberais, porém, são outros, e operam a conciliação para a manutenção da dominação e das garantias de proteção estatal. O próprio liberalismo torna-se "inimigo" quando enfatiza em excesso o "principio do mercado".

A crise econômica do contexto 86-87 é um fator conjuntural que reforça as demandas históricas de parte do empresariado (a parte mais "prejudicada" pela crise) por defesa e proteção estatal. O que se observou na Constituinte não foi a hegemonia dos liberais (pouquíssimos) na direita ou no centro e sim o ressurgimento de uma direita conservadora que se manifestou claramente

neste sentido quanto à reforma agrária, reforma urbana, estabilidade dos trabalhadores, direitos das mulheres, etc.

Essas forças conservadoas traduziam a tendência "neo-liberalizante" internacional de acordo com os seus interesses, advogando a manutenção do Estado garantidor da atividade econômica privada pela doação de capital social controlado pelo Estado ao capital privado, preservando o acesso a créditos e subsídios estatais, e apenas secundariamente mantenedor de atividades sociais como educação, saúde e infra-estrutura (Schmidt, 1989).

As outras grandes questões colocadas à Constituinte decorrem em grande parte da que foi exposta acima, assim como suas respostas possíveis. Fábio Wanderley Reis explicitou uma delas ao definir a diferença entre democracia social e democracia política, perguntando se haveria, no Brasil, condições sociais para uma democracia política e, inversamente, condições políticas para a instituição de uma democracia social (Reis, 1986:23). Vimos que a tradução distorcida do liberalismo e do compromisso social, desviada ainda mais pela conjuntura econômica e política, não permitiria uma real distribuição social do poder.

A mobilização da sociedade civil nos anos 80 e o desenvolvimento das tensões sócio-econômicas permitiram um certo avanço no sentido da democracia política. Esta tornava-se necessária para assegurar a continuidade da estrutura de poder existente. Justamente por isso sua participação na relação de forças ainda não era suficiente para lhe permitir uma verdadeira autonomia face ao poder. Em outras palavras, não se atingiram as condições políticas para a instituição de uma democracia social.

O contexto político-econômico e o tratamento dado às principais questões pelos diversos grupos de interesses já indicam, de partida, a inevitabilidade do texto analítico que detalhasse o quinhão de cada um. Um texto analítico só pode mesmo refletir esse "país real" suscintamente descrito. O esboço de um "país ideal" só poderia ser traçado em outro quadro e em texto sintético que apenas adiantasse os grandes princípios da organização social.

Por esses fatores já traçados também não seria possível a existência de um texto prévio que servisse como ponto de partida. A tentativa da Comissão Afonso Arinos ficou apenas como símbolo do arremedo de "Convenção de Philadelphia", em nosso contexto, impossível.

A grande questão do papel do Estado e do "neo-liberalismo" defendido por parte do empresariado e de parlamentares a eles ligados passou por nuances e contradições várias devidas, por um lado, às próprias divisões internas do pesado "lobby" empresarial e, por outro, à composição heterogênea e ao comportamento fisiológico do grupo parlamentar que o representava.

O discurso aparentemente hegemônico que defendia o "Estado Mínimo", a abertura ao capital estrangeiro, a modernização das relações capital/trabalho e uma estrutura produtiva mais eficiente no campo se esfacelava diante dos interesses específicos dos diversos segmentos empresariais e das ambições pessoais de seus representantes na Assembléia Nacional Constituinte. Essa fragmentação era acirrada pelos trancos e barrancos da crise econômica e de governabilidade e das políticas econômicas desastradas do Governo Sarney.

Assim, montavam-se e desfaziam-se eixos de negociação e alianças em

função de temas específicos. A defesa da abertura ao capital estrangeiro e da "desregulamentação" da economia era liderada pelo setor financeiro e pelo setor industrial multinacional, além do nacional a ele associado. A reserva de mercado colocava, num pólo, os empresários da área de informática (ABICOMP – Associação Brasileira das Indústrias de Computadores) como também de química fina e produtos farmacêuticos (ALANAC – Associação de Laboratórios Nacionais) e, no outro, o empresariado ligado ao capital estrangeiro e, principalmente, os exportadores, primeiros a sofrer com as retaliações do governo americano às políticas protecionistas brasileiras.

As Forças Armadas e a Igreja Católica também "flutuavam" entre partidos e ideologias diversas conforme o tema em pauta, participando, portanto, de forma diferenciada nos diversos eixos de negociação. Asim por exemplo, a Igreja apoiou os parlamentares ditos "progressistas" ou "de esquerda" na questão da Reforma Agrária, mas livrou uma batalha aguerrida ao lado dos grupos conservadores e privatistas na questão do ensino privado, defendendo suas escolas e as PUCs.

O eixo de interesses que coincidiam na articulação religião/educação/comunicação aproximou os "evangélicos" (40 parlamentares) do grupo apoiado pelas grandes empresas de comunicação (ABERT – Associação Brasileira de Empresas de Rádio e Televisão) cujo "lobby" mais forte e mais presente era liderado pela Rede Globo com apoio interno dos deputados Ângelo e Luís Eduardo Magalhães, respectivamente irmão e filho do Ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães que, por sua vez, interferiu diretamente nos trabalhos constituintes nos momentos cruciais para o setor como também da Igreja Católica no caso da defesa das verbas públicas para o ensino privado, neste momento aliando-se também à FENEN – Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino.

Desta forma, nos temas por nós enfocados, as interferências nos resultados nem sempre vinham de atores diretamente ligados a esses temas (universidade, ciência e tecnologia), mas emanavam de alianças conjunturais de apoio a interesses economicamente poderosos. A aliança acima identificada interferiu no tema da ciência e tecnologia ao ponto de a respectiva Sub-Comissão (ciência, tecnologia e comunicação) e a Comissão Temática não conseguirem produzir relatórios finais, tumultuadas e impedidas que foram pelas pressões advindas da área de comunicação. O tema ciência foi praticamente ignorado e o da tecnologia relegado para segundo plano enquanto evangélicos e empresários da área de comunicação tentavam impedir mudanças nas regras para concessão de canais e o governo distribuía concessões em troca de posicionamentos favoráveis.

Enquanto isso, era a Comissão da Ordem Econômica que recebia as pressões a respeito (contra ou a favor) da reserva de mercado na informática e em outras áreas, conforme os eixos de negociação já delineados e tendo como representantes, de um lado, Roberto Campos, Delfim Neto e Francisco Dornelles e, do outro, principalmente o Senador Severo Gomes, relator da comissão.

Devido às diversas fragmentações no bloco do empresariado e no grupo parlamentar conservador, refletindo a pressão externa da opinião pública e da crise econômica e revelando a capacidade de articulação de alguns grupos

"progressistas", o texto que vai surgindo na Comissão de Sistematização na redação do Deputado Bernardo Cabral é interpretado pelas forças conservadoras como uma derrota. Em vista disso, e procurando modificar por qualquer meio o texto considerado perigoso, articula-se a frente parlamentar denominada "Centrão". Com apoio logístico e financeiro do empresariado, o "rolo compressor" do Centrão consegue até mesmo a alteração do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte visando a facilitar modificações com **quorum** garantido de 280 representantes da direita e centro-direita.

No final de 87, a truculência e o fisiologismo de alguns parlamentares do Centrão, aliados às declarações do Presidente da República e "ameaças veladas" de alguns militares, a imprensa começa a mencionar a "desestabilização" da Constituinte e a OAB acusa a UDR de fazer um discurso de "nuances golpistas".

A essa altura, implodiam as bases do PMDB e do PFL, alargava-se o racha nas relações Executivo/Legislativo e abriam-se brechas para a intromissão militar. Enquanto isso, parte do empresariado exigia eleições em 88 (ao final da Assembléia Nacional Constituinte), pela falta de credibilidade do Governo Sarney e por sua incapacidade de controlar a economia. Quem mais vociferava neste sentido era Ronaldo Caiado, líder da UDR. Havia um segmento pronunciando-se a favor do parlamentarismo, alguns advogandc quatro anos de mandato, outros cinco.

Em 11 de noembro de 87 o porta-voz da Presidência anuncia que "o Presidente considerará pessoalmente rompidos com ele e com o governo todos aqueles que votarem contra os cinco anos de mandato", o que seria considerado, ainda segundo o porta-voz, um "ato de hostilidade" e uma "declaração de guerra".

Apesar das pressões, a Comissão de Sistematização aprova os quatro anos para Sarney, imobilizando, por tabela, o empresariado e o Centrão. Outras táticas e outras conjunturas irão inverter o texto ao final do processo Constituinte.

Enquanto isso, os empresários do setor financeiro (FEBRABAN – Federação Brasileira de Bancos/FENABAN – Federação Nacional de Bancos), os ligados ao comércio exterior (AEB) e representantes de empresas multinacionais armam uma ofensiva verbal contra a Constituinte, que – segundo eles – nega o capitalismo moderno e a livre iniciativa e contra o Governo Sarney, criticando a recusa do Brasil em negociar com o FMI (o pagamento dos juros da dívida externa tinha sido suspenso em 20 de fevereiro daquele ano) e a paralisia governamental.

Apesar da intensa mobilização desses segmentos a Comissão de Sistematização vota a proteção ao mercado interno (68x10, com 1 abstenção), a autonomia da pesquisa (83x8,1 abstenção) e a participação dos trabalhadores nos benefícios advindos da modernização tecnológica da empresa, entre outros pontos considerados "inaceitáveis" pelo empresariado e seus representantes no Congresso. Mais uma vez, é possível explicar o fato pelas conjunturas. No plano interno, os ataques do Executivo à Assembléia Nacional Constituinte e as matérias da imprensa que indicavam tentativas de "desestabilização da Constituinte" acirraram os ânimos e produziram uma reação de reafirmação da auto-

nomia da Assembléia; no plano externo, retaliações americanas às políticas protecionistas brasileiras, decididas no dia 13 de novembro por Ronaldo Reagan, estavam estampadas em grandes manchetes dos jornais no dia seguinte, em que se votava, justamente, a proteção ao mercado interno. A reação nacionalista às medidas americanas produziram o texto que Roberto Campos depois chamaria de xenófobo e retrógrado.

Essas questões não-resolvidas continuarão na origem dos impasses que se verificam em 1988. Fala-se ainda em golpe militar e na renúncia possível de Sarney, em função das pressões em favor do presidencialismo e do mandato de cinco anos. "Resolvidas" estas questões, em maio de 1988, o empresariado volta à carga nas questões que lhe interessam mais diretamente, cobrando os apoios dados.

Reproduzem-se os rachas nas fileiras do Centrão, seguindo as mesmas linhas verificadas em 87. Por outro lado, a intensa mobilização de empresários da indústria nacional de informática e fármacos (ABICOMP, ABINEE, ANALAC) aliados a cientistas e pesquisadores (SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência) e profissionais do setor (FNE – Federação Nacional dos Engenheiros) resulta no que a ABICOMP considera uma "vitória". Se considerarmos em conjunto o texto da Ordem Econômica e o do Capítulo de Ciência e Tecnologia, vemos que se chegou a um meio termo entre "xenofobia" e "entreguismo" que, na correlação de forças em ação, representava de fato uma vitória para os grupos ditos de centro-esquerda nacionalistas.

Dentro do quadro geral da Constituinte examinado até agora, vemos que, quando traduzida na prática, a retórica brasileira da modernização não inclui o desenvolvimento científico e tecnológico, no qual estamos incluindo a questão da Universidade. Isto se aplica a praticamente todos os grupos de interesse que se manifestaram durante o processo Constituinte como também à grande maioria dos parlamentares. Constituem exceção apenas as categorias profissionais diretamente ligadas à produção de ciência e tecnologia e empresários das áreas de informática, química fina e biotecnologia, que constituem uma minoria do empresariado, tanto em termos numéricos quanto em termos de "poder de fogo".

"Modelo de desenvolvimento", "neo-liberalismo" e "papel do Estado" tornaram-se expressões retóricas para pronunciamentos da tribuna e à imprensa; negociava-se, na prática, a defesa dos interesses imediatos de cada um. Conjunturas não apenas alteraram ou definiram os rumos dos temas em pauta, como também relegaram para segundo plano ou deslocaram totalmente do debate ouras questões sérias da ordem institucional brasileira.

Constituinte, Associações Científicas e Ciência e Tecnologia*

Na análise do papel das associações científicas na definição de algumas propostas para a Constituição brasileira, o nosso foco de análise é a SBPC,

---

* Colabora nesta pesquisa o bolsista do PET/CAPES João Vicente R. B. da Costa Lima, aluno de graduação do Departamento de Sociolgia, UnB.

pela sua tradição de defesa das questões relacionadas a ciência e tecnologia (C&T) e de questões mais amplas, tais como a ecologia, a questão indígena e a redemocratização do país. Como uma associação nacional e multidisciplinar, e das mais antigas no Brasil, a hipótese é de que tivesse tido um papel de liderança no movimento de associações científicas e profissionais, e se não teve dever-se-ia investigar que interesses foram mais fortes e mais mobilizadores e por que Ennio Candotti, atual presidente da SBPC, considera que ela influenciou na aprovação de um capítulo exemplar sobre meio ambiente, contribuiu no de educação, influiu naquele de ciência e tecnologia onde se fala, ao mesmo tempo, do papel da ciência básica e da política industrial[1].

O objetivo da pesquisa seria uma análise retrospectiva de como se articularam as diferentes associações com os partidos políticos, ou com representantes dos mesmos, para aprovação de suas propostas.

Recuperemos um pouco a história da atuação, tanto dos movimentos sociais (alguns deles podem ser caracterizados por organizações), quanto dos partidos políticos, e de suas relações, para entendê-los no momento do processo constituinte.

Os movimentos sociais urbanos ganham força e visibilidade no final da década de 70 e tinham uma grande **"desconfiança"** os partidos políticos:

> A intensa atenção dedicada à sociedade "civil", em oposição à sociedade "política", não ocorreu sem alguns problemas estratégicos para a oposição democrática. Importantes segmentos da Igreja e do novo movimento dos trabalhadores – dois segmentos-chaves da sociedade civil – mostravam profunda desconfiança com relação a "intermediários" e "negociações" ... Os partidários dessa corrente ideológica inclinavam-se a desconfiar, profundamente, dos partidos políticos. Os políticos de oposição no Congresso, por sua vez, eram tidos como desacreditados, e poucos vínculos orgânicos se forjavam entre essas forças de oposição, cujos recursos ideológicos e materiais provinham da arena da sociedade civil, e aquelas forças de oposição cujos recursos e estilo de atuação estavam associados à arena da sociedade política[3].

Isto é observável também na história da SBPC, uma desconfiança em relação aos políticos, e um certo receio de que eles utilizassem a mesma para fins politiqueiros, conforme depoimentos recebidos em 1984. Se os movimentos sociais, em geral, não utilizavam os partidos políticos para veicular suas demandas ao executivo, como intermediários, e os colocavam em segundo plano, esta posição repercutiu também no discurso acadêmico, segundo Stepan:

> Já que a sociedade civil era a celebridade da abertura e o discurso predominante privilegiou a dicotomia sociedade civil versus Estado, tanto militantes como acadêmicos tenderam a diminuir o papel dos partidos, do Congresso e das eleições, e a "sociedade política" foi relativamente deixada de lado na literatura ...[3]

Com a redemocratização cabe perguntar se houve um fortalecimento

dos partidos políticos, como seria de se esperar, e uma melhoria de sua imagem. A aliança PMDB-PFL, teórica e praticamente, responsável pela gestão do período de transição, apresentou vários problemas: os partidos não se colocaram como gestores, não formularam um programa de governo e não se fortaleceram, a não ser em momentos específicos, como por exemplo, o PMDB no momento de sucesso do Plano Cruzado. Posteriormente, ele tenta desvincular sua imagem do executivo, principalmente da desgatada gestão do presidente Sarney.

Uma onda de desmoralização dos políticos e dos partidos políticos, ou de "desconfiança popular" começa a ganhar força[4].

É importante verificar que percentagem dos parlamentares eleitos ainda representa os políticos tradicionais e que papel efetivo eles representam nos partidos. Quando se analisam os partidos políticos, análises post-facto demonstram que eles não possuíam projetos, ou visões conjuntas, para a maioria dos questões tratadas pela Constituinte. No caso dos militares isso fica claro, conforme análise de Martins (1989), os militares estabeleceram um projeto e **lobbies** para determinar o lugar preciso para o grupo e a instituição na nova Carta, e os civis, os partidos políticos, não. O DIAP publicou uma avaliação dos votos dos parlamentares (por que não dos partidos?), sobre as questões relacionadas aos trabalhadores. Seria interessante uma analise da correlação de votos intrapartidária e extrapartidária e de suas discrepâncias.

Se os partidos políticos não tinham um "projeto para o Brasil" em nível constitucional, ou talvez nem mesmo para aspectos específicos deste Brasil, abriu-se um imenso espaço para a atuação dos "movimentos sociais organizados", especialmente nas fases das Subcomissões e das Comissões Temáticas, através tanto das emendas populares, quanto das audiências públicas. Nas Duas fases posteriores, as das Comissões de Sistematização e da votação (1º e 2º turno) em Plenário as possibilidades de atuação destes grupos foi bem menor, funcionando talvez apenas o **lobby** de bastidores. Uma exceção seria a atuação da UDR, que comandou a votação sobre a lei da reforma agrária no próprio Congresso.

O espaço aberto pelo próprio regulamento da Constituinte aos grupos organizados da sociedade civil, a ausência de projetos dos partidos políticos, o grau de organização destes grupos no período anterior da ditadura militar, explicariam, pelo menos em parte, o papel ativo que eles tiveram na definição de algumas propostas, ou os conflitos entre visões de mundo contraditórias, defendidas por diversos grupos, e os parlamentares, num primeiro momento, apenas como "receptores" ou intermediários destes interesses.

A nossa análise centra-se na atuação das associações científicas. Achamos importante incluir as associações profissionais, dado o papel ativo que várias delas tiveram durante a Constituinte, especialmente a Federação Nacional dos Engenheiros (FNE), que liderou o Movimento de Ciência e Tecnologia, e também a própria ANDES e UNE, se é que podemos considerá-las profissionais. Não pretendemos dar destaque às propostas dos órgãos estatais, como CNPq, Ministerio ou Secretaria de Ciência e Tecnologia, apesar de estarmos analisando os depoimentos de seus representantes, principalmente nas audiências públicas. Propomos uma classificação destas associações em:

TABELA 1
TIPOS DE ASSOCIAÇÕES

TIPO REPRESENTANTE	MAIS DE UMA DISCIPLINA	UMA DISCIPLINA
Científicas	SBPC	ABA/ANPED
Profissionais	ANDES, UNE	FNE

Supomos que as associações profissionais, representantes dos interesses de unm setor específico, defenderam propostas mais circunscritas aos seus interesses imediatos e, contrariamente, associações profissionais ou científicas representantes de vários setores tiveram uma "visão" mais abrangente de um "modelo constitucional de sociedade". Mas é claro que um sistema classificatório empobrece a realidade e que a história explica mais a atuação destas associações. Supomos que por toda a história, por ex. da OAB, e mesmo da UNE, de combatividade, defesa dos diversos aspectos de uma sociedade democrática e justa, no caso da OAB, apesar de representar apenas advogados, e a UNE apenas estudantes, elas teriam tido uma capacidade de atuação mais ampla na Constituinte.

Na conjuntura específica em que a questão da informática assumiu um papel importante no Brasil, desde o regime militar, esta questão estava na ordem do dia, agora na luta pela regulamentação da reserva de mercado na Constituinte. Durante o regime militar, o projeto de informática, inicialmente desenvolvido por um grupo de "técnicos nacionalistas frustrados", foi mais tarde controlado pelos militares alienando assim aquele grupo. Posteriormente, os militares reincorporaram aqueles técnicos e buscaram um apoio mais amplo (Ver Fernandes, 1990, p. 274). A SBPC vinha apoiando este movimento desde o início da década de 80, mas foi a Federação Nacional de Engenheiros (FNE) que liderou o processo de defesa da reserva de mercado através do Movimento Ciência e Tecnologia, que reuniu mais de 60 entidades, principalmente de categorias profissionais.

Será interessante recuperar, numa análise retrospectiva, a atuação dos militares na questão de ciência e tecnologia, principalmente a parcela deste orçamento gasto por eles, que é significativa, e perguntar por que eles não se manifestaram publicamente sobre a questão durante a Constituinte. Eles tiveram outras formas de influência, ou não, tentaram influir ou não? Será importante incluir a questão da participação dos militares para os entrevistados, representantes das associações, e também incluir entrevistas com militares ligados à questão da ciência e da tecnologia.

* * *

O que a pesquisa procura levantar é o papel das associações científicas e profissionais na definição de propostas para a Constituinte, que tipos de propostas, que tipo de atuação elas tiveram, como elas se organizaram, que asso-

ciações lideraram o movimento, em que momentos específicos e em torno de que propostas. Estamos também analisando criticamente as propostas destas associações pois, numa primeira análise, consideramos que a proposta da SBPC coloca uma distinção entre ciência básica e ciência aplicada que é, no mínimo, problemática. A primeira seria universal e autônoma, e a segunda seria socialmente compromissada. Para isto, analisamos as propostas, as atas, depoimentos e também entrevistamos líderes destes movimentos.

Como fecho da pesquisa caberá o balanço do papel da Constituinte e da Constituição brasileira no processo de transição democrática, do papel dos movimentos populares e da sua relação com os partidos políticos, e dos resultados, ao nível de tendências, no fortalecimento ou não tanto da sociedade civil, quanto da sociedade política e do Estado no Brasil. É importante verificar as opiniões de vários analistas que, ao compararem a transição espanhola e brasileira, colocaram o processo de transição e constituinte brasileiro como de larguíssima duração, errático, duvidoso e até mesmo correndo o risco de uma morte lenta[5], e procurar nestes dois processos o que houve de positivo para a consolidação e a vigência da democracia no Brasil.

Educação, Ciência e Tecnologia no "Brasil Novo"

No quadro de condições presentes na trajetória tentativa de implantação do Estado Mínimo na América Latina e no Brasil, de modo particular, são destacáveis algumas notas referidas à educação, ciência e tecnologia e a crise do Estado de Bem-Estar Social.

Tomada, geralmente, como suposto elemento central nas formulações desenvolvimentistas, no ciclo de crescimento econômico e diversificação social cognominado de "Estatal", a educação agora oferece oportunidade ímpar de avaliação.

Não somente seu papel como "fator dinâmico" do crescimento econômico, de acordo às teses do Capital Humano, está em jogo; como também o caráter público ou privado de sua provisão.

A atual conjuntura atravessada pelos países latino-americanos reforça desconfianças nos modelos presentes de investimentos sociais, como instrumentos efetivos de mudança social e ampliação das franquias democráticas. Neles, ainda que de forma extremamente diferenciada, a educação sempre compareceu como ingrediente de um discurso moderno e esperançoso no seu caráter redentor de condições sociais gravemente comprometedoras da cidadania efetiva.

Curiosa e paradoxalmente, é justamente quando a urbanização massiva da América Latina e um amplo processo de redemocratização político-formal avança que se lançam contra os marcos definitórios de uma "cidadania urbana e universalmente educada" as dúvidas frente às possibilidades de um Estado de Bem-Estar Social.

Tudo parece indicar que o ambiente e a cultura política, marcados pela razão instrumental instaurada nas ideologias dominantes de todo o subcontinente, questionam o papel funcional da educação. Muitas vezes este conteúdo não está diretamente explicitado pelos vários discursos; mas sem dúvidas torna-se

facilmente identificável nas próprias manifestações polítlco-estatais. As referências são inúmeras e contraditórias: a ênfase retórica no "ensino fundamental", na "alfabetização de adultos", na "crítica à elitização do ensino superior", nos "gastos supérfluos com pesquisa básica inoperante", e assim por diante, estão a indicar uma tentativa de instrumentalização polítlco-ideológica da matéria. Em verdade, trata-se de um movimento de flanco mais ambicioso, que visa a enfrentar os sintomas de profunda erosão do tecido social e de sentidos mesmo regressivos de indicadores sociais, através de uma retirada do Estado de funções já consagradas pela matriz Keynesiana do Welfare State.

Porém, frente a tais demonstrações de conexão de sentido desejada, é preciso destacar algumas dimensões a serem envolvidas no debate provocado pela presente conjuntura aparentemente transitória.

Isto diz respeito ao fato que a América Latina como um todo, e o Brasil de modo particular, atravessa uma transição polítlca com forte crise de governabilidade (Schmidt, 1988, 1989, 1990). Os indicadores são fartamente conhecidos, os recursos para superar a situação dependem de muitos movimentos no âmbito do próprio Estado-Governo e a legitimação do trajeto, dadas as circunstâncias de precariedade cívica e organizacional, vão dependendo de verdadeiros "sistemas plebiscitários". As recentes eleições vão indicando a exacerbação de pressões sociais por atendimento de carências fundamentais e que, na falta de maior estabilização polítlca e institucional, ajudam ao retorno de velhos moldes populistas. Nada mais atual que o roupão antigo e desgastado do clientelismo, do patrimonialismo e do populismo elevados aos píncaros de receita eficiente frente à crise de desarranjo econômico-social e desmanche do aparelho regulador estatal.

Esses traços polítlcos podem ser vistos como componentes de um quadro mais amplo, onde o que se busca é uma reorganização do Estado debaixo de uma hegemonia marcada pela presença de paradigmas do ESTADO MÍNIMO. Frente às implicações para o bem-estar social, a educação pode então ser encarada como polítlca social, com um caráter tríplice:

– ideológico
– compensatório
– propulsor

O Caráter ideológico pode ser visto pela vasta literatura produzida sob o eixo da "educação como reprodução social". Além do conhecido é possível destacar que, na perspectiva ideológica do modelo de Welfare State a educação sempre funcionou como um referente de modernidade, trabalhando como um estruturado estruturante, a conferir sentido e expectativa de status e legitimidade à cidadania possível.

Ainda que raro, torna-se instigante verificar como a América Latina, através da retórica oligárquica e populista, sempre relacionou a educação às idéias de "cidadania moderna" e principalmente às concepções republicanas. Nelas o cidadão pleno era o que tinha algum acesso à educação formal. Desconsideradas polítlcas reais de administração pública, o importante é o realce abstrato transcendental da educação sobre a constituição polítlca das sociedades. Comte 1978-1857) e Durkheim (1958-1917) se aliaram com as idéias que influíram grandemente sobre Sarmiento (1811-18888) e sobre as elites milita-

res, oligarquicas e populistas declamatórias da "educação como um direito universal". Ainda que a contemporaneidade do não-coetâneo seja o traço a unir os três autores citados, ela é a marca de consenso doutrinário que pesou fundo sobre as tradições políticas latino-americanas. Especialmente no alvorecer da fase de "regulação estatal" das sociedades nacionais, como indica a obra literária e ensaística de Sarmiento, antecedendo seu governo na Argentina.

De qualquer modo, ainda que pareça trivial, parece recomendável mencionar particularidades históricas desta natureza, pois outros itens de conteúdo político-social nunca tiveram consenso nem aproximado daquele referido à educação na América Latina. Sua presença pode funcionar, latente ou manifestamente, como um recurso de poder e moeda política arqueologicamente presente no percurso do subcontinente.

Sendo este um componente histórico na formação da pauta de um emergente Estado de Bem-Estar Social na América Latina, cabe destacar o caráter "compensatório", bem como o "propulsor" da educação como elemento de política social.

Aqui o texto de F. Oliveira (1988) sobre a produção do valor do anti-valor, oferece uma excelente síntese da problemática dos fundos públicos e de seus usos para a manutenção e expansão da ordem capitalista. Outras áreas de conhecimento, como os estudos urbanos, por exemplo, têm há muito explorado as relações do capital social (público e privado) que determinam as formas e a natureza da cidade capitalista. Oliveira destaca o caráter substantivo e essencial dos Fundos Públicos para a sobrevivência da sociedade capitalista através de sua expressão Keynesiana (Welfare State) ou de sua expressão pós-Keynes, onde há pressões imensas para a redefinição dos papéis e funções dos Fundos.

O debate e o argumento sintetizam com pertinência os dilemas do **Welfare State**, sua crise sistêmica e seus possíveis desdobramentos.

Partindo dos postulados que fundam o Welfare State, tendo os gastos sociais como elementos cruciais na determinação de políticas anti-cíclicas, Oliveira destaca o caráter segmentado do mercado produtor (oligopólico e concorrencial). Isso determina taxas de lucro relativamente diferenciadas, o que traz implicações para todas as derivadas de funcionamento do sistema, principalmente na estrutura de renda e salários, o que significa já estabelecimento de parâmetros para atuação compensatória estatal via política social.

É também destacada a segmentação do mercado de força de trabalho, com as mesmas conseqüências.

A existência dos Fundos Públicos, reconstituída desde as concepções de Capitalismo Monopolista de Estado, Excedente Social e Crise Fiscal do Estado (Boccara, Swezy, O'Connor **et al**), é hoje fator fundamental na reprodução privada do capital. Isso na medida em que concorre para os subsídios diretos ao capital, bem como para fornecer os salários indiretos ao trabalhador. A expansão das bases materiais do sistema capitalista contemporâneo não seria possível sem este recurso estratégico.

Gastos sociais são de variados tipos, desde equipamentos de uso coletivo até eventuais inversões em ciência e tecnologia; dependendo, naturalmente, do caráter instrumentalizado de qualquer dos programas.

Todavia, ao nível das determinações mais gerais, é importante sublinhar que Oliveira reafirma o papel estratégico das "classes médias", portadoras de altos status educacionais, na constituição de uma verdadeira esfera pública. A exemplo do argumento dialógico de Hebermas para a construção de uma esfera pública distinta e autônoma dos vários agentes sociais portadores de códigos linguísticos elaborados, as classes médias seriam as encarregadas de gestão dos Fundos Públicos, base material da esfera pública.

Nesta ESFERA PÚBLICA haveria alteridade, reconhecimento e negociação das diferenças sociais frente aos distintos usos do capital excedente (sua natureza e quantidade). As classes médias, através do recurso à educação, estariam habilitadas à gestão relativamente autônoma dos recursos. Neste sentido (mais um ...) os Fundos Públicos seriam absolutamente necessários para a existência do sistema; requerendo-se assim a existência de uma esfera publica com um Estado atuante.

Portanto, a realização plena das forças de mercado exige uma forte presença estatal, uma esfera pública, classes médias que operem as complexas relações sociais de produção emergentes do contexto atual. A EDUCAÇÃO surge como indispensável elemento de política social, seja como fator compensatório de desequilíbrios societais, seja como elemento propulsor de crescimento do capital.

O papel do Estado como provedor direto, como fornecedor de subsídios e outras formas de provisão indireta, ou de regulador de atividades setoriais não-estatais, depende de conjunturas determinadas por alianças políticas e seus desenlaces. Formal e materialmente, a constituição de uma esfera pública exige a presença estatal.

Sob o ponto de vista teórico, fica ressaltado o caráter necessário dos Fundos Públicos na reprodução privada no circuito de acumulação do Capital; lembrando Oliveira, a luta pela hegemonia de suas funções exclusivamente ligadas ao capital propriamente dito, em detrimento do fator trabalho (salários indiretos, bens de uso coletivo, condições gerais de reprodução, etc.).

Outra literatura, ligada à área de produção de ciência e tecnologia, refere o debate sobre o ESTADO MÍNIMO como uma "tentativa de novas formas de intervenção estatal", não de retirada pura e simples. Neste campo o debate fundamental não está sobre as conquistas da ciência e tecnologia (pesquisa básica, pesquisa aplicada, etc.) e sua implicações aos níveis mais abstratos. Ele está referido às recentes conquistas na articulação entre produção cientffica e inovações tecnológicas.

A partir de Salomon (1989) isso fica claro, na média em que três fatores são combinados:

– aceleração notável dos avanços em C&T;

– desigual nível de aceleração setorial;

– a crise dos anos 70, com deseconomias e contratempos advindos da crise do petróleo, da estagflação e do aumento vertiginoso da concorrência internacional.

Neste contexto, o discurso do "Estado Mínimo" confunde os novos papéis que o Estado tem de desempenhar. A confusão ocorre, sistematicamente, na América Latina. Falta de uma cultura política e burocrática mais densa (ex-

ceção do Brasil, nesse aspecto), falta de tradição da esquerda em tratar do campo emergente, simplismo dos conservadores, imediatismo do Estado. Todas são razões que alimentam sobremodo a debilidade e o alcance do debate.

No que tange à articulação das inovações tecnológicas os Neo-Schumpeterianos fazem uma estreita associação empírica (convincente) entre elas e a teoria dos ciclos econômicos – que implica a criação de novas estruturas de gestão, levando em conta a alteração de tecnologias e alteração no funcionamento dos mercados.

Diante da crise (modos de regulação x paradigmas tecnológicos) o Estado tem um papel fundamental; contra a difusão neo-liberal do absenteismo estatal como único caminho realmente recomendável. Há abundante literatura sobre a matéria, onde a educação renovada pelos impactos das novas tecnologias exige alto grau de especialização no tocante às tarefas de inovações sócio-institucionais. Aqui a educação não diz respeito à conhecida relação com os avanços tecnológicos simplesmente, mas com seu trajeto de difusão e implantação de novas relações sociais de produção.

O papel do Estado, via difusão dos conhecimentos pelo sistema educacional e pelos modos de regulação, é crucial neste quadro através de duas medidas políticas permanentes e necessárias: a) reavaliação das políticas de Ciência e Tecnologia e, b) reexame do papel da tecnologia na superação das crises (Balduino, 1990).

No contexto conjuntural brasileiro, isso conclama a um choque pela razão. O investimento em educação é justificado em função das grandes linhas humanistas (ensino básico, alfabetização de adultos, etc.) e em programas de desenvolvimento em ciência e tecnologia. A articulação das políticas propostas com a inovação sócio-institucional é jogada para ser resolvida pelas forças do "mercado" (público e privado).

Um exemplo claro disto é o Programa Nacional de Capacitação Tecnológica, lançado pelo Governo Federal em setembro deste ano. Afora a tendência privatista da orientação, o que está de pleno acordo com a hegemonia ideológica, o que chama a atenção é o recurso ao automatismo das soluções que "deverão ser encontradas" entre empresários e os centros produtores de conhecimento.

Todo o avanço obtido no seio da OCDE, por exemplo, é subestimado ao extremo, em função de uma meta programática baseada no Estado Mínimo.

Todavia, o contexto de avanços tecnológicos e de retomada do crescimento econômico exigem novas formas de regulação sócio-estatal; onde estruturas fundamentalmente ligadas à otimização dos fundos públicos e manutenção da representatividade social das políticas (que afetam rendas, salarios, estrutura de ocupações, etc.) são requisitos essenciais. E tudo isto exige a presença do Estado.

Também nesse aspecto o Governo brasileiro faz desaparecer a avaliação de politicas de incremento tecnológico, tendo em vista deficiências educacionais e crise fiscal afetando países como a Inglaterra (Fernandes, 1990).

Nesse sentido, há a reafirmação da educação como "abstrato universal" redentor das mazelas sofridas pelo gênero humano, bem como elemento fundador da nova ordem paradisíaca aberta pelos insumos cientfficos e tecnológicos.

Provavelmente, há mais correlação entre posições oficiais (de direita?) desta natureza com as posições humanistas (de esquerda?) de muitos centros de ciências sociais.

A crise de bem-estar social no Brasil não está somente determinada pelo atual estágio de indicadores cruciais, mas sim também pelas formas assumidas pela regulação emergente nos respectivos campos. A educação é um destes campos privilegiados de operação dos instrumentos de política social. Sobre ele pesam os novos desenvolvimentos possíveis oferecidos pelas inovações tecnológicas.

Entre estes dilemas a serem enfrentados estão os eixos que determinam – ao nível da grande política – as orientações básicas do Estado de Bem-Estar:

– Welfare Estatizado

– Consumo Privatizado

Sendo a educação um bem de características sociais por excelência, fica a questão, na medida em que o corpo dos cidadãos pode perfeitamente vir a optar por diferentes formas (controladas pela regulação capitalista) de percepção do bem em determinadas condições.

O que essas notas pretendem é simplesmente agregar algumas preocupações resultantes de uma larga pesquisa sobre as políticas de bem-estar social comparada na Europa e América Latina, e que tem na educação um dos seus campos contemplados. Além disto, ficam algumas notações sobre os dilemas a serem enfrentados pela educação em um contexto de abertura à rápida inovação tecnológica e profundo debate sobre os usos dos Fundos Públicos. Matérias centrais ao debate sobre o neo-liberalismo aspirante à hegemonia política e cultural.

NOTAS

[1] Candotti, Ennio. "Prefácio" in Fernandes, Ana M. A Construção da Ciência no Brasil e a SBPC. Brasília: Editora da UnB/CNPq/ANPOCS, 1990.

[2] Stepan, Alfred. Os Militares: Da Abertura à Nova República. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, 2ª edição, p. 11.

[3] Stepan, Alfred. Os Militares: Da Abertura à Nova República. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, 2ª edição, p. 13.

[4] Ver Moisés, J. A. "Dilemas da Consolidação Democrática no Brasil", em coletânea do mesmo nome, op. cit., pp. 159 a 170.

[5] Ver a coletânea citada, principalmente os textos dos seguintes autores: Paramio, Martins e O'Donnell, e também Przeworski que enfatiza principalmente a questão da democracia tutelada pelos militares, aspecto que considero importantíssimo e do qual podemos observar diariamente sinais de instabilidade.

BIBLIOGRAFIA

BALDUINO, L. A. (1990) "Políticas de Inovação: um novo conceito de intervenção do Estado nos países de capitalismo avançado". UnB: Departamento de Sociologia, mimeo, 1990.

COSTA, Tarcísio L. F. (1990) "Uma Cartola na Senegâmbia". SOCIEDADE E ESTADO, Vol. V, nº 1.

DEBRUN, Michel (1983). **A Conciliação e Outras Estratégias.** São Paulo: Brasiliense.

FERNANDES, Ana Maria. (1990) **A Construção da Ciência no Brasil e a SBPC.** Brasília: EDUnB/CNPq/ANPOCS.

____. "Avaliação da política industrial e de comércio exterior, apoio à capacitação tecnológica da indústria". UnB: Departamento de Sociologia, mimeo.

MACIEL, M. L. e Mendes, M. I. (1987) "Ciência e Tecnologia na Constituinte". Cadernos CEAC nº 1, UnB.

MACIEL, M. L. e Pinheiro; M. F. (1988) "Ciência e Universidade". Cadernos CEAC nº 2.

MICHILES, Carlos. (1989) **Democracia e Participação Popular: As Emandas Populares na Constituinte de 1987/88.** Tese de Mestrado. UnB: Departamento de Ciência Política, mimeo.

MOISÉS, J. A. e ALBUQUERQUE, J. A. G. (orgs.). (1989) **Dilemas da Consolidação DemocráticaXN. Rio de Janeiro: Paz e Terra.**

OLIVEIRA, Francisco. (1988) **"O Surgimento do Antivalor". Novos Estudos do CEBRAP, nº 22, Out.**

REIS, Fábio W. (1986). **"Constituição, Pacto e Poder". Revista Brasileira de Ciências Sociais,** nº 1, ANPOCS.

SALOMON, J. J. (1989) "Les Politiques d'Innovation en Europe". **Futuribles,** maio .

SANTOS, Wanderley G. (1986). "Transição em Resumo: Do Passado Recente ao Futuro Imediato". **Revista Brasileira de Ciências Sociais,** nº 1, ANPOCS.

SCHMIDT, Benício V. (1987). "Transição Política e Crise de Governabilidade". **Cadernos CEAC,** nº 2.

(1989). "Política Social e Transição Democratica". **in** A. S. Moura (org.). **O Estado e as Políticas Públicas na Transição Demográfica.** São Paulo: Vértice/Recife: Fundação Joaquim Nabuco.

STEPAN, Alfred. (1986) Os Militares: Da Abertura à Nova República. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2ª edição.

TAYLOR-GOOBY, Peter. (1989) "Current Developments in the Sociology of Welfare". The British Journal of Sociology, XL, no. 4.

VIANNA, L. Werneck (1989). **A Transição: Da Constituinte à Sucessão Presidencial.** Rio de Janeiro: Revan.

WEFFORT, Francisco (1988). "Dilemas da Legitimidade Política". **Lua Nova,** nº 15, outubro.

s.a. (1988). "A Transição Política: Necessidade e Limites da Negociação". Relatório final do Simpósio USP sobre transição política em junho, 1987. **Lua Nova,** nº 14, abr./jun.

ABSTRACT

Education, science and technology:
From the Constitution to the Collor Plan

Analyses resulting from the research project on The University, Science and Technology in the Constituent Assembly and from the study of present policies in education, science and technology take as their central theme the issue of "Less State". This article proposes to show, through the discussion of corporatism and "neo-liberalism" in Brazil, a line of continuity in the last few years with respect to relations between the State and civil society, and the resulting possibilities (and limits) of public policies for these sectors in Brazil.

RESUME

Education, science et technologie:
De la Constitution au Plan Collor

La présentation de quelques analyses qui résultent du projet de recherche sur L'Université, Science et Techonologie dans l'Assemblée Constituante et de recherches sur les politiques actuelles en éducation, science et technologie débouchent sur la question de "l'Etat Minimum". L'article cherche à montrer, par la discussion du corporatisme et du "néo-libéralisme" brésiliens, une ligne de continuité en ce qui concerne les rapports Etat/société civile et les conséquences en termes de possibilités et limites des politiques publiques pour ces secteurs au Brésil.

O NÉO-LIBERALISMO BRASILEIRO: UMA CARTOLA NA SENEGÂMBIA?

Tarcísio de Lima F. F. Costa*

RESUMO

Sob influxo externo, o discurso liberal volta entre nós a seduzir mentes e cativar corações. Mantém-se como problema, no entanto, a questão do lugar do liberalismo no pensamento social brasileiro e, sobretudo, no ideário das elites brasileiras. Na Europa, o alvo principal da crítica liberal, que lhe deu consistência e plenitude, foi o excesso de poder na democracia. E no Brasil? Entre nós, na tradição da "idéia fora do lugar", o liberalismo manifesta-se com um vício congênito: o de um claro descompasso entre a importância que se dá às discussões sobre o papel do Estado e do mercado na organização da economia nacional e o desinteresse com que se trata o processo em curso, no país, de fortalecimento das instituições democráticas; apreço absoluto ao econômico contraposto à indiferença com o político.

"Rui Barbosa: uma Cartola na Senegâmbia" – à sua maneira, antropofágica – em que o nacional deglutia o estrangeiro e gerava, dialeticamente, um embrião, postiço, mas moderno e regenerador –, Oswald de Andrade caricaturou a imagem que, à esquerda, tem-se feito de Rui Barbosa e dos demais arautos do liberalismo ao longo da nossa história: a de ideólogos **fora do lugar**, afetos a modelos exógenos, de matriz européia ou norte-americana, sem adequação à realidade brasileira.

É o que estimam, por exemplo, (a) Oliveira Vianna, ao situar Rui no rol dos **idealistas utópicos**, que "careciam do sentido objetivo da realidade, nem julgavam necessário possuí-lo; tendo de organizar uma Constituição para o Brasil ou para o Cambódia, para o povo inglês ou para o **kraal** da Hottentócia, criariam o mesmo sistema de governo, com as mesmas peças, as mesmas articulações, a mesma construtura, o mesmo modo de funcionamento, os mesmos freios, as mesmas válvulas de segurança" (Vianna, 1939:115) e, em outro veio ideológico, (b) Sílvio Romero, que caracteriza a elite intelectual de que fazia parte Rui como um elenco de "fantasistas", voltados para "uma literatura e uma política exóticas, que vivem e procriam em uma estufa, sem relações com o ambiente e a temperatura exterior" (Schwarz, 1987:39).

* Mestrando do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília.

Com certeza, o parâmetro de que se serve Sílvio Romero – um suposto tipo ou caráter nacional extraído da mescla de "portugueses, índios, meio físico e imitação estrangeira" – não é o mesmo que orienta Oliveira Vianna – um idealismo **orgânico**, com base em **dados da experiência** – na caracterização da natureza supostamente inautêntica do discurso de Rui e de seus pares liberais.

Ambos, contudo – e é isso que ora nos importa –, trilham em suas críticas a Rui pelas sendas de uma polêmica que tem acompanhado a história do pensamento latino-americano e, particularmente, do brasileiro: a relação entre a cópia e o original, a busca de uma identidade regional (nacional), a trair um mal-estar em se sentir imerso em uma realidade cultural e política imitada, caudatária – sem crivo – do que estiver em voga "d'além-mar".

João Almino, esclarecendo que a inquietação com "as idéias fora do lugar" já se detecta em textos anteriores às independências nacionais na América Latina e vai ganhar uma expressão ainda maior com o romantismo – que suscita uma preocupação pela história e pelos valores próprios à América – enumera uma série de trabalhos históricos que deixam patente uma realidade negativa (ou seja, em relação à metrópole) da América Hispânica: "Destacam-se os trabalhos de Sarmiento sobre a Argentina, de José Victorino Lastarria sobre o Chile, de Andrés Bello sobre a Venezuela, de José Maria Luís Mora sobre o México ou de José Antonio Saco sobre Cuba. Um desses autores, Andrés Bello, dizia, sobre a independência dos países hispano-americanos, que "arrancamos o cetro ao monarca, mas não ao espírito espanhol: nossos congressos obedeceram, sem o sentir, a inspirações góticas ... até nossos guerreiros ... revelam o domínio das idéias desta mesma Espanha cujas bandeiras pisaram" (Almino, 1988:2).

Entre nós, é conhecido o entendimento de Machado de Assis, em sua crítica à nova geração de poetas do seu tempo, de que "o influxo externo é que determina a direção do movimento; não há por ora no nosso ambiente a força necessária à invenção de doutrinas novas". Percepção que se desdobrava em dois juízes, de inusitada atualidade, retomados há pouco por Roberto Schwarz no artigo "Nacional por Subtração": (a) a de que o escritor pode ser considerado homem de sua época e de seu país mesmo quando trata de assuntos remotos no tempo e no espaço e (b) o de que a extinção de um movimento literário não deve implicar a condenação formal e absoluta de tudo o que ele afirmou – "alguma coisa entra e fica no pecúlio do espírito humano" –, alertando para o hábito de nossas elites intelectuais, já sentido a esse tempo, de buscar sempre recomeçar do zero, em prejuízo da preservação dos "influxos internos".

Presente, em maior ou menor grau, em todos os tributários desse **mal-estar** – o das idéias fora do lugar – está o anseio pela caracterização da especificidade latino-americana e, onde possível, da brasileira, o que, não raras vezes, degenera em interpretações ufanistas ou de glorificação regional, segundo as quais o estrangeiro, por ser distinto, é necessariamente inadequado ao ser latino-americano (a conhecida polêmica Nabuco-Alencar traz extratos, a nosso ver, bem exemplificativos desse risco).

Não é de todo ausente, tampouco, como lembra Schwarz, a possibilidade do patético, da reedição de tipos como o Policarpo Quaresma de Lima Barreto, "a quem o afã da autenticidade leva a se expressar em guarani", língua estra-

nha para ele. Ou a exemplo de Callado em **Quarup**, onde um grupo de personagens identifica no mapa o centro geográfico do país, em que se supõe esteja o depositário da nação autêntica, e sai à sua busca; depois de muita peripécia, chega-se ao termo da procura – um formigueiro.

Recentemente – recorda, ainda, Schwarz –, tem-se afirmado, por influência de filósofos europeus contemporâneos – particularmente Foucault e Derrida – a tendência de negar a primazia do modelo sobre a cópia, do anterior sobre o posterior, do central sobre o periférico, sob o argumento, lisonjeiro às elites do Terceiro Mundo, de que a vida do espírito em seu movimento real segue não essas hierarquias, mas uma seqüência infinita de transformações, "sem começo nem fim, sem primeiro ou segundo, pior ou melhor". "De atrasados passaríamos a adiantados, de desvio a paradigma, de inferiores a superiores, isto porque os países que vivem na humilhação da cópia explícita e inevitável estão mais preparados do que a metrópole para abrir mão das ilusões da origem primeira" (Schwarz, 1987:35).

Como bem argumenta o próprio Schwarz, contudo, a quebra conceitual do primado da origem não implica a ruptura dos vínculos de subordinação que existem de fato entre os centros produtores e os consumidores de idéias, modas e hábitos, decorrentes, em última instância, de constrangimentos culturais, econômicos e políticos que a simples superação filosófica do conceito de cópia não absorve ou especifica.

Finalmente, cumpre lembrar – em uma perspectiva infensa aos riscos de um **nacionalismo tacanho** em que incorriam os românticos e às artimanhas filosóficas dos herdeiros de Derrida – uma outra linha de argumentação que, partindo do reconhecimento de que existe (e de que seria falacioso negá-lo) um hiato entre as condições históricas em que as idéias em voga, recebam elas o epíteto de liberais, conservadoras ou pós-modernas, foram geradas e as que justificaram a sua veiculação entre nós, opta por questionar as razões desse transplante, as regras em que as "idéias fora do lugar" passaram a gravitar nos trópicos.

Partilham e esmiuçam essa interpretação, **inter alii**, Schwarz, Emília Viotti da Costa, Antônio Cândido e Sérgio Buarque de Holanda, que assim situa o "disparate" do ideário liberal no Brasil-Império: "... é claro que a ordem social expressa por elas estava longe de encontrar aqui o seu equivalente exato, mormente fora dos meios citadinos. Outra era a articulação da sociedade, outros os critérios básicos de exploração econômica e de repartição de privilégios, de sorte que não podiam, essas idéias, ter o sentido que lhes era dado em parte da Europa ou da antiga América inglesa ... o resultado é que as fórmulas e palavras são as mesmas, embora fossem diversos o conteúdo e o significado que aqui passavam a assumir" (Buarque de Holanda, 1977:77).

Sob essa ótica, o discurso liberal, jamais **à l'aise** com o escravismo local, ganha foros inauditos de autenticidade ao legitimar a realização de interesses tão **concretos** e **reais** como os que ditaram a sua emergência na Europa e, posteriormente, nos Estados Unidos. Lá cabia-lhe, com a pregação da universalidade de direitos, encobrir os antagonismos de classe e justificar, em favor da afirmação do poder burguês, a supressão dos privilégios da nobreza e do clero; cá estava-lhe reservada a função de, ao largo do escravismo, do voto

censitário, do coronelismo e de outros mis empecilhos ao exercício pleno da cidadania, dar guarida ideológica, no plano externo, à ruptura do pacto colonial e dos entraves ao livre comércio e, internamente, ao que Schwarz qualifica como a **natureza do favor**, que, ponto a ponto, pratica a dependência da pessoa, a exceção à regra, a cultura interessada, a remuneração e serviços pessoais.

Em outras palavras, é impróprio, afirma essa corrente, sujeitar o liberalismo tupiniquim (e, como vimos, o da própria matriz) ao critério da coerência ou da correspondência com o real. O seu movimento somente pode ser apreendido a partir da compreensão do sentido que assume no Brasil, enquanto adereço legitimador, pelo prestígio, de práticas arbitrárias, diametralmente opostas aos valores que, em sua versão original, buscou justificar: autonomia da pessoa, universalidade da lei, cultura desinteressada, ética do trabalho.

Antítese que se dilui com a percepção de que a existência do Estado nacional sobre base escravocrata, que teria, em princípio, exigido a adulteração do discurso liberal, decorria, em última instância, da revolução industrial inglesa e da conseqüente crise do regime colonial, como dimensão, tão viva e autêntica quanto qualquer outra, da história contemporânea. Como afirma Schwarz, "... a má-formação brasileira, dita atrasada, manifesta a ordem da atualidade a mesmo título que o progresso dos países adiantados. Os **disparates** de Sílvio (citado acima) – na verdade, as desarmonias ciclópicas do capitalismo mundial – não são desvios. Prendem-se à finalidade mesma do processo, que, na parte que coube ao Brasil, exige a reiteração do trabalho forçado ou semi-forçado e a decorrente segregação dos pobres" (Schwarz, 1987:45).

- X -

Hoje, quando, uma vez mais sob influxo externo, o discurso liberal volta entre nós a seduzir mentes e cativar corações, muitos dos quais até há pouco adstritos à noção de que o liberalismo não constituía senão um "by-product of burgeois interests", abrem-se-nos, na tradição dos críticos das **"idéias fora do lugar"**, algumas linhas de análise:

a) a de aferir a adequação ou não das teses liberais ou, pelo menos, das que entre elas têm angariado maior simpatia nos círculos acadêmicos e políticos do país – como, por exemplo, a do Estado mínimo – às condições históricas que ora possibilitam e amparam a sua veiculação no Brasil;

b) a de sondar, "oswaldianamente", como os neoliberais brasileiros captam, digerem e, onde lhes faculta a criatividade, inovam em relação aos paradigmas herdados do **thatcherismo**, do **reaganismo** ou das experiências afins que ajudaram a ditar o que Merquior qualifica como "renascença do liberalismo" nas sociedades do Primeiro Mundo; e

c) a de, aceitando como dado o paradoxo de terem sido os liberais brasileiros mentores ou co-gestores do sistema – autoritário e estatizante (paternalista) – na crítica do qual eles hoje buscam tecer o seu discurso e aliciar simpatizantes, identificar, sem prejuízo, os atributos que definem e o sentido de que se reveste a presença liberal no Brasil contemporâneo.

Optemos pela última, a mais arredia a constatações óbvias ou fantasiosas.

De fato, de que valeria fazer um contraponto entre cada uma das principais teses neoliberais e a realidade brasileira senão para confirmar a impressão, traduzida com propriedade por Richard Morse em **O Espelho do Próspero**, de que o liberalismo na América Latina "é perfeitamente adaptável como vocabulário, como ideologia, como programa seletivo ou como estratégia econômica, mas não como um modo de vida político?" Afinal, as receitas contra um Estado "centralizador, farisaico, gastador e irresponsável" não se apresentam hoje, como no passado, desacompanhadas de um atestado de fé nas virtudes do liberalismo político, das doutrinas da representação e da salvaguarda dos direitos civis, a trair a falta nos que a prescrevem de uma cultura política sensível ao princípio da superioridade do governo das leis ao governo dos homens ("lex facit regem") – que funda a noção de Estado de Direito (ou de Estado com poderes limitados, na acepção de Bobbio) e, como tal, contesta a lógica do favor e do arbítrio, tão ao gosto da tecnocracia liberal dos trópicos?

Ou se debruçar, na linha do programa pau-brasil, sobre os trabalhos dos (neo?) liberais brasileiros – Merquior ou Bonavides, na área acadêmica, Afonso Arinos ou Maciel, no campo político, por exemplo –, buscando caracterizá-los, ufanisticamente, como intérpretes de uma modalidade tupiniquim e renovada do liberalismo moderno, que não tem mais, nas palavras de um deles, "aquela ingenuidade, aquela inocência diante da complexidade do fenômeno social que o liberalismo clássico tinha"?

Parece-me mais producente examinar, a partir de uma exposição sumária da matriz européia do discurso neoliberal, os matizes e o sentido de sua apropriação pelas elites locais ou ... em outros termos, o modo como se processa a tradução de idéias pretensamente **fora do lugar** em uma linguagem inteiramente adaptada à **praxis** dos nossos **donos do poder.**

Como registra Norberto Bobbio, preliminarmente, em **Liberalismo e democracia** e, com maior denodo, em **O Futuro da Democracia**, dois fenômenos explicam e legitimam o resgate na Europa do discurso liberal:

a) a constatação extra e intra-muros da virtual obsolescência dos modelos planificados e autocráticos do Leste Europeu, que, a despeito do rumo que venham a tomar, tendem a incorporar como traços distintivos uma ampliação significativa dos mecanismos de mercado e formas incrementais de democratização política;

b) a crescente visibilidade dos vícios em que incorreu o Estado do Bem-Estar Social, edificado sob a égide do keynesianismo – burocratismo, inibição das liberdades individuais, ineficiência econômica –, a dar margem, sobretudo na Inflaterra, à afirmação de políticas governamentais marcadamente centradas no retraimento do Estado e na correspondente valorização das forças de mercado.

Do descrédito generalizado com o socialismo real – do que são exemplos e produtos o revisionismo acadêmico empreendido na França pela corrente "Socialismo ou Barbárie" (Castoriadis, Lefort) e a própria emergência do eurocomunismo – extraíram os liberais importantes trunfos políticos, como, por exemplo, o de verem legitimado o entendimento – a eles caro – de que o primado dos direitos humanos é tese de valor universal e, como tal, pertinente tanto

na afirmação do poder burguês sobre o absolutismo monárquico dos séculos XVI e XVII como no combate às arbitrariedades do stalinismo.

É, contudo, na oposição ao "Welfare State" e, por extensão, à social-democracia européia – qualificada por seus críticos mais extremados como a "watered-down form of socialism" – que o neoliberalismo ganha contornos mais definidos e angaria, em suas interpretações economicista (liberista) e social-liberal, crescente apoio nos círculos acadêmicos e governamentais.

À presença incômoda do Estado de Serviços contrapõem os neoliberais a figura do Estado mínimo ou de funções limitadas ("minimal State"), afeto, basicamente, ao monopólio do emprego da força e ao amparo do livre exercício das prerrogativas e direitos individuais – sobretudo o de propriedade – vistos, em uma linha jusnaturalista, como precentes à formação do poder político.

Firma-se, assim, uma concepção negativa do Estado e, em contrapartida, positiva da sociedade civil: "Characteristic of the liberal doctrine in politics and economics is a negative conception of the state, reduced to being no more than an instrument for the realization of individual ends, and by contrast a positive conception of the non-state, conceived as the sphere in which individuals, through dealings with their fellow human beings, mould, develop and perfect their own personality" (Bobbio, 1987:105).

É o Estado a garantir ao indivíduo o que Hobbes definiu no livro XIV do **Leviatã** como a "ausência do impedimento externo" ou o que Stuart Mill traduziu em **Sobre a Liberdade** pela equação "felicidade=liberdade=personalidade": tudo é permitido e lícito desde que não fira o direito de outrem – Princípio do **neminem ladere.**

A este princípio – e somente a ele – se prendiam os adeptos da linha denominada por Macpherson de **individualismo possessivo**, como Herbert Spencer, para quem o estado deveria circunscrever-se à função repressivo-protetora (imagem do guarda-norturno – "night watchman") – em uma arbitrária redução do direito público, em suas múltiplas ramificações, ao direito penal –, mantendo-se alheio a qualquer forma de fomento ou intervenção positiva sobre a vida econômica e social.

Outra era a concepção apresentada por clássicos como Leibniz e Stuart Mill: se o ditame **neminem ladere** era indispensável para a regulação do direito de propriedade, argumentavam esses autores, o direito ou a vida em sociedade ("ius societatis") não fluiria normalmente sem o exercício pelo Estado de atribuições **distributivas,** na linha ditada pelo princípio **suum cuique tribuere** – dar a cada um o seu, isto é, o que e quanto lhe é devido.

É atribuição indeclinável do Estado, apregoava Stuart Mill, assegurar – sob a pena de por em risco a estabilidade social – uma repartição de "burdens and rewards" entre os cidadãos segundo critérios insuspeitos de eqüidade, o que vai além, diga-se de passagem, do simples respeito à noção de justiça comutativa – a um bem feito uma benesse proporcional, a um mal cometido uma punição "aritmeticamente" equivalente – e se confunde com os ideais distributivistas, senão igualitários, que balizaram a emergência do Estado de Serviços.

Hoje, quando já nos soa como natural, após Keynes e décadas de "Welfare State", a idéia do Estado como agente econômico e regulador da questão social, não deixa de intrigar a constatação de que o discurso liberal continua a

oscilar entre os pólos **neminem ladere** e **suun cuique tribuere** à moda antiga:

a) De um lado, Frederick von Hayek e Robert Novick, **inter alii,** a proporem, na senda de Herbert Spencer, a limitação do Estado ao papel de organização monopolista da força, à qual caberia, como atribuição básica, impedir se reeditem práticas de proteção privada (em que o indivíduo faça justiça por si mesmo). Tudo o mais estaria a cargo dos mecanismos de mercado, aptos, no entendimento desses autores, não só a adjudicarem de forma mais eficiente os recursos humanos e materiais disponíveis mas a lidarem com a incerteza, com a emergência da novidade: o conhecimento inédito, a nova técnica, a reação inesperada dos consumidores. Da irradiação do progresso científico e tecnológico pelo tecido social adviria, naturalmente, o bem-estar coletivo, o que dispensa a assunção pelo Estado de qualquer veleidade distributiva (Hayek chega a indagar, ironicamente, em **A Miragem da Justiça Social,** o que é a justiça social);

b) de outro, os herdeiros de Leibniz – Aron, Herman Heller, Dahrendorf – a estimarem como legítima a salvaguarda pelo Estado tanto das liberdades civis e políticas como dos direitos sociais. Cumpre ao poder público, crêem esses pensadores – que se autoqualificam de **social-liberais** –, buscar responder, **motu proprio** ou com base em um pacto social, ao desemprego crônico, à ansiedade das classes de baixa renda por níveis satisfatórios de existência ... ao **desafio social.** Papel que, de resto, argúe-se, estaria em perfeita consonância com a evolução do pensamento liberal, que, gerado em um contexto em que somente as classes proprietárias gozavam da franquia do voto, soube, com a admissão do sufrágio universal e o conseqüente ingresso do povo na cena política, divisar e incorporar mecanismos de provisão de serviços adequados para atender a múltiplas e crescentes demandas sociais.

Não passam desapercebidos para os social-liberais (e muito menos para os **individualistas possessivos**), contudo, os efeitos colaterais do processo de ampliação da cidadania sobre a governabilidade dos sistemas políticos liberais, entre os quais cumpre aludir:

a) ao descompasso entre o número de solicitações provenientes da sociedade civil – cuja expressão é garantida e facilitada pelos institutos liberais da liberdade de reunião e de associação, da livre organização de grupos de interesse, de sindicatos e de partidos – e a capacidade de resposta a essas demandas por parte do poder público, inibido em sua ação pelos mecanismos de controle – jogo dos **vetos cruzados,** sistema dos **pesos** e **contrapesos** entre os poderes – de que se têm servido os regimes liberais para evitar, entre outros riscos, discricionariedade na aplicação da lei;

b) ao maior grau de conflitualidade social nas sociedades em que há exercício pleno da cidadania, onde o dissenso secular entre as classes é multiplicado por uma miríade de conflitos menores, coorporativos, compondo um quadro no qual se torna difícil satisfazer um interesse envolvido sem ofender um outro, numa cadeia sem fim;

c) à difusão do poder nos regimes pluralistas, em que "o governo da sociedade é em todos os níveis regulado por procedimentos que admitem a participação, o dissenso e, portanto, a proliferação de lugares em que se tomam de-

cisões coletivas" (Bobbio, 1988:95). Essa fragmentação do poder abre espaço à concorrência entre os centros de decisão (poliarquia) e termina por criar um conflito entre os próprios sujeitos que deveriam arbitrar os conflitos sociais, "uma espécie de conflito à segunda potência".

Esses e outros fenômenos – citados em profusão pelos "teóricos dos sistemas", de formação liberal –, ao trazerem à tona os óbices que o processo de universalização das franquias democráticas coloca para a administração dos sistemas liberais, contribuem para atualizar a polêmica discussão em torno da relação entre **democracia** e **liberalismo**, que ressurge, a cada quadra, com novos e, por vezes, díspares contornos.

No século XIX, Tocqueville, **inter alii**, sob o impacto da rápida transição da república jacobina para o cesarismo napoleônico (Luís Napoleão), alertava para a hipótese, a seu ver presente, de a democracia vir a se afirmar como uma tirania da maioria, como uma face travestida de um poder "absoluto, minucioso, sistemático, previdente e brando" que tutelaria a ação dos indivíduos e satisfaria, por si só, todas as necessidades sociais.

O alvo principal da crítica liberal era, assim, o virtual **excesso de poder** da democracia. Hoje, como visto acima, o problema parece ser atribuído não a um **excesso**, mas a um **defeito de poder** dos regimes democráticos, questionados em sua capacidade de atender à sobrecarga de demandas sociais e de interesses corporativos típicos das complexas sociedades contemporâneas.

E como reagem os neoliberais a essa reedição do embate entre a democracia e o liberalismo, ao problema da governabilidade? Não de forma consensual:

– Hayek, preso à tese de que o liberalismo é uma doutrina eminentemente econômica, atribui à liberdade do indivíduo (da qual a liberdade econômica seria a primeira e indivisível condição) um valor universal e à liberdade política um valor instrumental; a democracia seria, sob esse entendimento, um modo contingencial, mas não necessário, de realização do liberalismo. Sobretudo diante da constatação, lembra Hayek, de que liberalismo e democracia respondem a problemas distintos – o primeiro ao das funções do governo e, em particular, ao da limitação de seus poderes; o segundo ao problema de quem deve governar e com quais procedimentos: "O liberalismo exige que todo poder – e, portanto, também o da maioria – seja submetido a limites. A democracia, ao contrário, chega a considerar a opinião da maioria como o único limite aos poderes governativos. A diversidade entre os dois princípios emerge do modo mais claro ao se atentar aos respectivos opostos: para a democracia, o governo autoritário; para o liberalismo, o totalistarismo" (Hayek, 1978:990);

– A maioria, no entanto – por entender que entre o liberalismo, que chancela as liberdades individuais, e a democracia, que as estende ao maior número possível, existe uma afinidade natural e mutuamente benéfica –, dispõe-se a buscar no rico veio do **contratualismo** fórmulas de compromisso que assegurem a viabilidade de sistemas democráticos sem prejuízo da preservação dos institutos liberais da livre iniciativa, do respeito aos mecanismos do mercado (tarefa inversa, lembra Bobbio, à executada por Keynes, a de salvar o capitalismo sem o sacrifício da democracia). Assumindo como dados a sobrecarga de reivindicações sociais e a proliferação de centros de poder nas sociedades in-

dustriais, os neo-contratualistas pregam, no dizer de Merquior, "a substituição da lógica publicística do domínio pela lógica privatista do acordo" de modo a que coligações político-partidárias ou pactos sócio-financeiros tipo Matignon ou Moncloa passem a sustentar a legitimidade do **imperium**, da autoridade política efetiva.

É esse, **grosso modo**, o roteiro perseguido e as nuances assumidas pelo neoliberalismo no Primeiro Mundo: legitimidado em um contexto de crítica e desalento com o socialismo real e o "Welfare State", ele se desenvolveu nas trilhas clássicas do individualismo possessivo e do distributivismo – ora privilegiando o exercício sem peias das forças de mercado, ora antepondo à alegia ao individualismo a função social do Estado – e hoje se vê confrontado, como dantes o fora, em grau distinto, o liberalismo clássico, com a dialética sempre ressurgente entre duas maneiras de encarar a **liberdade** – a negativa, liberal, afeta a um Estado que governe o menos possível e a positiva, democrática, que apregoa um Estado no qual o governo esteja o mais possível nas mãos dos cidadãos.

– X –

O neoliberalismo nasce entre nós com um vício congênito: o de um claro descompasso entre a importância que se dá às discussões sobre o papel do Estado e do mercado na organização da economia nacional e o desinteresse com que se trata o processo em curso no país de fortalecimento das instituições democráticas ... apreço absoluto pelo **econômico** contraposto à indiferença, que se afigura reveladora, com o **político**.

Por iniciativa de estudiosos e centros de orientação liberal (vide o Instituto Liberal do Rio de Janeiro e a sua série de publicações), multiplicam-se os trabalhos e traduções sobre temas como os limites da intervenção do Estado, privatização versus estatização, a economia de mercado, desemprego e política monetária, em visível contraste com a ausência praticamente absoluta de estudos liberais sobre questões reconhecidamente atuais como representação política, sistemas de governos, liberdade sindical, cidadania e democracia participativa.

A que se deve esse desequilíbrio entre o interesse despertado pelo liberalismo econômico e o suscitado pelo político? À percepção pelos liberais de que se lhes falta (a todos ou a muitos deles), por força da conivência com o ciclo autoritário de que há pouco emergimos, legitimidade para a assunção de um papel ativo da defesa das franquias e garantias individuais é ampla a receptividade na sociedade civil, em particular em setores do empresariado nacional, a teses que amparem o retraimento do estado da economia e a conseqüente ampliação do espaço reservado à livre iniciativa? À inaptidão dos neoliberais em apresentar uma face política depurada das incongruências de estilo – beletrismo, crença na onipotência das leis, presciência das elites, ecletismo filosófico – e de substância – autoritarismo, elitismo, insensibilidade com a questão social, viés golpista, ênfase na ordem, "complexo" da modernidade – que desde sempre qualificam a presença liberal no Brasil?

A ambas ou a muito de cada uma delas – é essa, em princípio, a nossa

impressão, que buscamos confirmar em um exame detido das Atas da recém-concluída Assembléia Nacional Constituinte, estuário para onde confluiu um caudal sem par dos interesses, valores e idéias que animam o cotidiano do Brasil contemporâneo e que, por essa razão, constituirá a fonte primária, por excelência, da nossa dissertação de mestrado. Recorremos, subsidiariamente, a autores ou figuras públicas que se auto-proclamam herdeiros da tradição liberal, como, por exemplo, José Guilherme Merquior, Paulo Bonavides, Afonso Arinos, Roberto Campos, Marcos Maciel.

A eventual caracterização do "neo-liberalismo" brasileiro como uma reprodução – sob invólucro de forte matriz economicista – do modelo beletrista e autoritário nos moldes da "Cartola na Senegâmbia" não esclarecerá, contudo, por si só, seja o sentido da assimilação de seus elementos pelas elites locais, seja a marca que o singulariza diante da matriz primeiro-mundista.

Para que esses pontos sejam esclarecidos, é necessário a nosso ver, **contextualizar** o discurso neo-liberal, situá-lo face à alternativa oferecida pela Constituinte à sociedade civil – a de, nas palavras de João Almino, "inaugurar o novo ... como ato fundador por excelência, em que se pretende que o próprio povo, através da mediação de representantes eleitos ou de uma direção esclarecida, substitua ou possa substituir uma ordem por outra, um sistema por outra" (Almino, 1987:6) – e, a partir disso, discernir em qual rumo ele aponta: mudança ou conservação, ampliação da cidadania ou restrição das liberdades públicas, democratização da propriedade ou sacralização do latifúndio, repartição da renda ou preservação de privilégios ... e outras antinomias que, por sua obviedade, dispensam enumeração.

Talvez assim possamos concluir que, salvaguardadas as fórmulas e as palavras – primazia do mercado, ineficiência do Estado, universalidade da lei – tudo o mais afasta os neo-liberais brasileiros de seus congêneres europeus: enquanto os últimos se nutrem da negação do que lhes é, em larga medida, alheio (o socialismo real e o Estado do Bem-Estar Social), oscilam entre um exacerbado individualismo possessivo e um simpático distributivismo e se enredam nas malhas da secular tensão entre liberalismo e democracia sem por em risco seja um seja outro, os primeiros legitimam-se – recorrendo à feliz caracterização feita por Faoro dos liberais do Império – no combate ao "demônio por ele gerado" (Estado autoritário e paternalista), prendem-se, por vergonha do passado, a uma senha economicista, com laivos esparsos de preocupação com o social, e continuam, fiéis ao diagnóstico firmado há décadas por Sérgio Buarque de Holanda, a não fazer da democracia senão um grande **mal-entendido.**

BIBLIOGRAFIA

ALMINO, João. **Era Uma Vez uma Constituinte.** São Paulo: Brasiliense, 1985.

ALMINO, João. **Identidade Latino-Americana: Um Falso Problema**? Brasília: Mimeo, 1988.

ALMINO, João. "O povo inventando o povo?" in **Humanidades 11.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1987.
ALMINO, João. **Os Democratas Autoritários.** São Paulo: Brasiliense, 1980.
ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE. Atas. Brasília: 1988.
BARBOSA, Rui. **A Questão Social e Política no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora Organização Simões, 1958.
BARBOSA, Rui. **Escritos e Discursos Seletos.** Rio de Janeiro: Companhia Aguilar Editora, 1966.
BENEVIDES, Maria V. Mesquita. **A UDN e o Udenismo.** São Paulo: Paz e Terra, 1981.
BOBBIO, Norberto. **Estado Governo Sociedade.** São Paulo: Paz e Terra, 1988.
BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e Democracia.** São Paulo: Brasiliense, 1988.
BOBBIO, Norberto. **The Future of Democracy.** Minneapolis: University of Minnesota Press, 1987.
BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. **História Geral da Civilização Brasileira.** São Paulo: DIFEL, 1977.
BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. **Raízes do Brasil.** 19º ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1987.
CAMPOS, Roberto. **Além do Cotidiano.** Rio de Janeiro: Record, 1985.
CAPELATO, Maria Helena. **Os Arautos do Liberalismo.** São Paulo: Brasiliense, 1989.
CARVALHO, José Murilo. **Os Bestializados.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
COSTA, Cruz. **Pequena História da República.** 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.
DEBRUN, Michel. **A Conciliação e Outras Estratégias.** São Paulo: Brasiliense, 1983.
DRAIBE, Sônia e HENRIQUE, Wilnês. "Welfare State, Crise e Gestão da Crise: Um Balanço da Literatura Internacional" in **Revista Brasileira de Ciências Sociais.** São Paulo: Vértice, Fev/1988.
FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder.** 6ª ed. Porto Alegre: Editora Globo, 1985.
FARIA, José Eduardo. "Modelo Liberal de Direito e Estado" in **Lua Nova.** Marco Zero, Abril/Junho/1988.
FUKUYAMA, Francis. "The End of History" in **National Interest.** Washington: Summer/1987.
GUILHERME DOS SANTOS, Wanderley. **Ordem Burguesa e Liberalismo Político.** São Paulo: Duas Cidades, 1978.
HAYEK, Friedrich. **O Caminho da Servidão.** Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1988.
INSTITUT FRANÇAIS DES RELATIONS INTERNATIONALES. "Crise et Réforme de l'Etat-protecteur" in **Ramses.** Paris: 1983/1984.
LEFORT, Claude. **A Invenção Democrática.** São Paulo: Brasiliense, 1987.
MACIEL, Marco. **Idéias Liberais e Realidade Brasileira.** Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1989.

MACPHERSON, C. B. **The Life and Times of Liberal Democracy.** Oxford: Oxford University Press, 1977.

MACPHERSON, C. B. **The Political Theory of Possessive Individualism: Hobbes To Locke.** Oxford: Oxford University Press, 1985.

MACPHERSON, C. B. **The Real World of Democracy.** Oxford: Oxford University Press.

MACPHERSON, C. B. **The Rise and Fall of Economic Justice.** Oxford: Oxford University Press, 1987.

MERQUIOR, José Guilherme. **A Natureza do Processo.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

MERQUIOR, José Guilherme. **O Argumento Liberal.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.

MERQUIOR, José Guilherme. "Renascença do Liberalismo: A Paisagem Teórica" in **Lua Nova,** vol. 4, nº 1. Porto Alegre: LPM Editores, Julho/Setembro 1987.

MILL, John Stuart. **On Liberty.** Suffolk: Penguim Books, 1986.

MORSE, Richard M. **O Espelho do Próspero.** São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **As Desventuras do Liberalismo.** São Paulo: Paz e Terra, 1984.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi (coord.). **Elite intelectual e Debate Político nos Anos 30.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1980.

RODRIGUES, José Honório. **Conciliação e Reforma no Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

SANTOS, Wanderley Guilherme. **Paradoxos do Liberalismo.** Rio de Janeiro: Vértice, 1988.

SCHWARZ, Roberto. **Ao Vencedor as Batatas.** São Paulo: Duas Cidades, 1977.

SCHWARZ, Roberto. **Que Horas São?** São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **Democracy in America.** New York: New American Library, 1956.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **On Democracy, Revolution and Society.** Chicago: The University of Chicago Press, 1980.

VENÂNCIO FILHO, Alberto. **Das Arcadas ao Bacharelismo.** São Paulo: Editora Perspectiva, 1982.

VIOTTI DA COSTA, Emília. "Introdução ao Estudo da Emancipação Política" in **Brasil em Perspectiva.** São Paulo: DIFEL, 1977.

WEFFORT, Francisco. "Incertezas da Transição na América Latina" in **Dilemas da Consolidação Democrática.** São Paulo: Paz e Terra, 1989.

– X –

ABSTRACT

Neo-Liberalism in Brazil

Under external influences, liberal discourse returns among us, seducing hearts and minds. The problem, however, is still that of situating liberalism within Brazilian social thought and, particularly, in the ideology of brazilian elites. In Europe, liberal criticism was aimed at excessive power in democracy. And in Brazil? Among us, in the tradition of "ideas out of place", it appears as a congenital vice: that of an evident gap betwwen the importance attributed to discussions about the role of the State and the market in the organization of national economy, on the one side, and the disinterest regarding the process, now in course in this country, of strengthening democratic institutions, on the other.

RESUME

Néo-libéralisme au Brésil

Sous influences externes, le discours libéral reprend entre nous la séduction des esprits et des coeurs. Reste toujours le problème de situer le libéralisme dans la pensée sociale brésilienne et, surtout, dans l'idéologie de nos élites. En Europe, la cible principale de la critique libérale, qui lui prêta consistence et plénitude, fut l'excès de pouvoir dans la démocratie. Et au Brésil? Chez nous, dans la tradition de "l'idée déplacée", le libéralisme se manifeste comme um vice génétique: celui d'un fossé ente l'importance attribuée aux débats sur le rôle de l'Etat et du marché pour l'organization de l'économie nationale, d'un côté, et de l'indifférence à l'égard du processus en cours, au Brésil, de consolidation des institutions démocratiques, de l'autre.

LIDERANÇA E SUA TÓPICA NO IMAGINÁRIO DOS LÍDERES*

Maria Beatriz Ferreira Lavieri**

RESUMO

O que é um líder na percepção de um líder? Esta é a questão que a autora enfrenta, utilizando um instrumento psicossocial e psicanalítico em bairros populares de João Pessoa. A partir deste marco teórico de análise é possível perceber que as identidades assinaladas não são similares mas contrastantes. De fato, as entrevistas realizadas permitem registrar uma clara contradição entre a identidade do líder no espaço individual-familiar e no espaço social-coletivo em que o sujeito se encontra inserido. Por sua vez, esta contradição parece emergir como elemento novo no estudo das relações entre os movimentos sociais e políticas públicas.

Uma questão – o que é para um líder ser líder? – suscitada no contato com um caso concreto de formação de liderenças de bairro, deu origem às reflexões presentes neste artigo. Não se visa aqui, no entanto, abordá-la no interior do quadro empírico em que se situa – o que vem sendo objeto de uma pesquisa mais ampla em andamento[1]. A perspectiva que se esboça neste texto é a de situá-la teoricamente na articulação dos campos problemáticos da **liderança** e da **identidade.**

De todo modo, como referência, cabe dizer que as lideranças em estudo se constituíram junto a uma organização de moradores de um bairro popular de João Pessoa – a Gauchinha. Embora se encontre atualmente desmobilizada, esta organização foi uma das mais atuantes na história das lutas de bairro da cidade, tendo vivido uma fase de significativa força política, com conquistas efetivas para o bairro. Entretanto, mais do que essa conotação combativa – no contexto de uma cidade sem tradição de lutas populares – o que desperta particular interesse é a sua estreita relação com os chamados agentes externos.

---

* Versão modificada do texto apresentado no IV Encontro de Ciências Sociais no Nordeste (ANPOCS/NE) na sessão temática "Classe, Poder e Representações Simbólicas", em dezembro de 1989.

** Pesquisadora junto ao Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional da Universidade Federal da Paraíba.

É interessante observar como, nos doze anos de sua existência, sempre esteve permeada por interesses oriundos de instâncias externas de poder – ora da Igreja, ora dos Partidos, ora do Poder Público, ora de uma composição dessas forças. Não seria exagerado dizer que, nas respectivas conjunturas em que obtiveram hegemonia, a organização tomou a própria feição desses agentes. Essa influência ganha visibilidade em cada conjuntura, nos formatos que assumem suas práticas organizativas e na configuração substantiva de seus líderes.

Os depoimentos[2] tomados junto aos moradores que estiveram à frente da organização em quatro momentos distintos denotam claramente sua identificação aos modelos citados. Embora tenham surgido lideranças independentes, estas nunca chegaram a compor os quadros de diretoria da organização.

Dentro deste quadro nasceu o interesse de trabalhar a problemática da identidade e liderança, o que, como será tratado a seguir, se articula a um terceiro conceito – o de **identificação.**

Identidade, Sujeito e Lugar da Liderança

Parte-se da idéia de identidade como um construto imaginário que assume contornos diferenciados e muitas vezes contraditórios segundo os diversos referentes de inserção do sujeito no interior do **socius.** Nesse sentido, cabe falar de forma plural em identidades; não havendo uma relação estável e coerente entre as representações inaginárias das posições do sujeito como trabalhador, consumidor, morador de uma área específica, ou participante de um sistema político, seja a nível macro ou micro estrutural (Laclau, 1986)[3]. Sem desconsiderar essa diversidade, voltemos o foco da observação a um desses referentes locacionais da identidade – o de sujeitos pensados em seu papel de líderes no seio de uma organização de moradores.

Ao se fazer referência ao lugar de liderança costuma-se cotejá-lo com chefia, comando, condução, encabeçamento, lugar de frente, etc. Tais funções falam desse lugar, permitem nomeá-lo, portanto. Mas fora daí, a questão se complexifica.

Efetivamente, o lugar de líder só ganha objetividade quando ocupado por um sujeito concreto. Necessário se faz, assim, distinguir esse lugar do sujeito que o ocupa. Ao nível imaginário, esses termos se apresentam recorrentemente confundidos. Muitas vezes eles são superpostos, levando o sujeito, que circunstancialmente ali se encontra, a supor-se encarnar – ser ele próprio – o poder. O lugar do líder é certamente um lugar de poder, porém não se pode desconsiderar que, uma vez afastado o sujeito, o estatuto simbólico do poder permanece, dando espaço a que por ele circulem novos sujeitos (Cabag, 1982).

Como observa Pommier (1989), é na medida em que circunscreve uma região simbólica, onde se projetam os ideais de um grupo, que o líder assegura a coletivização desse grupo em torno dele; e é nessa mesma medida que lhe é dado dispor do poder que essa posição lhe oferece. Assim, não é exatamente o sujeito, mas o **traço simbólico distintivo** outorgado por ele que cria o laço, que coletiviza. Distintivo, porque permite ao grupo – ao se reconhecer nesse

significante e não em outro qualquer – ganhar uma identidade grupal que o diferencia dos demais grupos. Conseqüentemente, afrouxada a relação do sujeito com o traço simbólico demandado pelo grupo, afrouxam-se também os laços que o sustentam na posição de líder. Nessa situação, a menos que, para o grupo, o líder não apareça como que encarnando a posição dos ideais, há um enfraquecimento decorrente nos elos de ligação entre os seus membros. Na ausência do líder, só a preservação desse lugar virtual dos ideais (independente do sujeito que o ocupa) dá consistência, sustenta a coesão do grupo.

Tal questão conduz a uma outra, a ser igualmente observada. Por se constituir numa região de poder, o lugar do líder é um campo investido de tensão, permeado por disputas e conflitos de interesses. Isso quer dos sujeitos que o ocupam ou visam a ocupá-lo, ou mesmo dos membros de seu grupo de referência, quer das instâncias externas de poder a que o grupo se articula – como é o caso dos Partidos, da Igreja e do estado em relação às organizações de bairro. Assim, a posição de liderança dentro dessas organizações, a depender do campo de forças do momento conjuntural, apresenta feições bastante distintas não só em relação aos papéis, mas também em relação às próprias identidades dos sujeitos que vêm ocupá-la. Isso aponta para um condição de provisoriedade no interior da organização tanto da função de liderança, quanto da configuração substantiva de seus líderes.

Entende-se aqui que o fato desse ou daquele sujeito emergir como líder não é uma condição passiva, como se a pura possessão de atributos lhe conferisse essa função. Sem desconsiderar a influência desses atributos, compreende-se que a condição de líder é algo que se produz, só ganhando efetividade face à oportunidade conjuntural de determinados sujeitos acolherem e agirem à frente das expectativas globais que se encontram em jogo e, mais do que isso, de serem acolhidos, ganharem identidade de líder nessa ação.

Identidade e Identificação: Entre o Uno e o Dividido

É numa dupla face que se constrói a noção de identidade. De um lado como **auto-atribuição**, ou seja, como o conjunto de representações e enunciados tomados pelo próprio sujeito para definição de seu ser perante o mundo. De outro, como **alter-atribuição**, sendo também o conjunto das representações e enunciados pelos quais o sujeito é reconhecido pelos outros (Penna, 1987).

Este estudo, entretanto – por se apoiar numa questão remetida aos próprios sujeitos a que se atribui papel de liderança – está mais particularmente voltado às representações de auto-atribuição.

De todo modo, mesmo do ponto de vista da auto-atribuição, não há como falar em identidade sem referência a um outro. Na realidade, a identidade diz de uma alteridade interna, constitutiva do sujeito. A própria idéia de identidade que se constrói no imaginário do sujeito é desde sempre marcada pelo confronto com o outro; constitui-se, a rigor, num ponto de entrecruzamento do individual com o social.

A psicanálise nos ensina que "é em seu semelhante que o ser humano aprende pela primeira vez a se reconhecer" (Freud **in** Steffen, 1988). É desse

confronto que surge no sujeito a representação subjetiva de um eu que se diferencia dos outros. Assim, embora o espelho humano seja seus semelhantes, mais do que a noção de semelhança é, sobretudo, a idéia de **diferença** que se instaura na construção da identidade do sujeito (Brandão, 1986).

Nas palavras de Costa (1989) "identidade é tudo aquilo que se vivencia (sente, enuncia) como sendo eu, por oposição àquilo que se percebe ou enuncia como não-eu". A diferença emerge no próprio confronto, por oposição. Assim, é pela negação que se afirma no sujeito a enunciação subjetiva da identidade: "eu sou eu". É o que, em outros termos, está no dito popular: "quem se desmarca, marca".

O que se afirma no sujeito como identidade origina nele uma suposição: a de que algo dele se mantém, dando constância e continuidade aos diversos momentos de sua existência (Mezan, 1988). Isso implica dizer que as representações de si que daí decorrem "são fixadas historicamente como trans-históricas ou como invariantes transculturais" (Costa, 1989). Uma vez reconhecida em si tal ou qual identidade, quaisquer das ações ou enunciados formulados pelo sujeito serão considerados como manifestação dessa suposta essência que constituiria seu ser (Bleichmar, 1985). Essa suposta identidade tem como corolária uma também suposta unidade do sujeito, que transmitiria um significado homogêneo ao campo total de sua conduta. Muitas vezes, o que se origina num juízo de valor, em relação a um aspecto parcial, estende-se até transformar-se num juízo do sujeito.

Assim, se como diz Laclau (1986), não há efetivamente "nenhuma posição de sujeito cujas conexões com as outras posições possam ser permanentemente asseguradas", isso não impede, por outro lado, que ao nível imaginário as conexões sejam pensadas. Isso, não apenas ao nível da visada do próprio sujeito, como da visada daqueles que o reconhecem em sua identidade. Ainda citando Laclau: "não há nenhuma identidade social integralmente adquirida que não esteja sujeita, em maior ou menor escala, à ação de práticas articulatórias" ... Na analise que realiza, Laclau mostra-nos "um duplo movimento com sinais opostos. Por um lado, há uma tendência no sentido de autonomia, da parte de posições separadas de sujeito; de outro lado, existe a tendência oposta em fixá-las, através de práticas articulatórias, como momentos de uma estrutura discursiva unificada".

São as idéias de unidade, continuidade e homogeneidade, idéias essas próprias à construção imaginária da identidade, que vêm a ser questionadas por um outro conceito forjado pela psicanálise: o conceito de identificação. Este conceito é definido por Laplanche e Pontalis (1986), como "um processo mediante o qual um sujeito assimila um aspecto, uma propriedade, um atributo de outro e se transforma, total ou parcialmente, segundo o modelo deste". Assim, diferentemente da identidade, a noção de identificação remete à idéia de **semelhança**. No dizer de Cabas (1982) "trata-se de uma transformação de um sujeito à imagem e semelhança de um outro".

Nesta citação cabe precisar o que se entende por **outro** e pela **transformação** que se opera no sujeito segundo o modelo desse outro. Estes termos são aqui adotados no sentido emprestado por Nasio (1989). Nessa perspectiva,

o outro que se faz modelo para o sujeito não é exatamente a pessoa do outro, mas o que dele se traduz, ao nível de uma representação subjetiva no sujeito. Nesse sentido, o outro pode assumir o aspecto de uma imagem (global ou parcial), de um traço simbólico ou de uma qualidade, um atributo, um valor qualquer. Por outro lado, quando se fala de transformação segundo um modelo, não se trata de pura imitação ou mimetismo animal, e sim de um processo que aponta para algo em comum que se põe em causa. Na realidade, a identificação se efetiva na medida em que há no sujeito uma representação subjetiva que ganha significação, fecha um sentido, ao vir aí escorar-se, pela semelhança, à realidade externa do outro, em qualquer de seus aspectos.

Identidade e identificação são, assim, noções distintas, que só podem guardar entre si relações de ambigüidade. A identidade constitui-se e diferencia-se pelo conjunto das identificações (Laplanche e Pontalis, 1986). No entanto, a cristalização do conjunto de identificações no sujeito se, por um lado, organiza as instâncias da identidade, por outro, põe a descoberto a fragmentação e a pluralidade do sujeito, colocando em questão a própria estabilidade da noção de identidade. Ocorre que os modelos identificatórios tomados pelo sujeito são muitas vezes desconexos e incompatíveis entre si. Já que esses modelos só se constituem como modelos por encontrarem referentes comuns no sujeito, sua assimilação aponta para as fraturas e conflitos internos ao próprio sujeito. Tendente, no entanto, a se reconhecer numa unidade que daria sentido global a sua conduta, ao nível imaginário as representações de identidade não se deixam relativizar facilmente. Ao contrário, o sujeito erige uma barreira de proteção a essa unicidade e, no sentido de uma síntese, denega sua própria fragmentação em favor de práticas articulatórias.

Para alguns autores a raiz dessa bipolaridade está na linguagem; é inerente a um conflito irredutível presente na ordem simbólica. "O ser falante – como diz André (1987) – só pode ficar conflituado entre esses dois pontos de fuga que a linguagem lhe apresenta, entre o significante da divisão e o da unidade: uma parte do ser escapa, inevitavelmente, e no entanto o sujeito se vê ordenado a fundir-se no ser".

Essas reflexões vêm referenciando a tentativa de articular os campos problemáticos da **identidade** e da **liderança**, onde um impasse teórico-metodológico é permanentemente colocado: o de associar dois termos, em que o primeiro tende a operar como uma espécie de camisa de força em relação ao segundo. Formulando a questão de outra maneira: como não perder de vista a dinamicidade que subjaz à problemática da liderança, cuja lógica aponta para uma condição de provisoriedade, cambialidade, historicidade, ruptura, tensão e conflito, ao lado da lógica da identidade que remete às idéias de unidade, homogeneidade, a-historicidade, permanência e continuidade em si mesmo?

É nesse sentido que articular a temática da identidade de líder a uma terceira noção – a de **identificação** – aparece como um recurso teórico-metodológico que abre caminho na direção de romper com o risco de engessamento criado pela noção de identidade.

Identidade de Líder: Um Objeto em Construção

Ao se ter histórias de vida e de luta política como base de reflexão para

abordar a temática da identidade de líder, entrecruzam-se, em realidade, várias histórias: umas fruto das construções imaginárias de quem as conta, outras das construções imaginárias de quem as lê. Todas, no entanto, marcadas por uma singularidade, que é a singularidade própria de cada imaginário. Cada história, cujo critério de verdade está no imaginário de cada um. Como observa uma das lideranças:

> "Tudo o que eu tô dizendo é o que eu acho. As outras pessoas pode achar de outro jeito. Isso não significa que se você encontrar ali na frente alguém que desminta isso tudinho você diga que eu estou mentindo, porque eu estou dizendo o que eu acho."

Com efeito, no entrecruzamento do lido e do contado, resta como saldo uma entre tantas possíveis leituras. Como vem sendo sinalizado, não se vê esta leitura como deciframento de algo que estaria pré-posto: uma suposta essência de identidade de líder. Tomando de empréstimo o dizer de Mezan (1986), "considerar que ler é decifrar significa supor que o que é lido tem um sentido intrínseco, que a leitura irá revelar se se dotar dos instrumentos adequados e se o leitor for suficientemente perspicaz ... A leitura não é deciframento, mas trabalho, ou seja, negação determinada de dado imediato e construção de um novo objeto" ...

O objeto que vem sendo construído nesta leitura resulta de uma cadeia de significações próprias a esta mesma leitura – significações estas suscitadas pelos depoimentos dos líderes, a partir de algumas questões particulares que emergem no percurso de análise desses depoimentos.

Pelos depoimentos observa-se, como questão de fundo, que a problemática da liderança está estreitamente ligada às injunções conjunturais. Aparece sempre remetida ao campo de forças e interesses sociais e políticos que se engendram, seja ao nível das macro ou das micro conjunturas que dizem respeito mais diretamente à história do grupo em que o líder está inserido. Pode-se dizer até que essas injunções são a condição mesma para a conformação do espaço das lideranças e para dar mobilidade aos sujeitos que ocupam esse espaço, criando o aparecimento e desaparecimento de líderes.

A razão desta mobilidade está em grande parte associada às identificações que as lideranças assumem a cada situação histórica vivenciada, e que têm como efeito emprestar-lhes uma identidade que pode ou não corresponder aos interesses e expectativas do grupo naquele momento. A identificação de lideranças à concepção da Igreja, por exemplo, pode se adaptar muito bem às conjunturas mais autoritárias, em que moradores de uma favela de ocupação ilegal necessitam desenvolver lutas de caráter defensivo, como forma de resistência às tentativas de extinção da favela pelo poder público. Por outro lado, um sujeito identificado à Igreja pode perder seu lugar de liderança em situações cuja estratégia requerida pelas bases em relação ao poder público passa a ser a de desenvolver práticas reivindicativas de cunho constestatório, aliadas a mecanismos no sentido de forçar a abertura de negociações.

É necessário ter em vista que a identidade do líder só se constrói no campo do coletivo – no interior de um grupo social determinado, o que faz dele

um ator social por excelência – mas que, contudo, esse líder é, ao mesmo tempo, um sujeito singular. Assim, esse sujeito vai atuar e falar não só como um coletivo, como representante deste coletivo, mas também como um cidadão singular, com as identificações e a subjetividade que lhe são particulares. A cada situação vivenciada a identidade do líder passa por esse conflito.

É o que se pode ler, por exemplo, na fala de um dos entrevistados, ao relatar seu aprendizado político na experiência coletiva de invasão de terra:

> "Eu tive medo. Sou filha de um sertanejo que gosta das coisas no seu devido lugar. Então, me criou naquilo e tive medo. Eu não fui criada vendo ninguém invadir a nada dos outros, ninguém fazer a casa onde a pessoa não comprava aquele terreno, docujmentava aquele terreno. Mas meu marido falou assim: – O que os outros vai fazer eu também faço; se os outros ficarem eu fico, se outros saírem eu saio."

Como se vê, subjaz a este relato um confronto de ordens de valores construídos em dois espaços distintos de legitimação: por um lado, o espaço individual da história familiar do sujeito, por outro, o espaço social de um outro coletivo em que este sujeito está também inserido. Esses dois espaços de legitimação são muitas vezes conflitivos e, portanto, não são superpostos com facilidade. O relato em questão aponta para este conflito, cuja solução encontrada pelo sujeito foi a de retornar ao espaço íntimo da família e de ali buscar uma nova mensagem com poder de calcionar e dar legitimidade às suas ações no espaço social mais amplo.

Por envolver em si questões que se ligam de maneira muito estreita ao cotidiano da vida das famílias, isso leva a pensar se o conflito entre estes dois espaços de legitimação não se coloca de forma mais enfática nos movimentos de moradores, dando-lhes uma relativa especificidade. Isto, em contraste com os movimentos sindicais ou partidários, por exemplo, onde as questões em causa e as próprias decisões que elas demandam aparecem menos afeitas ao plano familiar.

Independentemente disso, se, por um lado, um sujeito na situação de líder de bairro não pode prescindir do coletivo – desse espaço privilegiado da política que é a condição mesma de sua existência enquanto líder – por outro, nem sempre eles estará identificado ao coletivo ou conquistando reconhecimento nas expectativas deste coletivo. Há momentos em que as posições líder/grupo são inconciliáveis e, para o líder, manter-se nesses momentos como representante dos interesses coletivos, significa o risco de, ao confundir-se no grupo, perder sua própria subjetividade enquanto sujeito. Essa ameaça concorre para o aparecimento de situações recorrentes em que a saída para o líder é o rompimento com o coletivo ou a criação de sub-grupos em seu interior.

Assim, ao se pensar em identidade de líder deve ser levado em conta que, na relação sujeito/outro que configura essa identidade, há fracionamentos nos dois pólos da relação. Não só há fraturas e conflitos internos ao próprio sujeito, mas o outro ao qual o sujeito se identifica, e que forma um "nós" ao qual ele se inclui enquanto coletivo, lhe aparece sempre de forma fracionável, cambiável.

Isso fica bastante evidenciado nos depoimentos que serviram de base a essas reflexões. A cada situação relatada pelas lideranças pode ser observada uma variada gama de junções e disjunções na relação líder/coletivo, onde as representações que cada líder constrói de si cambiam desde sua inclusão no universo global do grupo, passando por pequenos e diferentes subgrupos até a sua total exclusão do coletivo: "eu sou eu, os outros é os outros", diz um dos entrevistados.

Para finalizar, outra questão fundamental a ser observada refere-se a um terceiro pólo que aparece sempre presente na relação líder/grupo: o Estado em suas diferentes configurações institucionais. Ou seja, a identidade de líder se constrói não só a partir de um conjunto de identificações que dizem respeito a seu grupo de referência ou mesmo à rede de instâncias políticas externas a que o grupo se articula, mas está sempre também remetida ao Estado. Em outras palavras, na visada do grupo ou na do próprio líder, a identidade deste só vem a se configurar nesse ponto de embate grupo/Estado. É como se o líder só pudesse existir como líder nesse confronto. Como se tal existência estivesse condicionada a que a relação líder/Estado contivesse – por um processo de condensação – a expressão mesma desse confronto.

Assim, observar como as lideranças se posicionam em relação às políticas públicas – nas configurações conjunturais específicas locais e sobretudo nas que dizem respeito mais diretamente aos bairros e aos conflitos de moradores – ganha particular interesse como aspecto indissociável da temática em questão.

NOTAS

[1] Pesquisa **"Movimentos Sociais Urbanos e Estado no Nordeste: a Unidade Urbana de João Pessoa"**, financiada pela FiNEP e CNPq, tendo como um de seus subtemas: "Liderança e Identidade Política".

[2] As entrevistas – feitas com o objetivo primeiro de servir como fonte de dados à tese **"Moradia e Conflito: Os Programas de Urbanização de Favelas"**, elaborada por Ana Maria S. M. Farias junto ao Mestrado em Ciências Sociais da UFPB (1990) – nos foram cedidas para a realização da pesquisa acima referida.

[3] Idéia semelhante no campo da psicanálise é encontrada em Freud: "Cada indivíduo é uma parte componente de numerosos grupos, acha-se ligado por vínculos de identificação em muitos sentidos e construiu seu ideal de Ego segundo os modelos mais variados. Cada indivíduo, portanto, partilha de numerosas mentes grupais – as de rua, raça, classe, credo, nacionalidade, etc" ... in **Psicologia de Grupo e Análise do Ego. vol. XVIII, Pág. 163.**

BIBLIOGRAFIA

ANDRÉ, S. – **O que quer uma mulher**? Zahar, 1987.

BLEICHMAR, H. – **O Narcisismo: Estudo sobre a Enunciação e a Gramática Inconsciente**, Artes Médicas, 1985.

BRANDÃO, C. R. – "Os Nomes Sociais dos Tipos de Pessoas", in **Identidade e Etnia**, Brasiliense, 1986.

CABAS, A. G. – "O Outro: Definição e Campo", in **Curso e Discurso da Obra de Jacques Lacan**, Moraes, 1982.

COSTA, J. F. – **Psicanálise e Contexto Cultural: Imaginário Psicanalítico, Grupos e Psicoterapias**, Campos, 1989.

FARIAS, A. M. S. M. – **Moradia e Conflito: Os programas de Urbanização de Favelas.** Tese de Mestrado. Mestrado em Ciências Sociais da UFPB, 1990.

FREUD, S. – "Psicologia de Grupo e Análise do Ego", in **Edição Standard das Obras Completas de Sigmund Freud**, vol. XVIII, Imago, 1969.

LACLAU, E. – "Os Novos Movimentos Sociais e a Pluralidade do Social" in **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, número 2, ANPOCS/Cortez, 1986.

LAPLANCHE, J./PONTALIS, J. B. – "Identificação" in **Vocabulário de Psicanálise**, Martins Fontes, 1986.

MEZAN, R. – "Identidade e Cultura" in **A Vingança da Esfinge**, Brasiliense, 1988a.

"A Querela das Interpretações" in **A Vingança da Esfinge**, Brasiliense, 1988b.

NASIO, J. D. – "O Conceito de Identificação" in **Lições sobre os 7 Conceitos Cruciais da Psicanálise**, Zahar, 1989.

PENNA, M. L. F. – **Coisa de Artista? Um Estudo sobre os Significados Sócio-Culturais da Identidade de Arte-Educador.** Projeto de Dissertação, MCS/UFPB, 1987.

POMMIER, G. – **Freud Apolítico**? Série Sexto Lobo, Artes Médicas, 1989.

STEFFEN, R. – "A Tópica do Imaginário" in **A Clínica da Psicose**, Papirus, 1988.

ABSTRACT

Leadership in the Leaders' Perception

What is a leader, in a leader's perception? The author confronts this question utilizing psychosocial and psychoanalytic instruments applied to popular neighborhoods in João Pessoa. This theoretical framework reveals not similar, but contrasting identities. The interviews register, in fact, a clear contradiction between the leader's identity in the individual-familial world and in the social-collective world in which he is inserted. This contradiction, in its turn, emerges as a new element in the study of relations between social movements and public policies.

RESUME

"Leadership" dans la perception des leaders

Qu'est-ce qu'un leader dans la perception d'un leader? C'est la question que l'auteur cherche a répondre, se munissant d'instruments psycho-sociaux e psychoanalytiques appliqués aux quartiers populaires de João Pessoa. Ce cadre théorique permet d'indiquer que les identités perçues ne sont pas similaires, mais contrastantes. En effet, les entretiens révèlent une nette contradiction entre l'identité du leader à l'intérieur de l'espace individuel-familial et dans l'espace sociocollectif où il s'insère. A son tour, cette contradiction émerge en tant qu'élément nouveau dans l'étude des rapports entre nouvements sociaux et politiques publiques.

O IMAGINÁRIO OLIGÁRQUICO E A MODERNIZAÇÃO AGRÁRIA NO BRASIL: PILHAGEM, APROPRIAÇÃO E ESPECULAÇÃO*

Paulo Henrique Martins**

RESUMO

O processo de modernização na agricultura não conduziu o país à modernidade, como ocorreu na Europa. As oligarquias agrárias, conduzidas pela razão mercantilista, especulativa e dilapidadora de recursos humanos e naturais, apropriaram-se do processo, garantindo sua sobrevivência. Assim, a razão capitalista ingressa no campo, mas sob formas e contingências condicionadas pelas estruturas de poder arcaicas. O Estado, com sua política de crédito, é o grande estimulador deste processo. Sob o discurso – partilhado pelos economistas e planificadores de esquerda e de direita – de introduzir a razão capitalista e extinguir as estruturas arcaicas a modernização agrária conduz à reprodução, sob forma diferenciada, das velhas oligarquias. Esta tese o autor sustenta estudando os projetos financiados pela SUDENE no Nordeste. A partir de uma pesquisa na região, os projetos de modernização da agricultura são classificados em três tipos, segundo as formas de apropriação realizadas pelas oligarquias locais.

Introdução

A modernização agrária no Nordeste, ao longo dos últimos trinta anos, traduz, com clareza, uma das principais tendências da modernização agrária brasileira: a de um forte movimento destrutivo e especulativo resultante da "praxis" de reforço e renovação simbólica do "imaginário arcaico ou pré-moderno" que sustenta a estrutura do poder oligárquico há vários séculos.

Gostaria de lembrar, inicialmente, que o sentido desta modernização agrária – que os economistas adoram chamar de "modelo de desenvolvimento" – foi determinado pela "atualização" simbólica do imaginário oligárquico brasileiro, que é uma das formas de expressão do imaginário fundado secularmente

---

* Traduzido do francês por Cristina Carvalheira do Nascimento.

** Sociólogo, Professor da Universidade de Pernambuco (FESP).

sobre o desejo de pilhagem e de uso destrutivo e especulativo das riquezas naturais e daquelas transformadas pelo homem. Sua atualização, pelas oligarquias, torna-se decisiva para a conservação da lógica de dominação tradicional baseada no clientelismo, que joga um papel central na regulação de algumas instituições econômicas, sociais e políticas.

Neste contexto, vou chamar a representação lógica deste imaginário patrimonialista de "razão patrimonialista pré-moderna" para estabelecer as condições sócio-históricas particulares que serviram de base ao ordenamento das imagens arquétipas primordiais das oligarquias e à sua auto-criação social. O uso do termo "razao" serve também para estabelecer uma linguagem que facilite a compreensão das diferenças existentes entre o imaginário patrimonialista e o capitalista, que inspira o que se chama habitualmente de "razão burgueza" ou "razao ocidental moderna".

Esta reflexão teórica sobre os fundamentos aparentemente "não visíveis" do "agir" oligárquico permite compreender melhor o movimento de instituição do sócio-histórico para estas oligarquias, particularmente no Nordeste. Mas também serve para mostrar a continuidade de um trabalho imaginário anterior, de criação simbólica e institucional dos interesses oligárquicos fundiários tradicionais na trama da modernização "nacional" brasileira ao longo do século XX.

O Nordeste agrário emerge como um campo territorial e político privilegiado para a reflexão sobre o caráter conservador da instituição imaginária da modernização na medida em esta região foi, irrefutavelmente, o berço do oligarquismo brasileiro. Através do caso Nordeste creio poder demonstrar que o programa de modernização agrária implantado não resultou necessariamente na eliminação do "tradicional" pelo "moderno". Minha tese é que, ao contrário, a instituição da modernização contribuiu para reproduzir o poder arcaico através da atualização anteriormente mencionada.

A Razão Patrimonalista

A razão patrimonialista é pré-moderna no sentido estrito do termo, na medida em que ela precede, fenomenologicamente, a razão utilitarista moderna que funda a sociedade sobre o cálculo econômico e o interesse, cuja generalização na Europa provocou a destruição da ordem societal tradicional. Porém, ela não tem uma significação puramente anti-moderna e objetivamente tradicional como a razão "não-utilitarista" própria à cultura do ócio da nobreza medievel européia, opondo-se em todos os pontos à cultura burguesa, que a substituirá mais tarde. Deve-se antes afirmar que ela é "semi-utilitarista" e "semi-moderna", pois foi ela quem estruturou a lógica mercantilista do projeto colonizador europeu, destruiu as sobrevivências da economia senhorial e inaugurou as transformações gerais que resultaram na sociedade moderna. Seu utilitarismo é parcial na medida em que a idéia de utilidade, que orienta o funcionamento da sociedade de mercado, não foi ainda generalizada e se defronta com a moral cristã e seus princípios não-utilitaristas de justiça, dever e piedade que foram, por longo tempo, a base do catolicismo colonizador. Ela advém, de fato, de uma pulsão real de apropriação rápida das riquezas materiais através da pilhagem, de exploração selva-

gem ou de troca de mercadorias, que não são suficientes, de per si, para estruturar culturalmente a sociedade dita moderna, onde a emancipação exige modificações qualitativamente distintas.

A razão patrimonialista mercantil diferencia-se da razão utilitarista burguesa na medida em que ela, apenas parcialmente, é dominada pela moral do "cálculo de interesse", moral esta portadora de valores indispensáveis ao sucesso da sociedade industrial. Por outro lado, distingue-se da "razão tradicional", entre outros, pelo fato de que a idéia de "riqueza" no mundo das significações arcaicas não tem um fim útil em si mesma pois ela é dominada por um código moral que valoriza a riqueza apenas como meio de satisfação de outras necessidades importantes, porém não diretamente utilitaristas e fora do universo da mercadoria, como o prestígio, a honra e o exercício do poder.

O imaginário patrimonialista desempenhou um papel importante na expansão da economia de mercado e na edificação das sociedades industriais. Efetivamente, é com a empresa mercantilista que o movimento de "apropriação pelo enriquecimento fácil" transformou-se qualitativamente: de um movimento de pura pilhagem e apropriação das riquezas, arbitrário e impreciso em seus inícios, passou a um outro fundado sobre critérios mais rigorosos de ganho e perda, permitindo uma melhor diferenciação entre os bens a comercializar e aqueles a transformar, encorajando a aprendizagem do trabalho e a investigação de novas técnicas. Esta modificação qualitativa, e historicamente significativa, do ritual dos agentes no jogo de mercado traduz a subordinação da prática especulativa e nitidamente destrutiva do mercantilismo para aquela da previsão e da antecipação das ações visando maximizar os lucros e minimizar as perdas.

Na Europa, esta reinvenção do "agir" dos atores, pela transformação da utilidade como valor instituinte da sociedade, contribuiu para introduzir modificações radicais nos sistemas políticos, que conduziram à quebra das hierarquias rígidas das sociedades das ordens e das castas e à equalização das condições políticas de acesso para todos os indivíduos – os cidadãos – à economia de mercado. O encadeamento dos fatos históricos avançou, portanto, no sentido de uma submissão da razão pré-moderna à razão utilitária moderna. Estas observações permitem sinalizar, desde já, um dos pontos centrais deste texto: o acontecimento da modernidade na Europa não é um fenômeno generalizável e arbitrariamente disponível a todas as sociedades, como se fosse uma tendência universal irreversível. Tal representação, além de ilusória, tem trazido um prejuízo enorme a numerosas populações do globo, particularmente àquelas do Terceiro Mundo. A submissão da lógica da pilhagem indeterminada à lógica do cálculo de riscos determinados é uma mudança cultural muito específica da história européia, e sua generalização fora deste continente é, ainda, excepcional.

Na maior parte dos países do Terceiro Mundo, incluindo o Brasil, a coexistência problemática de várias lógicas instituintes do poder e da sociedade tem sido, até hoje, a regra. É, portanto, nesta ótica de confrontação política de forças submetidas a imaginários opostos – o imaginário patrimonialista holista, de um lado, o imaginário utilitarista individualista, nascido da economia de mer-

cado, de outro – que se deve buscar o sentido das transformações das últimas décadas no Nordeste.

Levando em consideração a complexidade da sociedade brasileira, é particularmente importante compreender, no sistema complexo de significações imaginárias, quais são os elementos lógicos que ordenam e determinam a forma como as oligarquias se valorizam e se representam simbolicamente a si próprias e a forma como representam o mundo exterior à sua experiência particularista e holista. Esta lógica é, em princípio, a da apropriação de riquezas materiais através de meios políticos freqüentemente autoritários, que garantem o usufruto de privilégios do indivíduo ou do grupo de identificação e tambem a integridade da potência holista, isto é, de uma potência que assegura a diferenciação hierárquica dos indivíduos segundo os critérios que privilegiam, sobretudo, a unidade do "Príncipe", como os critérios de herança e lealdade. O exercício desta potência garante também o sistema clientelista de apropriação e de distribuição das riquezas produzidas pela sociedade. O que é o coração da razão patrimonialista.

O Poder Patrimonialista

O imaginário mercantilista, que institui o poder patrimonialista, é aquele que orientou a aventura colonizadora portuguesa e a fundação da sociedade patrimonialista brasileira a partir do século XVI.

A variedade de riquezas naturais e as amplas possibilidades de exploração econômica desta colônia tropical das Américas atraíram a atenção e suscitaram a esperança de enriquecimento fácil e rápido da nobreza e dos mercadores portugueses. A concessão de grandes extensões de terras, as sesmarias, foi a solução mais simples para proteger a colônia das ameaças francesas e inglesas e para garantir o desenvolvimento de uma exploração econômica capaz de alimentar as caixas do Estado patrimonialista português. Ao que se pode acrescentar que as concessões de sesmarias eram adequadas às possibilidades financeiras e demográficas de Portugal na época.

É verdade que, ao longo dos séculos, a trama da modernização modificou as formas de ordenamento interno e de representação externa da ordem patrimonialista com a abolição da escravatura, a regulamentação do trabalho livre, a expansão econômica industrial e urbana, a emancipação política republicana, a extensão do direito de voto às mulheres e aos pobres e, sobretudo, a emergência dos movimentos sociais.

A despeito destas evoluções, a sociedade brasileira e, nesta, particularmente a nordestina, é marcada fortemente pela presença dos sinais e tabus do poder tradicional que garantem, por exemplo, ainda hoje, a estabilidade sócio-política dos grandes latifundiários. Isto não é uma simples coincidência, na medida em que o poder patrimonialista sempre foi, naturalmente, muito dependente de sua base agrária exportadora, tanto do ponto de vista econômico quanto do ponto de vista político. De um lado, o "Príncipe" dependia dos recursos fiscais provenientes das exportações, necessários ao funcionamento do estado patrimonialista – um funcionamento baseado sobre uma forte redistribuição clientelista do dinheiro e de outros serviços a todos os burocratas civis e militares, às

oligarquias religiosas e políticas, como também às oligarquias fundiárias. De outra parte, a legitimidade política do poder patrimonialista era assegurada, em grande parte, graças às oligarquias fundiárias, que encarnavam pessoalmente e, talvez de maneira muito transparente, durante muito tempo, a potência absoluta do "Príncipe". No século XX, estas oligarquias continuaram a exercer seu papel de base legitimadora do poder patrimonialista através do monopólio das redes políticas e administrativas locais.

Os acontecimentos do Pós-Guerra contribuíram para modificar, de maneira definitiva, os termos da dependência material e simbólica, com repercussões importantes sobre a estrutura política destas sociedades erguidas a partir da lógica patrimonialista mercantilista. A partir dos anos cinqüenta o imaginário da modernização tornou-se culto à "ideologia do desenvolvimento" difundida pelos intelectuais e universidades norte-americanas, com a criação de faculdades e centros de estudos econômicos na América Latina e o surgimento de uma geração de economistas planificadores. A institucionalização do culto ao desenvolvimento deu continuidade ao processo de construção simbólica da "Nação moderna" que tem suas raízes plantadas nos anos vinte.

No período da democracia populista (1945:1964), o mito desenvolvimentista foi ritualizado pela enorme pressão de mudança da estrutura de poder e, principalmente, da estrutura agrária. Tratava-se, fundamentalmente, de uma corrente que visava a introduzir uma racionalidade econômica e instrumental na sociedade, o que, teoricamente, contrariava profundamente o interesse e as regras de jogo da ordem patrimonialista.

Assim, toda a trama da discussão sobre o desenvolvimento econômico, surgida no seio da sociedade urbana e industrial ao longo dos anos cinqüenta, e que influencia largamente a opinião pública, dirigiu-se para o questionamento da cimportância instituinte desta razão particularista pré-moderna que justificava a sobrevivência de uma sociedade holista hierarquizada – sociedade cuja base de poder era um obstáculo a toda saída política aberta uma participação universal dos novos atores sociais. Uma sociedade cujo código moral, encarnado no poder do "Príncipe", contrariava diretamente os sonhos democráticos das novas camadas sociais urbanas.

Os avanços democráticos desta época e o questionamento dos privilégios da ordem patrimonialista pelos movimentos políticos organizados conduziram os mestres do poder a articular uma estratégia de sobrevivência, cujo sucesso foi coroado com o golpe de estado de 1964. Esta saída anti-constitucional abortou os movimentos políticos que visavam à modificação das instituições econômicas e políticas patrimoniais arcaicas, em particular a estrutura agrária, e tornou possível uma via modernizadora de tipo conservadora, cujo fracasso evidente encontra-se no centro das lutas populares no Brasil, hoje.

A Tragédia Política de 1964

O golpe militar de março de 1964 teve suas orígens em importantes decisões que demonstraram o destino socialmente trágico do imaginário modernizador do campo agrário brasileiro. Na prática, ao contrário do que se passou na

história de certos países europeus, estes acontecimentos significaram a diminuição das capacidades de pressão política dos trabalhadores rurais e das classes médias "modernizantes", que desempenharam um papel, enquanto atores sociais importantes, para a criação e a representação de iniciativas políticas coletivas necessárias à transformação de mundo rural. A partir daquele momento esta modernização ganhou uma face abertamente conservadora reforçando, de uma parte, os interesses patrimonialistas e, de outra parte, o fenômeno da exclusão social.

O golpe de estado permitiu, aos antigos proprietários, melhor se posicionar politicamente nas instâncias responsáveis pela elaboração e execução das políticas de desenvolvimento no mesmo movimento de eliminação dos mecanismos jurídicos e políticos que garantiriam a representaçao do imaginário modernista. O ano de 1964 registra, assim, um momento importante de adaptação da antiga ordem patrimonialista à sociedade industrial de mercado. A eliminação das instituições democráticas permitiu aos antigos "donos do poder" (as oligarquias fundiárias, a antiga burocracia militar e civil) e aos novos associados (os grandes grupos industriais e financeiros) de concluir um pacto político restrito, porém eficaz. O pacto tornou-se exeqüível graças à utilização do aparelho de estado em proveito dos "donos", através da ampliação de um certo mecanismo de acesso aos canais de decisões políticas e administrativas e à divisão seletiva dos recursos públicos destinados à modernização agrária. Este mecanismo, velho de séculos, agora renovado, é o clientelismo, que tem um papel decisivo para a manutenção da unidade e da identidade da ordem patrimonial.

A ruptura da ordem constitucional permitiu às antigas forças políticas do Nordeste retomar o controle da designação dos dirigentes dos organismos de planificação e de financiamento do "desenvolvimento", do sistema de acesso à função pública e de influenciar a elaboração, execução e fiscalização dos investimentos destinados ao "desenvolvimento". Houve, assim, a apropriação efetiva pelo "Príncipe" e seu novo aliado, o "Burguês", dos recursos financeiros e técnicos. As oligarquias agrárias souberam, por exemplo, usar o financiamento da modernização para aumentar a extensão física de suas terras ou adquirir mansões, apartamentos ou terrenos nas zonas de especulação urbana, como aquelas à beira-mar.

A Questão Agrária e os Beneficiários da Modernização

A situação agrária do Nordeste, hoje, é o resultado histórico de relações de forças que se radicalizaram nos anos cinqüenta e desembocaram na solução violenta e precária de 1964. Ela resulta de conflitos de interesse que opõem, desde os anos cinqüenta, os membros da antiga ordem patrimonial dominante – em particular as oligarquias fundiárias e a burocracia estatal – aos empresários modernos, à classe média urbana e aos trabalhadores rurais. E ela é reveladora da maneira como, face às pressões modernizadoras, a ordem patrimonialista redefine suas estratégias em um contexto de expansão do mercado e industrialização urbana aceleradas. Estas pressões têm efeitos diversos sobre o funcionamento do estado, sendo este obrigado a se modernizar para responder

aos novos interesses políticos e a instaurar os mecanismos institucionais necessários à empreitada "desenvolvimentista".

Ao nível do poder central, o surgimento de uma burocracia moderna "desenvolvimentista" encarregada de planificar o "desenvolvimento nacional" e "regional" e a adoção de iniciativas políticas concretas, destinadas a repensar a participação do Estado na passagem da ordem "tradicional" à ordem "moderna", favoreceram a emergência das idéias modernizantes na opinião pública.

A formulação de uma estratégia de modernização agrária para a região foi sistematizada desde 1956 por um grupo de economistas influenciados por Celso Furtado, teórico da CEPAL e diretor-geral do BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico). Designado pelo próprio Presidente da República, Furtado viu-se coordenando o GTDN (Grupo de Trabalho sobre o Desenvolvimento do Nordeste), cujo objetivo era o de definir as ações concretas indispensáveis à transformação da estrutura agrária tradicional, particularmente da zona açucareira, da zona da Mata do estado de Pernambuco, e do algodão/pecuária do Sertão. Tratava-se, segundo Furtado e seus seguidores, de introduzir uma racionalidade instrumental na economia tradicional visando a aumentar a produtividade agrícola e estimular o consumo produtivo e a expansão industrial. A destruição das práticas "não-racionais" tradicionais – particularmente da pequena produção – consideradas como "obstáculos ao desenvolvimento" deveriam ser, segundo eles, objeto de uma ação conduzida pelo Estado a partir de certas modificações da estrutura fundiária, da introdução de novas tecnologias e da abertura de linhas de crédito àqueles interessados em participar dos programas de modernização agrária.

A questão agrária aparecia, então, como uma das tensões mais graves da trama modernizadora, na medida em que ela delimitava nitidamente a antinomia entre dois imaginários, o dos que queriam uma saída "progressista" – modernizar através de transformação da estrutura agrária – e aqueles que exigiam uma saída "conservadora" – modernizar sem transformar a estrutura agrária. Para os primeiros, tratava-se de quebrar a estrutura oligárquica pela reforma agrária, considerada como indispensável à incorporação do maior número de trabalhadores ao setor produtivo. Para os segundos, tratava-se de preservar a estrutura agrária tradicional, não importando a qual preço, para assegurar a reprodução do poder oligárquico.

Globalmente, a modernização agrária no Nordeste pode ser definida como o resultado da implantação de um programa agenciado pelo Estado e inspirado por uma certa ideologia econômica – a da "economia do desenvolvimento" – cuja conseqüência principal foi a eliminação do emprego produtivo através da destruição da vida camponesa em proveito, principalmente, da expansão da pecuária extensiva. O encorajamento desta atividade tradicional mostrou-se muito apropriado ao sucesso da modernização oligárquica e à atualização da razão mercantilista especulativa. Sobretudo porque a pecuária extensiva é uma atividade que oferece muito pouco risco: ela não exige nem uma estrutura administrativa complexa, nem funcionários especializados. Ela engaja um número limitado de trabalhadores e é relativamente protegida das flutuações de preços graças ao seu aspecto auto-reprodutivo, herança da antiga economia latifundiária.

Rapidamente, esta atividade mostrou-se um meio eficaz e facilmente controlável para apropriar o crédito governamental e, em conseqüência, criar mais "riquezas" individuais. Esta exploração extensiva que, em um país capitalista avançado seria objeto de atenção limitada dos empresários, suscitou, no caso brasileiro, uma atenção extrema da parte dos candidatos ao crédito governamental. Na verdade, a atração das oligarquias pela modernização era a revelação de seu imaginário arcaico a partir do binômio terra/crédito. A possibilidade de apropriação do crédito governamental era diretamente proporcional à quantidade de terras juridicamente registradas pelo proprietário no momento da apresentação do projeto. O caráter especulativo da pecuária tradicional mostrou-se muito funcional para uma economia como a brasileira (submetida a uma conjuntura inflacionária permanente), a terra e o gado funcionando como reservas eficazes para valorizar o patrimônio, contribuindo para eliminar os riscos de uma economia de mercado complexa.

De forma geral, é necessário sublinhar que a "razão da pilhagem, da apropriação e da especulação" dominou, em diversos níveis, o ritmo de implantação de todos os projetos em direção à modernização da agricultura da região – inclusive aqueles sob controle de grupos econômicos capitalistas – e da demanda de crédito pelo proprietário, até a aprovação final de seu projeto: a mesma razão que fez funcionar o conjunto da rede clientelista, garantindo a harmonia da estratégia "desenvolvimentista".

Mas não são apenas as antigas oligarquias fundiárias ou os novos empresários de origem urbana que se aproveitaram da situação. É necessário assinalar as responsabilidades das oligarquias políticas e da burocracia civil e militar que lucraram, de sua parte, com a implantação do "Estado desenvolvimentista" e da concentração do poder institucional, a partir de 1964, para ampliar seu próprio poder ao nível das instâncias estatais de decisão. A burocracia civil, por exemplo, utilizou os mecanismos clientelistas para aumentar direta e indiretamente sua renda pessoal e seu nível de consumo: tanto através de serviços "técnicos" especializados, destinados aos "clientes" externos – como é o caso, por exemplo, nas ocasiões de preparação dos projetos de modernização – quanto através da auto-atribuição de gratificação suplementar pelo exercício das "funções públicas".

O papel do pessoal da função pública para o projeto desenvolvimentista não se reduziu a tarefas burocráticas e políticas necessárias ao funcionamento do sistema clientelista. Estes economistas – notadamente os planificadores – tiveram igualmente um papel na elaboração das grandes linhas do "discurso tecnocrático do desenvolvimento" e isto independentemente de suas ideologias de direita ou de esquerda. Legitimar a idéia da modernização agrária julgada válida para o símbolo "desenvolvimento do Brasil" em seu conjunto era uma necessidade inerente ao funcionamento da economia de mercado na conjuntura internacional dos anos sessenta e setenta. Dar uma imagem ilusória do Estado centralizador e torná-lo o principal e único mecanismo simbólico do sucesso do "projeto nacional" foram as duas idéias centrais deste discurso. O primeiro foi útil para ocultar uma questão política decisiva para a compreensão do processo de modernização agrária: o fato de que este processo era o resultado de uma

intervenção autoritária do Estado na sociedade. e que este autoritarismo sustentava-se na eliminação da experiência democrático-populista e sobre a repressão dos movimentos populares. O segundo eixo serviu para esconder a natureza socialmente perversa da lógica patrimonialista que informava o funcionamento da máquina estatal clientelista responsável pela eficácia do autoritarismo desenvolvimentista. Esta ideologia estatal serviu igualmente para justificar o processo de apropriação dos recursos da modernização pela ordem patrimonialista.

Concretamente, os resultados práticos desta modernização agrária do Nordeste podem ser classificados segundo a intensidade da resistência da razão patrimonialista arcaica à introdução de uma razão calculista moderna fundada sobre o interesse e o lucro – o que domina teoricamente o universo significante dos "economistas do desenvolvimento". Este constitui, sem dúvida, o principal problema da modernização agrária dependente, que é um outro ponto importante desta reflexão. Isto na medida em que esta ação modernizante remete à delicada operação de ajustamento de um "modelo teórico estrangeiro" à vontade política e à disposição cultural de certos grupos dominantes cujos imaginários são umbilicalmente ligados a valores tradicionais pertencentes a uma ordem mercantilista e particularista pré-moderna.

Esta oposição inicial a um "modelo teórico de desenvolvimento" foi superada através da implementação de uma estratégia de resistência, de adaptação e de criação histórica que consistiu, no plano simbólico, em se apropriar da representação imaginária da modernização e, no plano político, em criar mecanismos institucionais necessários para operar esta apropriação. A privatização do crédito agrícola foi o resultado prático desta estratégia de modernização oligárquica. De certa maneira, a novidade da modernização limitou-se principalmente à renovação do discurso patrimonialista das oligarquias, deixando em suspenso a questão da introdução da racionalidade instrumental na agricultura. A passagem da "teoria do desenvolvimento" para a "prática do desenvolvimento patrimonialista" foi mediatizada, evidentemente, pelos mecanismos de regulação clientelistas necessários à proteção da ordem do poder que poderiam impedir eventuais reações de uma opinião pública desfavorável, situada fora do Estado e à margem da rede de clientela. Reações que eram, portanto, inevitáveis, como foi demonstrado pelos acontecimentos posteriores.

As resistências à penetração de uma razão utilitária calculista foram mais fortes onde o poder patrimonialista era visivelmente marcado por sua configuração tradicional, isto é, quando, ao nível das atividades de base, as oligarquias eram diretamente engajadas no sistema clientelista (caso do coronelismo rural). Onde a economia de mercado era mais desenvolvida, as relações clientelistas eram mediatizadas pela justiça ou pelo sistema de repressão policial parcialmente sob o controle do Estrado, funções que escapavam à oligarquia. Neste caso, as resistências à adoção da razão calculista, ordenadora e interessada foram menos fortes.

Partindo dos resultados de um estudo encomendado pela SUDENE, em 1987, a um grupo de consultores externos, cujo objetivo era a avaliação das conseqüências sociais do programa de modernização rural financiado por este

organismo de planificação, elaboraram-se os traços teóricos de uma tipologia que permite melhor compreender o sentido complexo de adaptação e de atualização da ordem político-cultural "patrimonialista" às exigências de transformação impostas pelo programa de modernização.

Como em toda tipologia, os modelos colocados em evidência constituem uma representação simplificada do real. Mas eles são, assim mesmo, um meio eficaz para abordar a problemática da modernização, que demanda um aprofundamento posterior.

As Vias Oligárquicas da Modernização

De uma maneira geral a estratégia de modernização oligárquica no Nordeste efetuou-se por três vias, que se caracterizam por reações relativamente diferentes de resistência/adaptação/criação às pressões transformadoras.

A primeira, que qualifico de "via oligárquica típica", é aquela em que a resistência da razão patrimonialista à razão utilitária calculista na implantação das empresas agrícolas foi a mais robusta. A segunda é aquela em que, embora a razão especulativa domine o funcionamento dos projetos, pode-se observar a existência de certos sinais próprios às empresas modernas: chamemo-la de "via oligárquica transformada". A terceira, enfim, é aquela em que a razão patrimonialista apresenta certos sinais de vitalidade, mas onde a razão calculista utilitária domina: preferi nomeá-la de "via capitalista oligárquica".

Via Oligárquica Típica

Ela compreende os projetos de modernização das zonas mais tradicionais do Nordeste, aquelas situadas no sertão. Trata-se das zonas semi-áridas ocupadas depois do século XVII no quadro dos grandes latifúndios pecuários, em seguida, no século XVIII, do algodão para expotação. Em razão da importância histórica da pecuária, para a instituição da sociedade local, estas zonas – que compreendem porções importantes dos estados da Bahia, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Piauí – foram qualificadas, por Capistrano de Abreu, de "civilização do couro".

O sertão concentra, até hoje, a base mais tradicional do poder patrimonialista do país. É a terra dos antigos coronéis que sempre tiveram uma enorme influência na vida política local e mesmo nacional, exercendo o controle sobre os candidatos e sobre os eleitores. Apenas mais recentemente, em conseqüência das transformações sociais e políticas, provocadas pela modernização, é que esta ascendência política começou a ser relativamente contestada.

A maior parte dos projetos aprovados foi destinada à pecuária, que sempre foi a "vocação" econômica tradicional da região. O controle dos projetos freqüentemente ficou nas mãos das antigas elites, que asseguraram por este meio a reprodução do imaginário patrimonialista sobre a estrutura societal local, mesmo quando se tratava de projetos propostos por indivíduos provenientes de outros locais – antigos tecnocratas ou setores médios urbanos, disponde de um certo prestígio em nível local, como os médicos.

A adversidade climática destas zonas semi-áridas, a frágil rentabilidade da agricultura tradicional, a distância dos grandes mercados ajudam a compreender por que estes projetos não chamaram a atenção dos grandes grupos econômicos. O programa de modernização, ao inverso, mobilizou o interesse das antigas famílias oligárquicas que encontraram, assim, a oportunidade de perpetuar, ainda por um bom tempo, sua potência tradicional.

Os resultados desta via modernizadora são muito controvertidos e devem ser bem sublinhados, pois eles constituem o ponto central da discussão aqui desenvolvida. Em um primeiro momento, o poder oligárquico saiu reforçado do desenvolvimento destes projetos, na medida em que o dinheiro destinado a seu financiamento permitiu-lhe ampliar sua base econômica, reforçar sua rede de clientela e aceder ao consumo de bens de luxo de caráter simbólico ostentatório (carros, casas modernas, produtos importados, etc.).

Em um segundo momento, esta modernização voltou-se contra o poder oligárquico, sob a ação dos mesmos fatores que tinham contribuído ao seu fortalecimento. De fato, a introdução do crédito bloqueou o movimento de reprodução circular da sociedade patrimonialista local, cuja regulação cultural e política era assegurada pelo paternalismo e pelo "mandonismo". A ação paternalista era a da proteção política incondicional a todos aqueles que davam sinais de fidelidade. O "mandonismo", forma de controle e de repressão arbitrária e sem limite, servia aos coronéis para estabelecer a ordem.

Durante um certo tempo, esta reprodução circular repousava sobre a associação do algodão e do gado, o que contribuía a fixar os indivíduos nas explorações. A parceria constituía um regime de trabalho muito sólido e a proteção política dos proprietários em relação a seus "protegidos" justificava a ausência de regulamentação institucional e jurídica exterior. Estes coronéis detinham uma potência sem limite, como mostra sua capacidade de gratificar os fiéis e punir os contestatários.

A introdução do crédito sacudiu violentamente a unidade social local, na medida em que a valorização imediata das terras era uma das condições jurídicas de acesso ao crédito. O resultado foi a formação de um mercado concorrente de terras baseado numa lógica essencialmente especulativa e não produtiva. Esta valorização especulativa realizou-se de duas maneiras distintas. Um dos meios foi a compra de explorações de terceiros. Considerando-se, porém, a rigidez da estrutura fundiária local, esta expansão não significou necessariamente a incorporação de terras vizinhas, os proprietários hesitando freqüentemente em se desfazer de suas terras pelas razões as mais diversas – ligação com as origens familiares ou esperança de uma maior valorização financeira. Conseqüentemente, a expansão efetuou-se irregularmente, sendo marcada sobretudo pela concentração de tipo fragmentado, a corrida à aquisição do maior volume de terras conduzindo freqüentemente à posse de explorações dispersas em vários municípios. Isto explica por que a concentração de terra nestas zonas não é tão visível. Esta espécie de concentração fundiária é, evidentemente, diferente de outras formas de concentração que se observam noutros locais, o que se verá em seguida.

A valorização especulativa das terras realizou-se também dentro das

propriedades. A disponibilidade de crédito conduziu as oligarquias a substituir a produção algodoeira por campos destinados à expansão do gado. O "cálculo econômico" foi, aqui, nitidamente especulativo. A criação de gado apareceu a seus olhos como uma ocasião inesperada de se desfazer dos riscos da produção e do comércio do algodão, que era tradicionalmente submetido ao ciclo das secas, das doenças periódicas e das variações de preço dos mercados extra-regionais.

Estes riscos, considerados como normais em uma economia de mercado, sendo eliminados, a ruptura do ciclo algodão/gado colocou as oligarquias diante de uma ameaça bem mais grave. Pois a extinção da produção algodoeira, acompanhada da expulsão dos trabalhadores que moravam em suas fazendas, solapou as bases do mandonismo no mundo rural. Isto constituiu um acontecimento absolutamente novo no sistema político brasileiro, cujas conseqüências manifestaram-se apenas bem mais tarde com a desagregação do poder oligárquico, a mobilização política, a sindicalização dos trabalhadores e o agravamento dos conflitos sociais.

A destruição do sistema econômico tradicional não foi substituído, evidentemente, pela empresa capitalista moderna cuja integração ao mercado poderia contribuir para dinamizar outras atividades econômicas e gerar um mercado de trabalho organizado, possibilitando a absorção da população expulsa dos latifúndios. Ao contrário, a modernização traduziu-se pela criação de uma atividade econômica resistente ao risco de mercado e submetida integralmente ao jogo da especulação financeira subjacente à especulação fundiária. Estas novas "empresas" herdaram, igualmente, todas as práticas ocultas que caracterizam a gestão financeira e administrativa tradicional das fazendas oligárquicas.

Este empobrecimento do antigo sistema patrimonialista mercantilizado do Sertão se manifesta atualmente na qualidade inferior do gado e na falta de vontade criadora e produtora das oligarquias que ocupam a maior parte de seu tempo no prazer do consumo improdutivo, a meditar sobre a trama especulativa financeira, a calcular os ganhos financeiros cotidianos derivados da valorização de seu patrimônio, sob o efeito de uma inflação de difícil controle. Por sua vez, as exigências técnicas preliminares aos projetos apresentados e exigidas para sua aprovação pelos organismos de financiamento, que implicavam, na origem, a adoção do cálculo econômico, foram abandonadas. O abandono da produção leitera ou de outras atividades agrícolas sujeitas aos riscos de mercado, como a deterioração a céu aberto dos equipamentos destinados ao melhoramento da produtividade econômica, testemunham também o sentido tomado pela modernização.

A ausência de todo o controle democrático – ou simplesmente burocrático – sobre este processo de transformação agrária ajuda a explicar a violência impune a que são submetidos os trabalhadores, particularmente os temporários, que são pagos por tarefas as mais diversas, desde a produção até a manutenção das explorações (derrubada da floresta, colheita de sementes, guarda do gado, etc). Os contratos de trabalho são violados, a lei não é respeitada. O cinismo disfarçado das relações paternalistas deu lugar ao mandonismo mais ar-

bitrário, assim que os trabalhadores se mobilizaram para resistir à expulsão de sua terra ou para exigir outros direitos constantes da legislação rural.

As condições de vida dos trabalhadores agrícolas são também péssimas por causa das precárias condições de habitação e alimentação. Sobretudo porque a destruição progressiva das antigas atividades econômicas significou igualmente a diminuição da produção alimentar da região. Isto, sem considerar que os trabalhadores são privados de direitos elementares de cidadania, tais como o acesso aos serviços de saúde, de educação, de transporte e de lazer.

De forma resumida, os traços principais desta "via oligárquica típica" são os seguintes:

– o crédito governamental valorizou artificialmente as terras agrícolas, o que constribuiu para romper o circuito tradicional da produção algodoeira/pecuária que caracterizava a estrutura aligárquica mercantilista;

– esta ruptura favoreceu a expansão fundiária em dois níveis: a centralização da propriedade que se manifesta na posse de várias explorações por um mesmo proprietário e a substituição da produção algodoeira pela criação extensiva de gado;

– ao mesmo tempo, essa ruptura foi esencialmente ambígua: de um lado, permitiu aos grandes proprietários agrícolas reduzir os riscos do mercado e os riscos climáticos ligados à atividade algodoeira e, de outro lado, trouxe o germe da auto-destruição do poder oligárquico rural, em razão da expulsão dos antigos trabalhadores fixos no latifúndio;

– a mobilização dos trabalhadores expulsos e as pressões para regularizar as condições jurídicas da exploração do trabalho bloquearam o funcionamento do sistema clientelista rural e, igualmente, invalidaram seu sistema de sanções fundado na utilização legítima da força física pelos antigos coronéis para estabelecer a ordem.

Via Oligárquica Transformada

Esta via compreende os projetos de modernização criados nas zonas de fronteira agrícola do Nordeste – principalmente nas regiões distantes dos grandes estados como Bahia, Maranhão e Minas Gerais – que não dispunham de uma estrutura sócio-econômica efetiva até os anos sessenta.

O crédito agrícola, junto com a oferta de terras públicas a baixo preço e a existência de terras sem regularização juridica – embora ocupadas há muito tempo por pequenos produtores – chamou a atenção de investidores de outras plagas. No caso das fronteiras da Bahia e de Pernambuco, uma fração importante dos novos "pioneiros" da modernização foi membro das oligarquias açucareiras tradicionais de Pernambuco e dos grandes comerciantes ligados aos setores de serviços modernos, como o comércio de automóveis.

No caso da fronteira de Minas Gerais, estado tradicionalmente conhecido pela produção de leite e carne, a ocupação das terras da fronteira regional suscitou o interesse de grandes fazendeiros e de grandes empresários urbanos ligados à construção civil.

Num caso como no outro, o empreendimento modernizador nas regiões

de fronteira manifesta-se por um movimento de concentração fundiária visível a olho nu para o observador externo e pela existência de explorações de grandes dimensões, entre dez e vinte mil hectares. No caso do estado do Maranhão, por exemplo, onde o governo local criou um organismo especial para a venda das terras públicas a preços baixos, constata-se a existência de terras de dimensões até superiores.

A característica central desses projetos reside na implantação de um poder do tipo oligárquico onde não existia anteriormente uma sociedade patrimonialista organizada. Trata-se, sem dúvida, de uma via oligárquica transformada e relativamente próxima da lógica moderna de mercado em razão dos riscos a que se sujeitaram estes proprietários por ocasião do desenvolvimento de seus projetos – seja de somas consideráveis de dinheiro investido, seja pela exigência de uma produtividade econômica mínima.

O engajamento destes empresários na lógica utilitarista ligada ao mercado é, todavia, problemática, como prova a importância concedida à criação extensiva de gado, cujas "virtudes" especulativas já foram anteriormente assinaladas. A frágil divisão do trabalho existente nesta atividade econômica explica, também, por que um número elevado destes empresários, indivíduos ou firmas, não tinham nenhuma experiência na gestão de projetos desta natureza. No entanto, souberam muito bem calcular que os riscos de perda financeira eram muito inferiores em relação às inúmeras possibilidades de ganhos rápidos que permitia esta atividade de pilhagem ecológica e enriquecimento especulativa. Às vezes, os riscos financeiros eram mesmo nulos. Como foi o caso em que empresários apresentavam à SUDENE projetos técnicos baseados em cálculos financeiros superdimensionados, o que lhes permitia eliminar, de saída, a parte do financiamento que lhes cabia (aproximadamente 40% do custo do projeto).

Afora as características gerais dessas empresas de fronteira, observam-se certas diferenças de imaginário na gestão dos projetos desenvolvidos em Minas Gerais e na Bahia e no Maranhão. Os mineiros são, freqüentemente, mais preocupados que os pernambucanos em introduzir tecnologias suscetíveis de elevar a produtividade agrícola e em basear sua produção em critérios de qualidade do pasto, de seleção do gado e de novas formas de gestão do trabalho. Isto se explica por diferenças culturais e históricas entre uns e outros. as oligarquias fundiárias e os empresários urbanos de Minas Gerais são mais vinculados ao funcionamento do mercado no sudeste, mercado de tipo moderno que conheceu um grande desenvolvimento no século XX, com o processo de industrialização. As oligarquias açucareiras de Pernambuco são, ao contrário, em inúmeros casos, formadas por clãs tradicionais ligados de maneira quase obsessiva à terra, considerada como a principal fonte de prestígio e de reconhecimento político e social. Suas relações com o mercado foram sempre marcadas pelo jogo especulativo, com os comerciantes exportadores em uma primeira fase e, em seguida – a partir de 1930 – com o Estado, que chamou a si o controle, sempre problemático, da produção e comercialização do açúcar.

Estas diferenças são nítidas em relação à gestão do trabalho não especializado. Os mineiros oferecem melhores condições de vida aos trabalhadores temporários (habitação, serviços de saúde e educação). Concedem, também, uma certa importância às demandas dos trabalhadores com relação ao exercí-

cio de seus ofícios, que eles consideram como necessários ao aumento da produtividade do trabalho. Por sua vez, os pernambucanos demonstram, em geral, um grande desprezo em relaçao ao trabalho manual, sentimento que se explica pela força simbólica provinda dos antigos valores escravistas no imaginário das oligarquias açucareiras atuais. Os trabalhadores livres de hoje em dia são ainda considerados, por alguns patrões, da mesma maneira como o eram, antigamente, os escravos, como pessoas preguiçosas, pouco inteligentes e tendo pouca disposição para o trabalho agrícola.

A preparação das novas terras para o pasto permitiu o surgimento de uma atividade econômica paralela, a da derrubada de matas, utilizadas freqüentemente para a produção de carvão vegetal ou para a comercialização. A expansão desta atividade extrativa contribuiu para os graves problemas ecológicos que o país conhece desde os anos setenta.

Nestas zonas, predominam os trabalhadores assalariados temporários que não têm qualquer relação jurídica direta com os empresários – suas contratações sendo mediatizados por terceiros. Eles são ligados às tarefas as mais diversas.

Tendo em vista as más condições de trabalho e a ausência de organizações sindicais fortes, os conflitos sociais nestas zonas de fronteiras assumem, freqüentemente, formas muito violentas, marcadas por assassinatos e perseguições de líderes e de padres da Igreja Católica, quando esta existe no local. Estes conflitos eclodem, geralmente, por ocasião da delimitação juridica das terras ocupadas há muito tempo pelos posseiros.

Os principais traços deste tipo de modernização são os seguintes:

– o crédito governamental valorizou terras pouco povoadas e que não tinham, até então, sido exploradas de maneira sistemática – as terras de fronteira agrícola;

– esta valorização favoreceu uma enorme concentração fundiária e a constituição de grandes explorações rurais a partir da apropriação de terras públicas compradas a baixo preço e terras ocupadas por posseiros;

– a implementação desta lógica especulativa fundada no binômio crédito/terra tornou-se possível pela introdução da pecuária extensiva, que exige pouco trabalho humano e investinento, sem necessitar de uma maior competência técnico-administrativa;

– o controle de enormes superfícies de terras reforçou o poder dos grandes proprietários fundiários, estas novas oligarquias agrárias todo-poderosas que são a base política da UDR – a organização que fez fracassar os grandes projetos de reforma agrária do governo central nos anos oitenta;

– esta monopolização dos recursos da modernização agrária – sobretudo o crédito e as terras – pelas oligarquias, retirou dos trabalhadores toda possibilidade real de aproveitar a abertura de fronteiras agrícolas. A principal conseqüência foi o êxodo rural de milhares de famílias camponesas, privadas do acesso às terras produtivas, para a periferia das grandes cidades.

Via Capitalista Oligárquica

Esta via compreende os projetos de modernização desenvolvidos nas

zonas próximas dos centros urbanos regionais relativamente importantes e/ou ligadas aos mercados locais e extra-locais através de redes rodoviárias estáveis, onde já existiam outras atividades econômicas: algodão, cacau, abacaxi, etc ... e também um pouco de pecuária.

O crédito da modernização atraiu um amplo leque de indivíduos e de empresas: representantes das antigas oligarquias fundiárias que conseguiram se adaptar à lógica calculista do mercado; empresas importantes de origem regional ou extra-regional e mesmo internacional como, por exemplo, a multinacional Nestlé, interessada na produção de frutos tropicais como abacaxi, e sua transformação para o mercado regional (suco de frutas, doces, sorvetes, etc.).

Um dos traços comuns a estes empresários é o de terem uma lógica de raciocínio próxima, sob certos aspectos, daquela dos empresários de países avançados, cujos comportamentos são regulados pelo jogo utilitário e interessado do mercado econômico: obsessão do ganho, aceitação do risco e a busca, constantemente racional, do lucro, o que se reflete no nível da tecnologia utilizada na produção agrícola e no nível das técnicas de gestão do trabalho.

Este tipo de empresário é aquele cujo perfil mais se aproxima do "modelo ideal" concebido pela imaginação tecnocrática dos "planejadores do desenvolvimento". No entanto, eles são pouco numerosos e não dispõem de muito crédito, comparativamente ao volume global destinado à pecuária. A importância da política de modernização no sucesso destas zonas deve, independentemente do programa, estes empresários locais eram já afeitos aos princípios da economia de mercado. A modernização certamente acelerou e reforçou a força da lógica calculista, acelerou o processo, mas não o criou.

A presença – secundária – da razão patrimonial mercantilista observa-se ao nível dos efeitos induzidos pelo agenciamento particular dos dois termos (crédito e terra): violência, acompanhando a expulsão dos antigos foreiros, por ocasião da delimitação das terras, e más condições de vida e de trabalho para a população. É aqui que se pode detectar a sobrevivência da potência patrimonialista que caracteriza a reprodução do poder oligárquico tradicional.

Esta via oligárquica capitalista é caracterizada pela predominância absoluta das relações assalariadas. Todavia, encontram-se casos curiosos onde predominam versões modernas da parceria, como nos casos dos projetos de produção de uva nas zonas irrigadas pelo rio São Francisco ou então nos projetos de produção associada de borracha e cacau no litoral da Bahia. No primeiro caso, a empresa, à procura de mecanismos de gestão agrícola mais "racionais", distribuiu pequenos pedaços de terra aos empregados qualificados nas zonas situadas na fronteira da propriedade. Esta concessão favoreceu as ligações de submissão dos empregados ao patrão. No segundo caso, após uma série de conflitos com os trabalhadores assalariados, a empresa decidiu restabelecer uma versão moderna do sistema de parceria que impõe ao trabalhador e á sua família a submissão a certos critérios de eficácia na organização do trabalho. O que reforçou, tanto num quanto no outro caso, as práticas clientelistas necessárias à manutenção do poder dominante em um certo contexto político tumultuado por fortes conflitos sociais.

De uma maneira geral, as condições de vida dos trabalhadores melhora-

ram. As habitações populares são equipadas de eletricidade, de água e banheiros. Algumas empresas oferecem a seus empregados serviços de saúde, de educação e equipamentos de lazer. Apesar disso, os conflitos sociais são mais fortes nestas zonas. Os líderes sindicais denunciam freqüentemente os procedimentos autoritários dos patrões que impedem os sindicatos organizados – que defendem a legalização das condições de trabalho – de penetrar nos limites das propriedades. Uma grande parte destes conflitos situa-se em torno da questão da posse da terra e pode ser classificado em dois tipos: aqueles resultantes da tentativa de expulsão pela força física e aqueles resultantes da "expulsão branca". Nos dois casos, a empresa, na impossibilidade de expulsar os trabalhadores, busca limitar suas condições de sobrevivência, e de sua família, pela aplicação de estratégias as mais diversas, como a proibição de atravessar a grande propriedade à procura de água ou então para encurtar o caminho em direção ao centro urbano.

Em resumo, os principais traços desta via capitalista oligárquica são os seguintes:

– o crédito governamental sobrevalorizou as terras que, na maior parte dos casos, já eram valorizadas pela existência de atividades econômicas diversificadas e voltadas para o mercado urbano;

– esta sobrevalorização das terras, aliada ao crédito, favoreceu, ao mesmo tempo, a existência de um imaginário mais "burguês" e de uma razão calculista na gestão econômica dos projetos, e de um outro imaginário mais oligárquico e especulativo ao nível das relações de poder que fundam a empresa modernizante;

– apesar dos sinais de uma razão aparentemente utilitária no funcionamento da economia de mercado, não se pode concluir pela existência de uma sociedade moderna de mercado, pois o poder oligárquico continua a inspirar e a fundar o processo de instituição do social.

Do Progresso da Agricultura às Virtudes da Democracia: Uma Conclusão Provisória...

Para fazer um balanço, tanto teórico quanto político, da modernização agrária no Nordeste, é necessário uma digressão sobre a importância de um símbolo-chave que balisou a construção do imaginário "desenvolvimentista": o "progresso".

Desde o início da República, todo o pensamento que guiou o movimento da constituição de uma "sociedade nacional" no Brasil foi marcado por uma representação imaginária do sócio-histórico como fenômeno regido por regras objetivas, inelutáveis, irreversíveis, evolutivas, ou seja, positivas no verdadeiro sentido da palavra.

Durante a primeira parte do século XX o símbolo "progresso" manifestou-se sobretudo através do esforço de construção de uma identidade cultural, étnica, lingüística, territorial e religiosa considerada decisiva para a organização de um poder e de uma sociedade nacionais. A vida política e cultural era, então, marcada pela procura do nacionalismo moderno.

Após a Segunda Guerra Mundial e, principalmente, a partir dos anos cinqüenta o símbolo "progresso" investiu significativamente o mito do "desenvolvimento econômico". No contexto de dependência do Brasil aos países avançados não se tratava de criar uma modernização "cultural" mas sim de fundar uma modernização "econômica". O imaginário "nacional-modernista" foi, então, substituído pelo imaginário "nacional-desenvolvimentista". Concretamente, isto se traduziu pela implantação de uma estratégia planificada pelo Estado visando a transformar as atividades econômicas existentes. Esta estratégia era legitimada, no plano ideológico, pela pressuposição de que ela resultaria necessariamente na constituição de uma sociedade moderna inspirada no exemplo do "Primeiro Mundo".

A reforma agrária constituía um dos pilares desta estratégia de transformação da agricultura tradicional e, particularmente no Nordeste, era a sua mira central. Tal como era então pensada pelos teóricos da modernização, a reforma agrária tinha um conteúdo muito pouco subversivo no sentido de que ela deveria se restringir a uma reforma parcial da estrutura econômica que permitiria, por sua vez, o crescimento da "felicidade" de todos, patrões e trabalhadores. Na perspectiva dos economistas que a impulsionavam, tal concepção deveria atrair a simpatia das oligarquias, o aumento da produtividade podendo ser, segundo eles, uma fonte de maior lucro e bem-estar para todos. Nada de mais equivocado: a oposição das oligarquias fundiárias à idéia da reforma agrária foi violenta.

A questão, na realidade, tinha outras implicações práticas que ultrapassavam os limites do imaginário (tecnocrata) daqueles que queriam planificar o desenvolvimento regional. De fato, numa conjuntura de intensas mobilizações populares, a idéia de reforma fundiária, pressuposto central da reforma agrária imaginada, tocava diretamente o centro nevrálgico do problema oligárquico, cujo poder era legitimado pelo direito absoluto e particular à posse e uso arbitrário da terra. Para estas oligarquias não existia a questão de discutir a felicidade de todos ou de cada indivíduo abstratamente considerado, mas simplesmente a felicidade de alguns – aqueles que pertenciam à ordem patrimonialista. Também não estava na pauta introduzir critérios de cálculo financeiro para medir os custos da produção e da gestão das atividades econômicas. Na medida em que ela implicava a ruptura dos laços de lealdade e de fidelidade tradicionais, o ideal de uma economia competitiva de mercado proposta pelos planejadores assustava as oligarquias fundiárias que nelas viam apenas um atentado direto à manutenção da ordem do "Príncipe". Sobretudo porque a conformação de uma cultura agrícola baseada em regras simétricas e competitivas, relacionando os indivíduos, tocava no coração da solidariedade holista destas elites. Afinal, ela cortava profundamente os privilégios inscritos nas redes clientelistas que asseguravam, até então, a identidade do poder patrimonialista. Em resumo: a introdução de uma razão calculista moderna de mercado contrariava a supremacia de uma razão arcaica pré-moderna, cuja natureza mercantil reproduzia principalmente a vontade de pilhagem secular das oligarquias fundiárias.

No contexto político de excessão instalado pelo golpe de 1964, a realização das políticas de modernização da agricultura deu ao símbolo "progresso" um sentido politicamente perverso. Pois a idéia de "bem-estar social", valor que

está na base da "economia política desenvolvimentista", foi apropriada pelo processo de "patrimonialização do desenvolvimento" – apropriação generalizada dos recursos públicos aplicados na modernização pelos membros da ordem patrimonialista e mais amplamente pelas oligarquias fundiárias.

Assim, a estrutura agrária atual, fundamento primeiro do que se chama imprecisamente de "capitalismo selvagem", deve ser analisada à luz de um movimento "progressivo" e "evolutivo" (para utilizar uma imagem cara à esquerda intelectual brasileira) que se realiza a partir de dois pólos de pressões contrárias:

O primeiro pólo é constituído pelos atores sociais e políticos que impulsionaram de uma maneira difusa a introdução na sociedade de uma razão utilitarista e calculista que deveria, segundo eles, tornar possível o crescimento da riqueza social, assim como a participação em novas formas de consumo similares às das sociedades avançadas. As lutas políticas organizadas pelos assalariados (sindicatos e partidos políticos), as regras jurídicas impostas pelos tecnocratas para a concessão de créditos e a dinâmica própria do mercado e da sociedade semi-industrial impulsionaram neste sentido.

O outro pólo é aquele constituído pelos membros da ordem patrimonialista modernizados, incluindo os grandes industriais e os banqueiros, que sustentaram a especulação modernizadora sem renunciar à razão patrimonialista e à regulamentação clientelista do poder político.

No caso particular da agricultura brasileira, a analise das vias principais tomadas pela instituição imaginária da modernização agrária no Nordeste faz aparecer este movimento contraditório que se chama de "modernização econômica". Cada uma dessas vias traduz uma forma particular de resistência/submissão/cristão do poder oligárquico face a um outro imaginário de instituição da sociedade – essencialmente estranho à experiência oligarquica. Seus resultados concretos não são a expressão das vias alternativas de constituição da ordem político-institucional "moderna", previstas nos manuais de economia. Os tipos imaginários de modernização, criados na região, sugerem antes que se está em face de uma sociedade "patrimonialista modernizada" e não "moderna", no sentido preciso da palavra.

Entretanto, o movimento de generalização dos conflitos sociais observado atualmente, que toma a forma de luta pela conquista de certos direitos fundamentais da cidadania, dirigido contra a base mesma do poder patrimonialista – como é o caso da luta travada pelos sem-terra – levanta uma outra questão: a de saber se por trás destes novos movimentos sociais existiria em gestação uma terceira alternativa de instituição do imaginário do social fundada sobre o simbolismo comunitário e que se oporia aos dois outros, o utilitarismo capitalista e o semi-utilitarismo patrimonialista arcaico.

Talvez seja justamente a partir da prática democrática – considerada como uma representação imaginária plural e igualitária da vida política – e do reconhecimento da pluralidade das significações da vontade humana como fenômenos distintos mas inerentes e essenciais à realidade sócio-histórica, que se poderá encontrar o caminho que conduz à reavaliação do sentido tomado por esta modernidade. Pois a dinâmica crítica que funda a experiência democrática na gestão dc social é a única maneira de fazer avançar o questionamento da

legitimidade do exercício do poder e da posse de privilégios exclusivos por certas camadas da sociedade.

Assim, no caso da modernização agrária nordestina, o aprofundamento da experiência democrática no momento atual pode ser muito útil para esclarecer a discussão sobre os fundamentos meta-sociais que legitimam o exercício de um certo tipo de poder e sobre as bases do direito de propriedade. Tudo isto de maneira a que a sociedade inteira, representada em suas diversas partes, possa compreender, aceitando ou recusando, por que certos indivíduos, famílias e grupos puderam se apropriar de recursos públicos da modernização (terras e crédito) em prejuízo do resto da população. E também para que a sociedade, em seu conjunto, possa, então, rediscutir os novos fundamentos morais e políticos de uma nova criação social.

NOTAS

[1] O uso da palavra "Príncipe" advém da significação simbólica complexa das estruturas de poder tradicionais, em que o grupo politicamente dominante pode se apresentar seja através da pessoa física individual de alguém que incama uma certa legitimidade transcendental, seja através da pessoa coletiva de uma ordem que divide as tarefas de comando. Isto não é uma novidade da sociologia política, estando presente já na obra de Maquiavel. A respeito consulte-se – **Le Prince.** Paris. Flamarion, 1980. e **Discours sur la première décade de Titte-Live.** Paris: Flamarion, 1985.

[2] A identidade do poder patrimonialista é assegurada pela distribuição das funções básicas do Estado com os membros da ordem. Sua unidade é garantida pelo modo complexo de regulação das funções estatais baseadas na troca pessoal e na fidelidade. Ver a respeito Paulo Henrique MARTINS – "La sécularisation du pouvoir et le théléologico-politique au Brésil" In Annales du coloque **Modernisation et nouvelles formes de mobilisation sociale. Egypte-Brésil (1970-1989),** Iedes/Cedej, Cairo, 1989.

[3] A SUDENE ((Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) foi criada nos finais dos anos cinqüenta e tornou-se o principal órgão federal encarregado do planejamento do "desenvolvimento regional". Seu principal programa de financiamento foi o "FINOR", um fundo de investimento criado a partir da transferência de recursos financeiros provenientes das regiões mais ricas do país e tornado operacional graças ao mecanismo de isenção fiscal sobre o imposto a ser pago pelas grandes empresas destas regiões. O "FINOR" que substituiu um primeiro sistema de isenção fiscal nomeado 34/18 em 1974, destinou-se a sustentar os projetos industriais e agrícolas. Até 1978 a SUDENE tinha financiado, graças ao FINOR, 756 projetos agrícolas, dentre os quais 354 eram considerados como encerrados.

[4] O estudo sobre o qual se apóia nossa reflexão teórica a respeito das vias oligárquias é intitulado: "SUDENE-BNB, Pesquisa FINOR-Agropecuário; segmento macro-social" e foi coordenando pelos sociólogos Joge SIQUEIRA e Paulo Henrique W. MARTINS. Encomendado pela SUDENE com o apoio do NEPI/FESP (Núcleo de estudos político-institucionais/Fundação do Ensino Superior de Pernambuco) esta pesquisa foi realizada em 1987, possibilitando a realização de 31 entrevistas repartidas entre os seis (6) estados da região administrativa sob jurisdição deste organismo.

[5] No estado do Maranhão o governo local fundou, no início dos anos setenta, uma empresa pública chamada COMARCO (Companhia Maranhence de Colonização), encarregada de "distribuir" terras públicas, cujos tamanhos médios eram em torno de 20.000 ha. Em conseqüência desta distribuição gratuita, evidentemente contestável, de terras públicas, é fácil encontrar hoje em dia empresas que controlam fazendas gigantescas de 100.000 ha.

ABSTRACT

The oligarchic imagination and agrarian modernization in Brazil:
pillage, appropriation and speculation

The modernization process in agriculture did not lead the country to modernity, as in Europe. Agrarian oligarchies, guided by mercantilist, speculative and dilapidating reason, appropriated themselves of this process, guaranteeing their survival. Capitalist reason thus enters the lands, but in ways and contingencies conditioned by archaic power structures. The state, by its credit policy, is the great promoter of this process. Behind the rhetoric – shared by economists and planners on the left and on the right – of introducing capitalist reason and extinguishing archaic structures, agrarian modernization leads to the reproduction, in different forms, of old oligarchies. The author illustrates his argument with projects financed by SUDENE in Northeastern Brazil.

RESUME

L'imaginaire oligarchique et la modernisation agraire au Brésil:
pillage, appropriation et spéculation

La modernisation agraire, ici, ne mène pas à la modernité, comme en Europe. Les oligarchies rurales, guidées par la raison marchande, spéculative et destructive des ressources humaines et naturelles, se sont appropriées de ce processus, assurant leur survie. La raison capitaliste pénetre ainsi dans les champs, sous des formes et contingences conditionnées par des structures de pouvoir archaïques. L'Etat, par sa politique de crédits, en est le grand promoteur. Sous le discours – partagé par les économistes et planificateurs de gauche et de droite – de l'introduction de la raison capitaliste, la modernisation agraire mène à la reproduction, sous formes diverses, des vieilles oligarchies. L'auteur illustre sa thèse avec une recherche sur les projets financés par SUDENE au nord-est du Brésil.

SECA: REPRODUÇÃO DO PODER E REBELIÃO

César Barreira*

RESUMO

A relação é direta: quanto maior o grau de miséria dos trabalhadores, maior o grau de dependência em relação aos proprietários rurais. A seca, aumentando a pobreza do trabalhador rural contribui, assim, para reforçar as relações de dominação no sertão nordestino, com ajuda, inclusive, do estado, cuja ação, no intuito de evitar uma convulsão social, apenas reforça as estruturas de poder arcaicas. Mas a seca é também um momento em que a rebeldia camponesa se manifesta, através de concentrações públicas e saques nas cidades sertanejas, com um fundo organizativo remarcável. Estas manifestações, para os seus participantes, têm uma base clara de legitimidade na medida em que eles se vêm não como pedintes mas como "camponeses desempregados". O círculo perverso da subordinação, porém, se instala com a ação do Estado-benfeitor: o ofertante do emprego e da comida.

Introdução

As secas ou períodos de estiagem são momentos de grande reforço às estruturas dominantes no sertão do Nordeste. As relações de dependência dos camponeses aos grandes proprietários fundiários são reproduzidas tendo como motivação a miséria e o sofrimento da classe dominada. A lógica é crua: maior grau de miséria e pobreza dos trabalhadores rurais, maior grau de dependência e submissão aos proprietários de terra. Grandes riquezas e domínios foram formados e consolidados nos períodos de seca. É a época em que os pequenos proprietários, premidos pela situação, são obrigados a venderem ou abandonarem suas terras e gado.

Por outro lado, é um momento em que as contradições da política do Estado aparecem mais cristalinas, deixando cair a máscara de um Estado do "bem-estar social". Também, a seca vem desnudar a miséria dos camponeses do sertão subjugados à estrutura fundiária concentracionista aliada a uma rede de mercado totalmente adversa.

* Professor da Universidade Federal do Ceará.

Se esse quadro possibilita entender uma face da realidade do sertão que ganha seus contornos na decantada e denunciada "indústria da seca", colocanos em confronto com o outro lado da cena que são os movimentos populares camponeses que ocorrem em grande intensidade nos momentos de seca. Ou seja, são os movimentos que se expressam nas invasões, motins, saques, ocupações de prédios públicos que ganham a cada novo período de seca mais força e presença.

Pretendo mostrar, neste trabalho, que a seca é um momento de maior visibilidade da política, dando contornos mais precisos à dominação e às rebeldias, através de ações diretas, por parte dos camponeses.

Esse trabalho se detém nas três últimas secas: a de 1958, a de 1970 e a de 1979-1983.

Parto do pressuposto de que mesmo esses movimentos populares não sendo recentes, ao contrário, acompanham e ocorrem desde o século passado nos períodos de estiagem (DINIZ: 1986), essas últimas secas mantêm peculiaridades, não só por parte do Estado, através dos seus "programas de emergência", como são redefinidas novas formas de dominação. Nesse sentido, eles mantêm uma dinâmica fundamental para se entender a seca enquanto momento de "politização" dos camponeses e, também, de reordenamento do poder. Privilegiarei as mudanças ocorridas na política do Estado frente ao problema da seca como, também, as formas de contestação camponesa, buscando entender a sua dinâmica interna.

Esses serão os aspectos fundamentais discutidos ao longo do texto.

A Seca Como Reforço da Estrutura de Poder

"Ondas de flagelados continuam a invadir, diariamente, esta cidade, à procura de trabalho que venha suprir as necessidades de seus lares. Dada a caótica situação, não havendo recursos para transporte dos flagelados, lembramos a necessidade de imediata construção da rodagem Mombaça-Acopiara, enquanto os Governos Federal e estadual coordenam medidas adequadas: a) Elias Benevides – Prefeito Municipal; Nestor Cabral – Promotor de Justiça; Antônio Jaime – comerciante; José Jaime Benevides – Coletor Estadual; Osvaldo Freire – Juiz de Direito; Manoel Costa Sobrinho – Tabelião; José Pereira de Oliveira – Vigário e Antônio Evangelista Sobrinho – Presidente da Câmara Municipal". (O Povo, 26/03/58). Telex enviado ao Diretor do DAER.

A mensagem enviada através do telex acima, retrata, com muita nitidez, o que significa um ano de seca. Se, por um lado, mostra as dificuldades dos camponeses, por outro, apresenta os caminhos e os espaços ocupados pelos setores dominantes nesses momentos. Esse telex exemplifica e materializa a ação dos políticos do sertão. Nessa iniciativa, os "representantes políticos" começam a delimitar a sua prática política. Apresentam-se como os "grandes benfeitores do sertão" e reproduzem toda a estrutura clientelística típica da região.

O Estado passa a ser o responsável direto pela reprodução da força de trabalho, substituindo os grandes proprietários de terra. O latifundiário deixa de ser patrão, na medida em qyue o Estado passa a cumprir essa função mediada, em grande parte, pelos polfticos locais, dando corpo à rede de troca de favores, matéria-prima da relação clientelfstica.

Nessa substituição configuram-se duas situações: uma é a grande concentração de terra nas mãos de poucos, tendo como contrapartida um grande número de camponeses sem terra. Juntam-se a esses os pequenos proprietários, que exploram as suas propriedades até as últimas possibilidades ou que dependem, em última instância, dos grandes proprietários para se reproduzirem. Uma outra situação refere-se à miséria em que vive a maioria dos camponeses do sertão, quea a cada ano de seca têm que buscar formas alternativas de sobrevivência.

Nesse quadro delineiam-se as relações de dependência em que vivem os camponeses. Elas não só decorrem da concentração de terra, mas, também, da natureza das relações de parceria, mediada, em grande parte, pela moradia, que dão a tônica das relações sociais no Nordeste semi-árido. O "morador de favor" cristaliza toda relação de dependência entre os camponeses e o proprietário. Segundo a representação tradicional do camponês só existe trabalho e moradia em função do "favor" do proprietário de terra.

É importante destacar que a seca não só agrava como desnuda a miséria e a dependência em que vivem os moradores-parceiros do sertão. Nesse sentido, as calamidades públicas verificadas na região nos perfodos de seca não só decorrem da escassez d'água mas, principalmente, de problemas estruturais.

Segundo o Censo Demográfico de 1980 existem no Ceará, 432.735 chefes de famflia cuja ocupação principal está ligada à agropecuária, extrativismo vegetal e pesca, enquanto que a sinopse do Censo agropecuário do mesmo ano mostra a existência de somente 169.241 proprietários de terra, sendo possfvel concluir que existem mais de 200 mil famflias de produtores sem terra ou com posse precária da terra. Estes números, numa situação normal, já revelam um quadro de extrema dificuldade para o produtor rural que, em momento de seca, atinge os limites mfnimos de sobrevivência. Os camponeses sem terra no sertão sobrevivem, por um lado, com a parte da produção que lhes cabe decorrente da relação de parceria, quase sempre 50% do total, bem abaixo do que estabelece o Estatuto da Terra[1] e, por outro lado, com as dfarias pagas pelos serviços executados na propriedade. A parte da produção que fica para o parceiro, geralmente, não cobre os gastos efetuados durante o ano, originando uma dfvida permanente dele com o dono da terra. Isso inviabiliza, então, qualquer autonomia no processo de produção, ficando o camponês na dependência dos adiantamentos efetivados pelo proprietário da terra para cobrir as despesas da entressafra. Com o prenúncio de uma estiagem os proprietários não antecipam qualquer dinheiro, inviabilizando a continuidade do processo produtivo, ou o plantio, que só é realizado com as primeiras chuvas, geralmente nos meses de janeiro e fevereiro. Também, nenhum serviço passa a ser realizado nas propriedades pela "iminência de uma nova seca". Com isso, fecham-se as possibilidades de reprodução do camponês no sertão pela via dos poderes privados.

Nesse processo os camponeses perdem a sua identidade de "moradores-parceiros" e ganham a identidade de "flagelados", que segundo Paulo Guerra, significa "aquele sertanejo que, se não chove no devido tempo, sai pela estrada em busca de um meio que lhe garanta a sobrevivência, já que sua única atividade – a agricultura – não se torna possível na terra sem umidade". (1977:3).

É importante destacar que com o prenúncio de uma estiagem, os contratos de parceria envolvendo, geralmente, as culturas do algodão, do milho e do feijão perdem a sua viabilidade. Os proprietários deixam de ter suas obrigações para com os moradores-parceiros que, por sua vez, já adquiriram empréstimos para o preparo do terreno, que são convertidos "em dívidas", com a automática devolução dos roçados abandonados para o dono da terra. Estes camponeses constituem o grosso dos "flagelados" que passam a fazer parte das correntes migratórias ou se incorporam nos "programas emergenciais".

Analisando o volume de produção de alguns produtos agrícolas nos últimos anos, pode-se visualizar os efeitos da estiagem.

Conforme a Tabela I, tem-se uma variação do decréscimo da produção, no decorrer do período 1981/76, do algodão arbóreo, do milho e do arroz, na ordem de mais de 24% negativo. Concentrando a análise nos anos iniciados em 1979, percebe-se que o algodão arbóreo e os produtos de subsistência são bastante afetados. Isto acarreta uma desestruturação na base da economia da região semi-árida e, principalmente, na economia camponesa.

Iniciam-se, então, com esse quadro, as pressões, não só dos camponeses, mas, também, dos poderes públicos municipais sobre os estaduais e Federal para providenciarem alguma solução.

É a partir dessas pressões que o governo do estado passa a se pronunciar:

> "O governo do estado está acompanhando a situação com o mais delicado interesse, tendo decidido já que solicitará à Assembléia Legislativa a abertura de um crédito especial para socorrer com auxílios às populações flageladas.
> Ainda hoje, realizar-se-á uma reunião no Palácio da Luz, entre o Governador Flávio Marcílio, o engenheiro Sílvio Gaspar, diretor do DAER e o Dr. Agenor Maia Ferreira, Secretário da Agricultura, para em conjunto estudarem a adoção de medidas de emergência, no interior do Estado, que assegurem trabalho aos nossos homens do campo, evitando-se, assim, um êxodo desordenado para a capital". (O Povo, 17.03.58).

Os telegramas são enviados por prefeitos, promotores da justiça, coletores estaduais, tabeliões, presidentes de câmaras municipais e vigários, e as soluções encontradas são tiradas de reuniões entre Governador, Secretário de Estado, diretor de órgão federal e Presidente da Assembléia Estadual. Nessa situação destacam-se as elites local e estadual onde pesa, fundamentalmente, a questão da troca de favores. Consolida-se, então, a estrutura clientelística da região nessa cadeia de relações políticas.

TABELA I
PRODUÇÃO FÍSICA E VARIAÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS
NORDESTE – 1977/81

Produtos	Unid.	PRODUÇÃO											
		1976	1977	1978	1979	1980	1981	1977/76	1978/76	1979/78	1980/79	1981/80	1981/76
Abacaxi	1.000 fr	164.896	198.787	217.590	208.095	193.914	219.935	20,5	7,5	– 4,3	– 6,8	13,4	33,4
Alg. Arbóreo	t	357.229	431.636	461.781	281.015	236.554	190.477	22,5	5,5	– 39,1	– 15,8	– 19,5	– 46,7
Alg. Herbáceo	t	139.489	32.525	227.493	168.700	144.812	152.969	66,7	– 2,2	– 25,8	– 14,2	5,6	9,7
Arroz	t	1.161.146	1.493.983	1.444.499	1.343.764	1.493.538	929.949	28,6	– 3,2	– 6,0	10,4	– 37,3	– 24,8
Banana	1.000 fr	175.389	190.849	187.128	199.166	196.921	180.846	8,8	– 1,9	6,4	– 1,1	– 8,2	3,1
Cacau	t	222.056	212.637	234.000	292.402	302.481	283.900	– 4,2	10,0	24,0	– 5,8	– 6,1	27,8
Cana-de-açúcar	t	37.193.929	44.473.283	46.461.435	48.665.366	47.935.479	50.755.900	19,6	4,5	4,7	– 1,5	5,9	26,7
Cebola	t	80.095	81.457	67.940	91.226	127.269	111.875	1,7	– 16,8	34,3	39,5	– 12,1	39,7
Coco-da-Baía	1.000 fr	433.374	444.111	448.380	464.369	498.951	476.962	2,0	0,0	3,6	7,4	– 4,4	9,5
Feijão	t	372.673	726.673	703.586	683.082	501.283	449.952	95,0	– 3,2	– 2,9	– 26,6	– 10,2	20,8
Mandioca	t	12.526.331	13.708.165	13.557.545	13.435.673	13.324.339	13.873.669	9,4	– 1,1	– 0,9	– 0,8	4,1	9,7
Milho	t	1.013.653	1.645.386	1.510.637	1.255.710	830.460	514.118	62,3	– 8,2	– 16,9	– 33,8	– 38,1	– 49,2
Sisal	t	166.044	224.867	201.417	227.824	234.651	243.065	35,4	– 10,4	13,1	3,0	3,6	46,7
Tomate	t	279.111	245.009	312.039	317.364	272.208	276.544	6,9	27,4	1,7	– 14,2	1,6	20,7

FONTE: Desempenho da Economia Regional do Nordeste – SUDENE – 1978, 1979, 1980 e 1981.

Essa questão é observada por Amélia Cohn quando discute a situação do DNOCS:

> "Em resumo, a magnitude dos efeitos da seca de 58, somada ao quadro de tensões políticas e sociais da época na região, caracterizam de maneira marcante a atuação dos órgãos federais como servindo aos interesses políticos locais. Noutros termos, a própria seca transformou-se num instrumento político, evidentemente que de ambos os lados. Pois, se a corrupção e a manipulação de verbas desses órgãos serviam para influenciar eleitores, as próprias conseqüências da seca em termos de grande número de flagelados, desemprego, mais uma vez evidenciando a ineficácia na orientação tomada por eles, foram utilizadas como propaganda política pelos grupos opositores". (1976:92).

No Ceará, com efeito, o governo federal tirou bom proveito do período de estiagem.

Um antigo político cearense, falando sobre as eleições e a seca de 58, assim se expressou:

> "O Virgílio Távora perdeu as eleições porque foi um ano de seca, o governo federal arrochou por todos os lados, basta que eu lhe diga na frente de um serviço na minha terra aquele chefe comandava a construção de uma estrada ou um açude dizia para o operário faminto que pouco dinheiro ganhava sustentando a sua família: "olhe se não votar no nosso candidato, nem venha que você não fica mais no serviço". E aqueles mais fracos resolviam votar no candidato deles, a eleição foi desta maneira, foi o DNOCS quem tomou a si o trabalho de conquistar o eleitorado se prevalecendo dessas circunstâncias". (Projeto História Oral, Arquivo do MUDOC).

Nesse último período de seca (1979-1983) a estrutura clientelística atingiu proporções alarmantes no reforço do poder local, Esse aspecto é denunciado no Editorial do Diário do Nordeste do dia 30.7.83, com o seguinte título: "Rosário inútil".

> "Os governadores do Nordeste nunca se reuniram tanto (...) O que esperar de tantas reuniões, debates e promessas? Difícil dizer. O namoro entre o governo federal e os governadores do Nordeste certamente se deve à nossa privilegiada condição política, já que somos a garantia da maioria no Colégio Eleitoral que vai eleger o sucessor do Presidente Figueiredo. Por isso, as reuniões se redobraram e têm se revestido de expectativas de soluções para os incontáveis e seculares problemas nordestinos.
> De reunião em reunião, com nossos governadores desfiando rosários de problemas em discursos quilométricos, o Nordeste até agora não mudou nada".

Se o clientelismo político no Nordeste em períodos normais tem, como

grande sustentáculo, a miséria e a dependência em que vivem os camponeses da região, nos períodos de seca a "calamidade pública" passa a fornecer os seus ingredientes necessários.

Nesse sentido, é elucidativo o depoimento de um camponês sobre a vitória do PDS nas eleições de 1982 no Nordeste:

> "Eu acho que eles ganharam porque da mesma maneira que nós organizávamos, os políticos se organizavam noutro tipo. Se a gente se organizava com reunião, conscientização, eles se organizavam comprando voto. Eles davam registro aos pobres, eles davam casamento civil. Chegavam às vezes ao pobre e davam mil cruzeiros, davam cinco mil cruzeiros e nisso eles iam comprando o povo, só com papo. Prometiam que iam trazer luz para o interior. Como era seca e os trabalhadores estavam tudo massacrados eles faziam medo. Com medo dos trabalhadores votarem no PMDB e o PMDB ganhar o PDS fica com o presidente federal e vai matar vocês de fome". E com isso o trabalhador se assombrou muito mais. Porque se eles deixam nós sem serviço, todos os trabalhadores iam morrer de fome. "O presidente federal não vai dar mais bolsão". E nisso fomos muito massacrado e eles no papo terminaram ganhando o voto do trabalhador rural". (Sertões dos Inhamuns, 7.10.74).

Nesse depoimento a seca aparece como um momento propício para as práticas clientelísticas pela vulnerabilidade em que se encontram os camponeses. Mesmo denotando uma percepção crítica da realidade sertaneja, a subsistência e a fome falam mais alto.

O Nordeste aparece, então, com um bolsão do clientelismo e da dependência pessoal. Como diz José de Souza Martins: "... ainda há imensas áreas do país marcadas pela dominação pessoal, pelo favor, pela lealdade, como ficou evidente, ainda há pouco, nas condições dramáticas de sobrevivência do Nordeste seco e no voto claramente clientelístico e oligárquico das eleições de 1982. Convém não esquecer, aliás, que o Exército teve ampla participação na organização clientelística das frentes de trabalho durante a seca prolongada", (1986:96).

Tentando negar algumas contradições que afloram nos períodos de estiagem, os políticos, a classe dominante e uma boa parte da Imprensa mostram a seca como um fenômeno que atinge toda a população de forma indiscriminada, independente de serem proprietários ou sem terra, ricos ou pobres. Nessa representação estão presentes duas ordens de análise: uma é encobrir ou escamotear qualquer questão que demonstre a sublevação da classe dominada com capacidade de reverter o quadro político regional. Outra, é uma tentativa de canalizar mais recursos para região, possibilitando a malversação de recursos financeiros liberados para a "política de emergência". A utilização dos mesmos para fins políticos eleitoreiros: diretamente na compra do voto ou indiretamente quando as realizações de obras, com dinheiro público, servem para publicidade privada, dando forma à imagem dos "grandes benfeitores do sertão". Os recursos públicos são também utilizados na implantação ou melhoria de benfeitorias

nas propriedades privadas, possibilitando uma valorização da terra e um processo de capitalização do latifúndio.

Embora o empenho da classe dominante e dos poderes públicos locais na efetivação dos programas de emergência revele a articulação entre estes setores para possíveis ganhos – político-eleitoreiros e econômicos – seu grande alvo é conter o avanço dos movimentos populares. Isso fica bem explícito na seguinte nota:

> "Em face da calamitosa situação de seca que assola este município, a população pobre já se encontra, sem nenhum meio de sobrevivência, passando muita fome. A Prefeitura do local vem mantendo centenas de flagelados em serviços de emergência, mas, infelizmente, esgotados todos os recursos. O comércio e as residências particulares estão na iminência de serem atacados pelos famintos, que ocorrem, em grande número a esta cidade à procura de serviço. Já dirigi telegramas de apelo a todo o mundo. **A fome não espera. Estou contendo os famintos com esmolas, invocando a minha autoridade de vigário. Caso os poderes competentes não venham em nosso auxílio, com providências urgentíssimas, será impossível evitar graves acontecimentos,** com conseqüências lamentáveis. Motivados pela grande fome. Padre Francisco Correia Lima, Vigário e Prefeito Municipal". (Telex publicado no jornal O Povo. 01.04.58, grifo meu).

O nordeste sempre recebe a visita do Presidente da República, nos períodos de seca. Estas visitas consubstanciam o processo de reforço à estrutura de poder local. A pretexto de reconhecimento do problema, observa-se a articulação entre o poder local, estadual e federal, o que evidencia a seca como um problema político.

Nessas visitas as frases ficaram famosas:

> "A mobilização de esforços para combater os efeitos das secas no Nordeste terá características de verdadeira operação de guerra". (Juscelino Kubstschek).

> "Não tenho o dom do milagre mas a situação vai mudar. Tenham confiança, as coisas vão melhorar". (Garrastazu Médici).

Na seca de 1877-1879 o Imperador Pedro II, impressionado com o sofrimento e a mortandade, prometeu: "Não restará uma única jóia na coroa, mas nenhum nordestino morrerá de fome ...".

A Seca e a Contestação Camponesa

A seca é o espetáculo da pobreza em sua dimensão ostensiva e rebelde, em que se configuram os vários modos dos camponeses mostrarem sua tragédia. Organizados ou não, eles percorrem os espaços legais ou ilegais, trazendo a público na cidade a situação de vida no campo.

"A esta capital, continuam afluindo, diariamente, dezenas e dezenas de famílias flageladas, que, desenganadas do inverno, **vêm procurar das autoridades recursos para sobreviverem**". (O Povo, 17/03/58, grifo meu).

"A população faminta, deste município, **invadiu a residência do prefeito à procura de serviço**". (O Povo, 24/03/58, grifo meu).

"Segundo comunicação recebida pela reportagem de O Povo, **uma turma de flagelados invadiu, ontem, o matadouro de Itapipoca, abatendo várias reses para o consumo.** Logo após, dirigiu-se ao Centro da Cidade, com intuitos de invadir o comércio, mas a esta altura, os comerciantes, por precaução, haviam cerrado as portas dos seus estabelecimentos". (O Povo, 27/03/58, grifo meu).

"**Oito mil homens famintos acabam de atacar o comércio local** à procura de alimentos, **avançando de preferência nos depósitos de gêneros alimentícios e mercado de carne.** Muitos dos famintos estavam sem se alimentar há mais de vinte horas". (O Povo, 08/04/58, grifo meu).

Nessa conjuntura, um novo campo de conflito começa a configurar-se. Os objetivos dessas ações, difusas, buscam conseguir comida e trabalho, mas, também, de uma forma mais geral são um alerta e uma denúncia às péssimas condições de existência dos componeses do sertão. Se, em outros momentos, o confronto dos camponeses é com os proprietários de terra, na seca as contestações canalizam-se para o Estado. Este passa a ser o "protetor dos flagelados" e, por essa função concentra as contradições de um período que tem como grande marca a fome e a falta de trabalho. Esta falta de trabalho leva os camponeses a pressionarem o Estado através de concentrações nas cidades e, especificamente, em frente a sedes governamentais. A fome conduz às invasões ao comércio e, principalmente, a armazéns de gêneros alimentícios. Esse quadro que expressa a situação de "calamidade pública", que passa a vigorar na região, legitima as rebeliões camponesas e força, não só o Estado, mas, um amplo setor da sociedade civil ou, mais especificamente, frações da classe dominante, a darem respostas às pressões camponesas criando um tempo político que configura um quadro expressivo das relações de força: de um lado, reprodução das relações tradicionais de poder, e, de outro, contestação camponesa. Esta última tem por especificidade o fato de promover ações que em outros momentos seriam violentamente reprimidas e no período de seca conquistam espaços variáveis de legitimidade.

Na medida em que o quadro de uma estiagem começa a se configurar, com os serviços no interior das propriedades tornando-se cada vez mais escassos e os produtos de subsistência ficando diminutos, as mobilizações camponesas ganham corpo.

As mobilizações podem ser divididas, principalmente, em três tipos: as invasões, as concentrações e os saques. As invasões são caracterizadas pelo

simples afluxo de camponeses à cidade, configurando um conglomerado nos centros urbanos. Esse tipo de mobilização ocorre naturalmente fruto da inviabilidade de os camponeses sobreviverem no interior das propriedades, provocando um grande deslocamento da população rural. Nos períodos de seca, as estradas passam a ter um fluxo permanente de transeuntes e as cidades ganham novos habitantes que se fixam nas pontas de ruas ou em logradouros. Esse quadro serve de alerta aos poderes públicos e passa, também a preocupar os comerciantes locais.

> "A esta capital, continuam afluindo, diariamente, dezenas e dezenas de famílias flageladas, que, desenganadas do inverno, vê procurar das autoridades recursos para sobreviverem". (O Povo, 17/03/58).

O deslocamento e a formação de conglomerados de camponeses à procura de comida e trabalho, nos períodos de estiagem, dão o retrato da miséria e pobreza em que vive a grande maioria da população rural dos sertões. Esse quadro tanto possibilita tristes relatos nos romances[2], como dá uma dimensão pública a esse problema social, passando a exigir um tratamento, não só, emergencial, mas, sócio-político e não policial. Podemos dizer que nesse momento os camponeses passam a ter algum espaço de conquista de cidadania, com o estado tendo que assumir suas obrigações publicamente. Nessa situação, os camponeses não são vistos, em seus protestos, como simples subversivos, mas, fruto de uma ordem que lhes é adversa. Essa visão, em grande parte, norteia todo o tratamento dado, não só pelos setores públicos, mas, também, pela sociedade civil por ocasião das mobilizações camponesas.

Nos períodos de estiagem a mendicância aumenta, os flagelados tornam-se também mendigos. Entretanto, é importante destacar que os camponeses-pedintes não se confundem com os mendigos, pois marcam suas diferenças. Os traços de trabalhadores rurais ainda são muito fortes. O tempo ainda não os transormou em mendigos. Não são pedintes favelados e sim pedintes do campo.

O segundo passo das mobilizações configura-se nas concentrações camponesas que têm como alvo os poderes públicos.

> "Hoje pela manhã, algumas pessoas deslocadas do interior, que aqui se encontram em busca de trabalho e assistência, estiveram no Palácio da Luz, a fim de solicitar auxílio do governador". (O Povo, 24/03/58).

Essas concentrações expressam uma contestação mais organizada e com propósitos definidos, por parte dos camponeses, ao mesmo tempo em que demonstra uma deficiência e uma incapacidade dos poderes públicos nas soluções esperadas pelos trabalhadores rurais. As invasões, mesmo já apresentando a estão do trabalho e do alimento como principais reinvindicações, guardam uma natureza difusa e, em grande parte, atomizada. Nas concentrações, ao contrário, há uma grande marca que é a convergência de reivindicações em local físico determinado, exigindo definição de responsabilidades diante da "calamidade pública".

Nas secas de 1958 e 1970, nas concentrações, não existiram os agentes mediadores. Esses agentes terão um papel importante na seca de 1979 e 1983. Nessa ocasião ganham destaque os Sindicatos Rurais e a Igreja, através das Comunidades Eclesiais de Base.

Nessas concentrações as reivindicações camponesas ganham concretude nas solicitações de emprego, através da criação de obras públicas ou privadas mas que viabilizam o aumento de trabalhadores alistados nos "trabalhos do governo". As reivindicações por alimento, mesmo estando presentes nas concentrações, aparecem subordinadas à maior importância do emprego. Isso representa um dado importante para entendermos a "cultura camponesa" que, mesmo nesses períodos críticos, expressa elementos definidores de sua identidade. Ou seja, eles são "camponeses desempregados" e não "camponeses pedintes". Nesse sentido, nas concentrações, o camponês reivindica emprego para poder "manter sua família". O aumento do número de "camponeses pedintes" pode ter dupla conotação: uma demonstra a incapacidade do Estado em criar mais emprego e outra reforça a "ideologia da dependência", "do favor", do "dar em migalhas". Se, no alistamento de novos empregos, o Estado aparece como o "grande protetor dos camponeses", nas distribuições de alimentos ele encarna, também, a figura do "benfeitor – sensível e comovido".

Na medida em que as invasões e as concentrações não surtem efeito, os camponeses partem para os saques. São ações que têm como finalidade a obtenção de alimento. Essas ações ocorrem em armazéns públicos ou privados, em casas comerciais, em feira-livres e em transportes de alimentos. Demonstrando uma separação entre o bem público e o privado, os saques ocorrem, com maior freqüência, a postos de abastecimento governamentais.

> "Consoante notícias que chegaram à Secretaria de Segurança Pública, cerca de quatro mil flagelados impelidos pela fome e, depois de verem morrer de inanição um colega, invadiram o Posto do SAPS de Canindé, levando todos os gêneros que ali estavam armazenados.
> A reação dos flagelados veio depois de várias tentativas de conseguirem trabalho e alimento. Vendo todos os seus esforços baldados e diante da morte por fome de um homem válido, partiram desesperados de onde se achavam concentrados e foram ao posto do SAPS daquela cidade". (O Povo, 02/12/58).

Os saques, principalmente nesse último período de seca, 79-83, têm assumido um caráter mais estruturado, com a participação mais efetiva dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais através, principalmente, de um trabalho de suas delegacias sindicais e das Comunidades Eclesiais de Base. Se as CEBs fornecem todos os elementos para que os camponeses possam colocar os saques dentro de um patamar de legitimidade, os STR fornecem os elementos operacionais para viabilizá-los.

Para Rejane Carvalho "O que se destaca como novo não é o protesto em si, mas a forma como tem sido articulado através de uma base organizativa, Sindicatos Rurais e Comunidades de Base, o que torna possível que se transforme num movimento social mais orgânico de questionamento da estrutura

fundiária e dos padrões tradicionais de dominação vigente no sertão" (1983:1). Em seguida, diz: "O novo no processo de mobilização é que ele sustenta-se em uma base organizativa (sindicatos rurais e comunidades de base), possibilitando com que queixumes ocasionais e isolados sejam articulados politicamente de forma mais permanente em termos de "vontade coletiva" (1983:2).

A "preparação" de um saque pode envolver desde discussões iniciais nas comunidades, passando pela forma do deslocamento até a sede municipal e terminando por reunir-se antecedendo a ação, geralmente, na sede do Sindicato. Às vezes, o deslocamento dos distritos para a sede municipal é facilitado pelos comerciantes dos distritos, evitando, assim, possíveis saques nesses locais.

É importante destacar que a ação do saque faz parte da "cultura política" das secas, sendo prática secular e costumeira dos camponeses. São ações que se reproduzem na sociedade de forma legítima.

> "O comércio e as residências particulares estão na iminência de serem atacados pelos famintos, que ocorrem, em grande número a esta cidade à procura de serviço. Já dirigi telegramas de apelo a todo mundo. A fome não espera. estou contendo os famintos com esmolas, invocando a minha autoridade de vigário. Caso os poderes competentes não venham em nosso auxílio, com providências urgentíssimas, será impossível evitar graves acontecimentos, como conseqüências lamentáveis. Motivados pela grande fome". (O Povo, 01/04/58).

A base de legitimidade que os saques possuem inviabiliza qualquer ação mais enérgica, por parte dos setores de segurança pública. Mesmo quando a polícia é chamada para "manter a ordem", é sempre destacado pelas autoridades que suas ações devem manter-se num quadro de prudência e calma, evitando qualquer ato de violência. Decorre dessa base a própria classificação feita dos camponeses que participam dos saques: esses não são desordeiros, subversivos ou vagabundos e, sim, famintos.

Nesse sentido, cabe uma reflexão de Thompson sobre os motins de subsistência da Inglaterra do século XVIII, quando diz. "É possível detectar em quase toda ação de massa do século XVIII alguma noção legitimante. Com o conceito de legitimação quero dizer o que os homens e as mulheres que constituíam o tropel acreditavam estar defendendo direitos ou costumes tradicionais; e, em geral, que estavam apoiados pelo amplo consenso da comunidade. Em ocasiões este consenso popular era confirmado por uma certa tolerância por parte das autoridades, mas, na maioria dos casos, o consenso era tão marcado e enérgico que anulava as motivações de temor ou respeito". (1979:65).

O saque é uma ação sempre possível e latente dentro de um quadro de miseria e fome que simplesmente se agrava nos períodos de seca. Nesse sentido, essa ação representa a luta pelo direito à sobrevivência, mantendo-se nos limites do legítimo, do legal, traços essenciais da "cultura camponesa". O ilegal passa a ser a "calamidade pública". É interessante destacar que o saque ocorrido fora dos períodos de seca passa a ser classificado pela ideologia dominante como "ação de baderneiros" e é considerado quebra da ordem.

Por último, é importante destacar a natureza ambígua da ação do Estado diante dos saques. Não há notícias de repressão mais ostensiva a ações dessa ordem, cuja explicação está na legitimidade que carregam diante de situação evidente de crise. Entretanto, ao legitimar as ações como provenientes da situação de seca, escamoteiam-se as desigualdades estruturais agora reduzidas à situação climática.

Na seca de 1979 a 1983, como já foi dito anteriormente, houve um maior envolvimento dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e da Igreja, através das CEBs. Nas ações dos camponeses, ganha também destaque a efetiva e importante participação das mulheres camponesas nas concentrações e, principalmente, nos saques. Temos como hipótese, sobre esse envolvimento crescente das mulheres nos saques, o fato de elas estarem, em grande parte, fora dos alistamentos, além da falta de alimento para os filhos que afeta mais a mulher. Entretanto, a participação das mulheres nos movimentos camponeses do sertão, em termos gerais, tem sido marcante. Inclusive nos períodos de seca as mulheres lutam não só por alimentos, mas também por trabalho, destacando a responsabilidade pela reprodução da unidade camponesa que não está restrita somente ao homem.

Por fim, é importante reter que essa seqüência de ações – invasão, concentração e saque – reproduzindo uma lógica colada às necessidades camponesas, marca uma distribuição temporal onde as invasões são ações características dos primeiros meses de estiagem e os saques representam, fundamentalmente, as ações de um segundo momento.

A Seca e a Ação do Estado

As ações do Estado nos períodos de seca têm como principal meta evitar uma convulsão social. Nesse sentido, as políticas de emergência nos períodos de estiagem não são feitas para reverter o quadro, nem para criar condições mais adequadas e racionais para enfrentar um novo período de seca. As políticas de emergência permitem assegurar a permanência da mão-de-obra no campo, possibilitando sua reprodução por determinados períodos, ao mesmo tempo em que impedem que os conflitos desorganizem a produção vigente.

Como diz Quiroga Fausto Neto: "O Estado, ao assumir o encargo de manutenção da força de trabalho das regiões atingidas pela seca, ele o faz, em primeiro lugar, dentro da perspectiva da garantia de manutenção de um "stock" de mão-de-obra com vistas à retomada do processo produtivo: suspensa a produção das demais mercadorias, a mercadoria força de trabalho deve ser mantida, evidentemente, por instâncias exteriores ao capital privado. Assim, a forma de gestão da força de trabalho deve corresponder à finalidades capitalistas mas não sob o encargo do capital privado" (1985:105).

De forma secundária, aparecem as políticas que tentam evitar um nível de descapitalização dos proprietários que inviabilizaria a economia do sertão. Nesse quadro, aparecem as obras realizadas no interior das propriedades ou de cunho infra-estrutural e as anistias fiscais e bancárias. Considero que essas ações são, em grande parte, um resíduo das políticas que visam a conter, por um lado, o grau de miséria crescente e, por outro, o grau de contestação camponesa.

O que impulsiona a abertura das obras de emergência não é a sua necessidade ou importância sócio-econômica e sim política, ou seja, o que elas geram, em termos de emprego. Ao longo dessas políticas de "combate às secas" foram construídos alguns açudes, barragens, cacimbões, cacimbas, barreiras e outras obras que visam a minorar o problema de água para o sertão. Entretanto, nessas ações a marca do Estado não é o planejamento e sim o seu lado como empregador – impulsor de empregos. Devem ser "abertas obras de amparo às vítimas da seca".

> "Centenas de flagelados invadem esta cidade, provocando o fechamento do comércio local. O poder municipal é impotente para atenuar às reclamações da multidão que pleiteia serviço. **Urge providências imediatas, no sentido de atenuar o sofrimento dos pobres sertanejos, criando serviços de emergência,** neste município, e enviando víveres **para evitar acontecimentos mais graves".** (O Povo, 10/04/58, grifo meu).

Em 1958, a seca passa a ser analisada pela imprensa como um momento de agravamento de problemas estruturais. A falta de uma planificação, por parte do Estado, e a estrutura fundiária passam a ser apontadas como os grandes problemas. Essas críticas, no período de 79 a 83, tomam um caráter mais explícito e polarizador. Alguns setores da Igreja Católica, os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e outros setores da sociedade passam a concentrar suas críticas na política do governo frente ao problema da seca e aos problemas mais estruturais.

"Reorganização fundiária é o passo inicial de toda e qualquer política que objetive o desenvolvimento rural" (Tribuna do Ceará, 03/01/83).

> "Para os governos, o Nordeste aparece como um problema; para a nação, é como se fosse um peso. E tudo, dizem, é por causa da seca. A seca se tornou o melhor assunto para discursos nas campanhas políticas e um bom negócio para os que querem enriquecer, mesmo que seja explorando o sofrimento alheio. Que o nordestino seja pobre e sofredor, é verdade. Mas que a seca seja a responsável principal de tudo isso, é o que não se pode afirmar ... Vimos que a miséria do Nordeste é causada mais pela injusta organização sócio-econômica e política do que pelo flagelo da seca. Pois, os ricos, mesmo com a seca, continuam bem e até se tornam, às vezes, mais ricos, como os proprietários que se enriquecem com as benfeitorias que o Programa de Emergência constrói em suas terras, com o suor dos pobres que não recebem nem o salário mínimo". (Trecho do Documento "O Homem e a Seca no Nordeste", realizado pela CNBB, secretariado NE I).

Neste texto, a Igreja muda seu discurso fatalista, casual e determinista responsabilizando o sistema pela situação de miséria e pobreza do trabalhador rural.

É importante destacar a denúncia de que a seca atinge de forma diferen-

ciada os diversos setores da sociedade, em oposição ao discurso que tenta mostrá-la como causadora de males indiscriminâveis. Dentro desta perspectiva de agilizar a implantação de uma polftica de emergência, para evitar grandes convulsões sociais, ganham corpo os apelos dos polfticos locais, dos vigários e dos comerciantes. Os polfticos tentam tirar todo o proveito de um momento que viabiliza o reforço dos laços clientelfsticos, apresentam-se como defensores de "sua terra" e de "sua gente sofrida".

Os padres, "vigários", investem no argumento humanista, mostrando o sofrimento dos "pobres e desamparados", numa alusão direta a passagens bíblicas.

Os comerciantes são mais explícitos, reivindicando a atenção dos governos estaduais e federais para evitar que suas casas comerciais sejam saqueadas. Qualquer aglomeração é um alerta para os comerciantes. Por outro lado, se a abertura de emprego ameniza a situação, traz como contrapartida o aumento de circulação de moeda, possibilitando uma maior demanda dos produtos comerciais.

Com a escassez dos produtos alimentícios, não só do mercado interno, mas, principalmente, dos roçados dos camponeses, ocorre uma elevação alarmante dos seus preços, constituindo-se uma das principais denúncias dos períodos de seca.

> "O arroz que custava em março e abril Cr$ 15,00 e Cr$ 18,00, hoje é vendido abertamente, sem motivos de reclamação, a 45 e 50 cruzeiros, sem citar-se a rapadura (Cr$ 20,00), o sabão (Cr$ 20 e 25,00), carne ((Cr$ 80 e 90,00) farinha (Cr$ 19 e 20,00)" (O Povo, 20/11/58).

> "Parte do operariado da rodagem Freixeirinha-Gruta de Ubajara, exasperada com a atitude dos fornecedores, que elevaram o preço do feijão de 30 para 35, quando um operário percebe a diária de 40 cruzeiros, acaba de invadir os fornecimentos localizados na Vila de Araticum, deste município, todo o estoque foi carregado" (O Povo, 24/11/58).

Juntam-se a essas queixas as reclamações sobre o valor do salário sempre abaixo do salário mínimo (Tabela II), o não alistamento de mulheres e filhos menores.

Em 1958, a grande reivindicação dos trabalhadores foi o alistamento, também dos menores. Isto só foi conseguido no final do mês de agosto, com a intermediação de Dom Antônio de Almeida Lustosa, arcebispo de Fortaleza. Esses menores passaram a receber a metade dos salarios pagos aos adultos.

No período de 1979 a 1983 as reivindicações se concentravam na inclusão das mulheres. É importante destacar que essas reivindicações prendem, por um lado, à composição da força de trabalho no campo, que inclui normalmente as mulheres e as crianças e, por outro, ao baixo salario pago nos trabalhos de emergência, que são considerados "salários de fome", insuficentes para a subsistência de uma família, pagando "salários" abaixo do mínimo regional.

Para Quiroga Fausto Neto "... esse nivelamento "por baixo" terá influências não apenas no período de estiagem, mas se projetará posteriormente

TABELA II
ESTADO DO CEARÁ
SALÁRIOS DE "EMERGÊNCIA" EM RELAÇÃO AO SALÁRIO MÍNIMO
1979 a 1983 ([1])

Meses/anos	Salário Mínimo ([2])	Salário de Emergência ([3])	Salário Emergência/ Salário Mínimo (%)
05/79	1.644,00	1.644,00	100,00
11/79	2.172,00	1.644,00	75,7
05/80	3.189,60	2.460,00	77,1
11/80	4.449,60	...	...
05/81	6.712,80	4.080,00	60,8
11/81	9.732,00	...	...
05/82	13.920,00	7.770,00	55,8
11/82	20.328,00	11.125,00	54,7
05/83	30.600,00	15.300,00	50,0
11/83	50.256,00	15.300,00	30,4

FONTE: ([1]) Tabela elaborada por Parente (1985).
([2]) IOB.
([3]) Extraído de diversas fontes da pesquisa: entrevista, documentos e jornais.

quando o "salário da emergência", e não o mínimo regional, permanecerá como base das alterações salariais futuras, pós-seca" (1985:106).

O início de toda política de emergência é antecedido não só de mobilizações, por parte dos camponeses, mas também de uma ampla articulação dos setores políticos regionais. Nessa somatória de esforços, os governos estaduais e federal são envolvidos e os problemas dos camponeses do sertão ganham uma dimensão nacional.

Como diz Inaiá Carvalho: "... desde o século passado o Nordeste tornou-se um problema de repercussão e responsabilidades nacionais, em decorrência das secas que atingem o seu território e penalizam grandes contingentes da sua população" (1987:43).

A ação do Estado materializa-se e, praticamente, limita-se à abertura de serviços que possibilitem o surgimento de um maior número possível de emprego. Com a abertura das obras, são formadas diversas turmas de trabalho, principalmente para serviços de açudagem e construção de estradas, de caráter público.[3]

Antes de 1979 os programas de emergência valorizavam indiretamente a propriedade privada, através das "obras públicas", nesse ano inicia-se um novo modelo de programa com as "Frentes de Emergência" que beneficiam diretamente os proprietários de terra. Nesse programa as obras passam a ser executadas no interior das propriedades e o Estado assume quase que o ônus total delas.

O programa visava à manutenção da mão-de-obra a fundo perdido, mantendo uma divisão que variava de acordo com o tamanho da propriedade.

TABELA III
AUXÍLIO GOVERNAMENTAL – ESTRATOS E PERCENTUAIS

Tamanho da Propriedade	Auxílio a Fundo Perdido
0 – 20 ha	100%
21 – 100 ha	80%
101 – 500 ha	70%
500 – + ha	50%

FONTE: SUDENE – Folheto Publicitário – 1979.

Se o clientelismo, a politicagem e a corrupção são as grandes marcas dos períodos de seca, em 1958 essas características atingiram as formas mais acintosas possíveis. O uso da máquina estatal nunca foi praticado com tanta eficiência e desmesuradamente em favor dos políticos ligados ao poder federal.

> "Os trabalhos de assistência aos flagelados, neste município, foram entregues à orientação de políticos locais do PSD, que fazem criminosa exploração, exigindo dos operários o compromisso de se alistarem em seu partido, pedindo os títulos dos elementos contrários, com a promessa de que ficarão desobrigados de comparecer ao trabalho, e, o que é mais grave, instituindo nas folhas operários fantasmas para se locupletarem ilicitamente como donos da seca" (O Povo, 21/03/58).

As queixas concentram-se na forma de alistamento que beneficia somente os trabalhadores que são filiados ao PDS ou PTB, os cargos de administradores, apontadores, fiscais são entregues a pessoas de confiança do partido do governo federal e criação de novos cargos de direção no DNOCS para favorecer a "apadrinhados" do Governo Federal.

Em 1958 os trabalhos de emergência foram organizados pelo DNOCS, pelo DNER e pelo DAER, cabendo ao DNOCS o papel de centralizar e planejar as ações. No final do período, o Exército passou a atuar em decorrência de um ato baixado pelo Presidente da República.

A participação do Exército nessas ações foi justificada pelo fato de ser uma "instituição alheia a interesses partidários e capaz, portanto, de traçar melhores rumos a tudo que aqui se tem passado, com relação ao mal emprego dos vultosos recursos que a Nação há canalizado este ano para o Nordeste" (O Povo, 18/11/58).

Essa medida, entretanto, era mostrada como uma tentativa de "dar um basta" no desmando, na politicagem e na malversação do dinheiro público e representava a intervenção direta do Governo Federal na Questãao Nordeste. Os

problemas regionais ganham uma dimensão nacional e o governo passa a tratá-los nessa óptica.

Em 1970, mesmo com a entrada em cena da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), criada em fins de 1959, o Exército tem um papel destacado. Como todos os problemas sociais da época, a seca era, também, uma questão de segurança nacional. E, nesse sentido, o Exército não só agiu como executor, mas, principalmente, controlador das ações. Atuaram na época, além da SUDENE e do Exército, o DNOCS e o DNER.

A ação do Estado diante do problema da seca reproduz uma prática secular sem alterações na sua atuação em comparação com períodos anteriores. Na conjuntura política vigente, destacam-se algumas questões. Primeiro, é o "tratamento policial" que passa a ser dado às reinvidicações dos trabalhadores rurais e o próprio controle, em termos de disciplina do trabalho, nas Frentes de Serviço. Um outro aspecto, é a intervenção direta da Polícia Federal nos inquéritos abertos sobre a "politicagem" e a "malversação das verbas destinadas aos planos de emergência". Por trás da ideologia da moralização dos serviços públicos, está a visão policialesca diante dos problemas sociais. É importante destacar que esses inquéritos não tiveram qualquer ação conseqüente.

No período de 1979 a 1983, além das mudanças apontadas anteriormente, ganham destaque as mobilizações dos trabalhadores rurais em torno da política de emergência. Essas mobilizações abrangem, desde a ampliação no número de alistados, envolvendo a incorporação dos menores e das mulheres nos serviços de emergência, até por críticas à política de emergência. Possuem como alvo os baixos salários e o tipo de serviços executados. Ganha destaque, como fato novo, a luta dos camponeses para participarem, através de suas organizações, na elaboração e execução da "política emergencial". Como contrapartida, o estado dá destaque a uma "política participaativa" envolvendo as organizações dos trabalhadores e alguns órgãos estatais. A atuação dos camponeses, no campo político, provoca mudanças na política de combate às secas, não só tendo que incorporar suas reivindicações, mas também tendo que tratá-los enquanto cidadãos, como sujeitos políticos.

É importante ressaltar que uma das grandes questões colocadas frente às políticas emergenciais é a sua desarticulação com o "processo agrícola camponês". Essa desarticulação aparece na retirada dos camponeses de suas unidades produtivas e na natureza dos trabalhos executados.

Como diz Quiroga Fausto Neto: "... conjugando-se as opções do programa estatal às suas exclusões, o que se tratou foi, de um lado, favorecer as propriedades, principalmente as de dimensões médias e grandes, e, de outro, radicalizar a viabilidade das formas de sobrevivência garantidas pelo acesso a pequenas parcelas de terra e pelo trabalho familiar, completando assim a separação entre trabalhador e meios de produção" (1985:105).

A partir das questões analisadas ao longo do trabalho, é importante destacar que a seca politiza os movimentos na medida em que coloca o estado como centro das contestações convergentes.

A noção do espaço público, dos direitos e da cidadania emerge de modo evidente não mais restrita ao espaço privado da produção.

Concluindo, a seca, como um fenômeno da natureza, possibilita o desnu-

damento das contradições estruturais em um determinado tempo e atravessa as dimensões sociais e políticas.

Notas Conclusivas

O que procurei mostrar ao longo deste trabalho foi a natureza sócio-política do fenômeno da seca, que não se restringe à sua dimensão climática. Reveladora de contradições estruturais, a seca não só torna visível as diferentes formas de dominação como os modos de resistência que expressam os trabalhadores rurais.

Talvez por esse motivo esse seja o momento no qual os recursos ideológicos, mobilizados nos discursos originados de diversas fontes, buscam recuperar sua eficácia. O regionalismo e suas variações, a redução da seca à questão meramente climática ao lado de outras falas que instauram a miséria como fenômeno episódico são formas de impedir o aguçamento das contradições vigentes.

A seca também é promotora de mudanças. O processo migratório que torna a mão-de-obra assalariada, a mudança nas relações de produção e o desaparecimento da cultura de subsistência são formas de reestruturação do ecossistema produtivo.

Na situação analisada, esse processo não significa uma expansão natural da modernização capitalista, mas uma aceleração das transformações nas formas produtivas cujo ônus fundamental é revertido negativamente para os trabalhadores camponeses.

Estes, transformados em mão-de-obra barata e destituída de qualificação, engrossarão o cinturão de miséria das periferias da cidade.

Paralelo a essa transformação denota-se o reforço do poder local, agora reestruturado em aliança com o capital comercial e bancário, centralizando, assim, o domínio econômico e sobretudo viabilizando a chamada indústria da seca.

Da perspectiva da resistência dos trabalhadores rurais, esse momento político é catalizador de formas variadas de rebeldia com participação dos trabalhadores e interlocutores políticos, como Igreja ou partidos. Abre-se nessa circunstância um espaço de politização intensa onde a contestação atinge modos variados de expressão, tornando visível as lutas de classe em situações de espontaneidade – como é o caso de saques – ou situações de protestos organizados, a exemplo das romarias.

Esse amplo quadro expressivo das contradições vigentes no campo e na cidade traz à cena principal um outro figurante, que é o Estado. Enquanto regulador das condições de reprodução do sistema, o estado subsidia os prejuízos financeiros dos proprietários e busca criar condições de reprodução da força de trabalho através da formação de frentes de serviço. Entretanto, o estado é também um dos principais reforçadores da estrutura local de poder, fato que torna sua participação casuística e conivente com a indústria da seca.

Essas considerações levam à constatação de que a seca, enquanto fenômeno político, acelera uma espécie de catarse social, onde a transformação e reprodução convivem simultaneamente. Futuras pesquisas poderão apontar

com maiores detalhes os efeitos dessa transformação no âmbito das relações de trabalho, da reestruturação da propriedade fundiária e dos processos de mobilização política.

NOTAS

[1] No item IV da seção II, artigo 96 "ao patrão caberá apenas 10% da produção do algodão quando concorrer com terra nua, isto é, sem nenhum preparo; 20% quando concorrer com terra preparada e moradia; e 30%, caso concorra com o conjunto de benfeitorias, construído, especialmente, de casa de moradia, galpões, banheiro para o gado, cerca, valas ou currais, conforme o caso". (lei nº 4.505).

[2] Ver, principalmente, Queiroz (1987), Paiva (1981), Ramos (1985).

[3] "Até a seca de 1970, no Nordeste, permaneceram grandes Frentes de Serviço, principalmente, na construção de rodovias, com inscrição média de 4.712 operários por Frente. O número de inscritos em cada obra variava de 500 a 15.000 trabalhadores. Na seca de 1976, as Frentes foram menores e mais numerosas" (PARENTE, 1985:51).

BIBLIOGRAFIA

CARVALHO, Inaiá Maria M.

1987 – **O Nordeste e o regime autoritário.** São Paulo, HUCITEC-SUDENE.

CARVALHO, Rejane Vasconcelos

1983 – **Seca no Nordeste e mobilização camponesa.** Fortaleza (mimeo).

COHN, Amélia.

1986 – **Crise regional e planejamento. São Paulo,** Editora Perspectiva.

DINIZ, Ariosvaldo da Silva

1986 – Movimentos sociais no meio rural nordestino: a questão dos saques, **in Política e trabalho,** Mestrado em Ciências Sociais – UFPb.

GUERRA, Paulo de Brito

1977 – **Flashes das secas.** Recife, MINTER–SUDENE.

MARTINS, José de Souza

1986 – **Não há terra para plantar nesse verão.** Petrópolis, Vozes.

PAIVA, Manoel de Oliveira

1981 – **Dona Guidinha do Poço.** São Paulo, Editora Ática.

PARENTE, Eneida Ramos

1985 – **Seca, Estado e mobilização camponesa.** Fortaleza, Tese Mestrado (mimeo).

QUEIROZ, Raquel

1987 – **O Quinze.** 39ª edição, Rio de Janeiro, José Olympio Editora.

QUIROGA FAUSTO NETO, Ana Maria
1985 – **As Frentes de Emergência e o movimento dos saques:** atenuação e expressão do conflito no meio rural-urbano, in Movimentos Sociais: para além da dicotomia rural-urbano. João Pessoa, Mestrado de Ciências Sociais – UFPb.
RAMOS, Graciliano
1981 – **Vidas Secas.** Rio de Janeiro, Editora Record.
THOMPSON
1979 – **Tradición, revuelta y consciência de clase.** Bacelona, Editorial Crítica.

ABSTRACT

Droughts: Reproduction of Power and Rebellion

This is a direct relationship: the greater the degree of poverty among rural workers, the greater their dependence on landowners. The drought, as it increases the degree of poverty among thouse workers, strengthens relations of power in the northeastern region of Brazil. The State constributes to this process because, by seeking to avoid social convulsion, it strengthens archaic power structures. But the drought is also the occasion when peasant rebelliousness is manifested, in highly organized public concentrations and pillages in rural towns. To their participants, these manifestations are fully legitimate, in that they come not as beggars but as "unemployed peasants". But the vicious circle of subordination is installed by the State: the provider of jobs and food.

RESUME

Sécheresse: Reproduction du Pouvoir et Rébellion

Le rapport est direct entre le degré de pauvreté des travailleurs ruraux et le degré de leur dépendance par rapport aux propriétaires. La sécheresse, en augmentant la pauvreté de ces travailleurs, contribue à renforcer les rapports de domination à l'intérieur du nordest brésilien, et ceci avec l'aide de l'Etat: son action, visant à éviter une convulsion sociale, reproduit les structures de pouvoir archaïques. Mais la sécheresse est aussi le moment de manifestations de révolte où les paysans, remarquablement organisés, réalisent concentrations publiques et pillages. Ces manifestations possèdent, pour leurs participants, une légitimité basée sur le fait qu'ils sont "paysans sans emploi" et mon mendiants. Le cercle pervers de la subordinations s'instale par l'action de l'Etat, qui fournit emplois et nourriture.

A TERAPIA WEBERIANA DA MODERNIDADE

Jessé Freire de Souza*

RESUMO

Este artigo defende a tese de que Weber desenvolveu, em sua obra, uma "terapia" da modernidade, no sentido de postular uma alternativa à perda de sentido da conduta individual na "jaula de ferro". Utilizando-se weberianamente de tipos ideais, o autor concentra sua argumentação em torno de duas novas personagens: o "especialista-com-espírito" e o "homem-do-prazer-com-coração", encarregados da salvação das rotinas inautênticas. Unidas no seu objetivo, essas figuras divergem quanto aos meios para alcançá-lo, agindo, respectivamente, nas esferas estética e erótica, e são exemplificadas pelo artista e o amante.

> "Mas não é assim de de forma alguma. As coisas nos têm nas mãos. Viaja-se dia e noite dentro delas e faz-se todo o resto também: faz-se a barba, come-se, ama-se, lêem-se livros, exercita-se a profissão, como se as quatro paredes tivessem parado, e o pavoroso é que as paredes andam, sem que se note, e lançam seus trilhos, como longos e envergados fios, sem que se saiba em que direção" (Robert Husil. Der Hann ohne Eigenchaften)**.

Que Weber tenha desenvolvido uma **terapia** da modernidade está longe de ser ponto pacífico entre os comentadores de sua obra. Habermas, ao elogiar o penetrante diagnóstico weberiano da época e desconhecer, por outro lado, o potencial terapêutico desse diagnóstico não se torna exatamente uma exceção. Habermas analisa, a meu ver corretamente, as figuras do homem do prazer sem coração (**GenuBmensch ohne Herz**) e do especialista sem espírito (**Fachmensch ohne Geist**) como os representantes típicos de uma época marcada pela perda de sentido, na qual o sentido subjetivo das ações individuais perde crescentemente substrato ético em favor de uma orientação instrumental em relação a si próprio e aos outros. Por outro lado, escapa a esse autor o fato de que Weber, paralelamente a essa crítica desiludida a seus contemporâneos, tenha se ocupado com o tema da possibilidade de uma "nova"

* Doutorando na Universidade de Heidelberg.

** Tradução livre do autor.

dotação de sentido ético à conduta individual. É essa terapia, no sentido de ser uma alternativa à perda de sentido, que gostaria de descrever aqui. Habermas, ao atentar apenas aos aspectos negativos da figura do especialista e do homem do prazer[1], deixa de captar as formas específicas de dotação de sentido típicas da época moderna para Weber, formas essas características do "individualismo ético" que substitui as éticas materiais de fundo religioso[2].

Inicialmente, algumas precisões. Terapia em Weber tem um sentido bastante diverso do que a palavra assume nos textos de um Habermas ou de um Marx. Acima de tudo não se trata de uma terapia social que vise a revolucionar ou reformar a sociedade como um todo, mas, sim, uma "terapia individual" dentro da sociedade. Também nesse particular, assim como na sua metodologia e nos estudos substantivos, a atenção de Weber concentra-se no indivíduo, no indivíduo em situação, no indivíduo em sociedade.

A essa singularidade acrescenta-se uma ambivalência muito particular na análise e no julgamento weberiano da modernidade. Essa ambivalência deve-se ao fato de Weber fazer, no exame do mesmo estado de coisas, a apologia e a crítica da sociedade moderna. A apologia consuma-se no elogio da eficácia e do desempenho do aparelho político e econômico do capitalismo. A burocracia é tida como a forma mais racional de quadro administrativo e, portanto, a forma mais racional de dominação e de regulação da relação entre dominadores e dominados. Sua confiança nos meios reguladores da economia de mercado era, por outro lado, enorme. Esse novo estado de coisas, fruto do multifacetado processo de racionalização ocidental, não admite retrocessos. O mundo racionalizado formalmente segundo critérios de eficiência está aí para ficar, quer gostemos disso ou não.

Por outro lado, a crítica de Weber ao mundo racionalizado, consumada nas suas teses – reciprocamente independentes – da perda da liberdade e da perda do sentido, é apenas comparável à marxista em acidez e penetração. A explicação para essa ambivalência aparentemente contraditória é a mudança de perspectiva que se consuma nos textos críticos de Weber. Aqui seu objeto passa a ser não mais o estudo comparativo das instituições quanto à sua eficiência, mas sim a vida dos indivíduos sob essa ordem institucional.

Sob esse aspecto fundamental, a sociedade moderna (indiferentemente se capitalista ou socialista) não se distingue das anteriores pela maior eficiência, mas sim pela perda de sentido e de liberdade. Perda de sentido significa que o componente ético, que guiava a conduta dos indivíduos no mundo tradicional e que constituía o principal elo de ligação entre os homens, perde a sua eficiácia. A causa disso deve ser encontrada na substituição das relações pessoais, que caracterizavam o mundo tradicional, pelas relações impessoais típicas do mundo moderno. As novas relações impessoais são a-éticas em sua estrutura. Com o desaparecimento do substrato ético nas relações interpessoais, desaparece também o espaço do "compromisso" entre as partes[3].

Simultaneamente, a liberdade individual, entendida como liberdade de movimento e de ação, subordina-se a uma "nova escravidão"[4] imposta pelos mecanismos burocráticos da economia e da política modernas, que não apenas destróem o componente ético nas suas mediações, mas também reduz, crescentemente, a liberdade e as possibilidades de escolha das ações individuais.

O cargo domina o funcionário[5], assim como as leis de mercado subordinam tanto o capitalista quanto o trabalhador.

Weber separa, no seu diagnóstico da modernidade, a "necessidade exterior", ou seja, os meios de sobrevivência material, da "necessidade interior", ou seja, a possibilidade e a necessidade individual de conferir sentido a um mundo em si mesmo sem sentido. Quanto ao primeiro aspecto, o desempenho da sociedade moderna é imbatível. Quanto ao segundo aspecto, ele deixa, como nenhuma outra formação social antes dele, muito a desejar.

As personalidades típicas do mundo racionalizado, o "especialista sem espírito" e o "homem do prazer sem coração"[6], bem adaptadas ao mundo racionalizado formalmente, não aspiram a qualquer contexto significativo mais abrangente que o oferecido pelo seu cotidiano repetitivo, disciplinado e mecanizado. No novo mundo da racionalidade instrumental, esses seres humanos amesquinhados e degragados sentem-se no seu ambiente.

O meu objetivo nesse texto é tentar explicitar a resposta de Weber a esse quadro desolador. Existiria realmente uma terapia, uma "solução" a esse estado de coisas na obra weberiana, ou teria Weber tentado apenas diagnosticar a nova época? Esse tema, certamente dos mais fascinantes, jamais foi tratado de forma sistemática pelo próprio Weber, e apenas muito recentemente tem atraído a atenção dos comentadores[7]. O surpreendente é que nenhum outro aspecto da obra weberiana mostra, como esse, a atualidade e a grandeza da reflexão desse autor.

A tese que gostaria de defender aqui é a de que Weber efetivamente se preocupou com as opções existenciais dos habitantes da nova "prisão de ferro" da sociedade moderna. Por outro lado, pretendo fazer um esforço de sistematização no sentido de ligar suas idéias nesse campo com temas fundamentais da sua sociologia da religião e de identificar as figuras que servem de contraposição ao especialista sem espírito e ao homem do prazer sem coração sob as novas condições do mundo racionalizado formalmente.

O tema privilegiado para essa empresa é o da "condução da vida" (**Lebensführung**), posto que, como iremos ver a seguir, são formas distintas de condução da vida que irão propiciar respostas diferenciadas às condições da sociedade moderna. Weber, como é sabido, dedicou-se minuciosamente a esse tema na sua sociologia religiosa. Essa questão é, inclusive, junto com a análise das condições econômicas e da sua influência na atividade religiosa, a questão principal dessa imensa massa de estudos comparativos entre todas as grandes religiões mundiais, e o fio condutor que confere o caráter sistemático de toda a sua sociologia religosa[8].

Esse conjunto de estudos servem, juntamente com os textos do **Economia e Sociedade**[9], de material para o desenvolvimento do tema central da obra weberiana: a determinação das razões da especificidade da cultura ocidental[10]. Weber supõe que um tipo singular de condução da vida está na base dessa especificidade. A comprovação dessa hipótese enseja tanto o projeto da "ética protestante" quanto o estudo comparativo sobre as religiões mundiais alguns anos mais tarde.

Como é sabido, Weber introduz o binômio ideal-típico ascetismo e misticismo para referir-se às formas mais racionais que a mensagem religiosa pode assumir[11]. O ascetismo ativo é uma forma de renúncia ao mundo, na qual o crente põe-se como instrumento e realizador da vontade divina. O misticismo, por outro lado, implica uma concepção, na qual o devoto visa à "possessão" do divino e não à realização da sua vontade pela ação. O devoto é um recipiente do divino e não seu instrumento. O ascetismo visa a dominar o mundo, domesticando-o de acordo com a vontade do Deus através do trabalho mundano o qual adquire, dessa forma, significação sagrada, dando sentido à noção de "vocação". O misticismo, ao inverso, inclina-se à fuga do mundo, ganhando significado exatamente pela oposição ao mundano[12].

Dando seguimento à linha argumentativa que venho desenvolvendo até aqui, gostaria de defender a hipótese de que os tipos de condução da vida, ou de personalidade, que estão na base da terapia weberiana da modernidade podem ser entendidos enquanto versões seculares e modificadas dessas duas formas de atitude religiosa.

Gostaria de chamar essas duas figuras da modernidade, de modo a dramatizar a comparação com a recepção habermasiana, de especialista com espírito e homem do prazer com coração. Essas duas personalidades típicas poderiam ser tidas como respostas de Weber, como conduções de vida alternativas aos especialistas sem espírito e homens do prazer sem coração.

Antes de descrever pormenorizadamente os dois tipos de personalidade, gostaria, para prevenir mal-entendidos, de precisar o sentido em que vejo essa relação entre conduções de vida religiosa e secular. Não se trata aqui, de forma alguma, de defender qualquer espécie de continuação modificada de preceitos e fundamentos religiosos. O processo de "desencantamento do mundo", que retirou as condições de validade do mundo mágico-religioso, é um dado irreversível do mundo moderno. Existe um abismo instransponível entre esses dois mundos. A época de uma ética material, que funcionava como substrato das relações entre os homens e que regulava com ambições totalitárias o espaço público, pertence definitivamente ao passado.

Weber estava perfeitamente consciente de que vivia na época do "individualismo ético". O mundo objetivo não tem qualquer significado em si, e a tarefa de conferir significado a esse mundo é uma tarefa individual e solitária. Cada qual está só com o seu Deus ou demônio que rege as suas escolhas significativas[13].

Mais ainda, de forma paralela e reciprocamente independente a essa modificação no "espírito da época", temos uma modificação não menos importante nas condições objetivas do mundo moderno. O mundo racionalizado formalmente não é mais, precisamente pelo seu maior desempenho e eficiência, modificável na medida em que o mundo tradicional o era. O novo mundo limita e determina de forma decisiva a condução da vida individual dentro dos seus limites.

Uma limitação extremamente importante para a análise da personalidade

moderna é a necessidade inevitável da especialização. Weber refere-se à lição de Goethe a nós todos, através do destino que confere ao seu "Wilhelm Meister"[14]. Wilhelm vê-se compelido, apesar da sua "inclinação natural" a uma educação universal[15], a especializar-se, por razões de nascimento e como destino da sua condição de classe e de época. Ou seja, vê-se compelido a dedicar-se como um todo à realização "na ação" de apenas uma parcialidade do seu ser, como condição mesma de qualquer desejo de intervenção na nova realidade[16].

Um dado decisivo no tratamento dado por Goethe ao tema, assim como para entender as suas repercussões em Weber, parece ser a vinculação do tema da formação e do desenvolvimento da personalidade que lhe confere o caráter de romance de formação (**Erziehungsroman**) às condições do novo mundo capitalista que vê nascer. Toethe, de certo modo, circunstacializa "sociologicamente" seu tema, sem que isso implique, obviamente, a perda de suas qualidades literárias.

Desta forma o burguês Wilhelm vê-se compelido à especialização e à auto-disciplina que esta envolve. A especialização dentro da comunidade leva, para Goethe, à formação da personalidade e ao auto-cultivo. Wilhelm passa do desejo da formação universal para a idéia (sua grande descoberta) do trabalho em meio à comunidade. A ação é privilegiada em relação ao ser, embora não o exclua. O ser, para realizar-se, tem que necessariamente deixar a contemplação e decidir-se pela ação. O móvel dessa ação é, ao mesmo tempo, referido ao sujeito-agente mas, também, circunstanciado por uma situação que a envolve. É esta última que impõe as demandas do dia (**Forderungen des Tages**), uma noção fundamental para o conceito de personalidade moderna também em Max Weber. Contrariamente a Kant, Goethe une espontaneidade a auto-disciplina, inclinação e auto-controle[17].

Weber interpreta essa interdependência entre ação e renúncia (**Tat und Entsagung**) como pressuposto irrevogável para a realização de qualquer trabalho significativo no mundo moderno, "se o estilo de vida burguês quiser ser ainda um estilo e não a ausência deste" (**wenn der bürgerlichen Lebensstil ebem Stil und nicht Stillosigkeit sein will**)[18]. A meu ver, Weber une essa "lição goetheana" a uma versão modificada e secularizada do conceito de vocação[19]. Essa noção já havia atraído, na sua versão religiosa, e por conta da sua prodigiosa força moral, a atenção especial de Weber.

Essa noção secularizada de vocação é trabalhada por Weber nos seus dois famosos ensaios de 1919 sobre as atividades do político e do cientista. Esses dois textos apresentam de maneira assistemática o que chamo de especialista com espírito.

No texto sobre a política como vocação, descreve Weber, depois de analisar demoradamente as mudanças objetivas da atividade política com o advento da democracia plebiscitária, o que entende por político com vocação. Este é definido, acima de tudo, em oposição ao funcionário politicamente irresponsável assim como em oposição ao político que persegue o poder como fim em si (**Realpolitiker**) por um lado, e em oposição ao politico que persegue va-

lores absolutos por outro. Ao contrário do funcionário, o político por vocação é responsável apenas em relação a suas idéias, um responsabilidade subjetiva portanto, resultado de uma eleição consciente e portanto autêntica[20]. O funcionário, como exemplo do especialista sem espírito, tem uma relação objetiva com seu cargo ou organização. Ao contrário do político de ambição mesquinha, por sua vez, que persegue o poder por vaidade pessoal, o político com vocação distingue-se pela dedicação a uma causa supra-pessoal[21].

Em contradição ao político mesquinho e ao funcionário, podemos entender a primeira das três qualidades distintivas do político com vocação: paixão, no sentido de uma dedicação apaixonada a uma causa supra-pessoal. Essa paixão falta tanto ao funcionário, que é obrigado a administrar seu cargo **sine ira et studio**, quanto ao político do poder que a amesquinha pela subordinação desta paixão a seus interesses pessoais.

Com relação ao político que segue valores absolutos, o contraste desloca-se para as outras características do político vocacional: o senso de proporções e o senso de responsabilidade[22]. O político da ética absoluta defende um valor incondicional que não indaga conseqüências da perseguição dessas idéias na realidade, preocupando-se unicamente com a manutenção das puras intenções. A esse político, ao contrário das figuras examinadas acima, não falta a paixão, a dedicação fervorosa a uma causa impessoal e não-mesquinha. Por outro lado, falta-lhe a distância em relação às coisas e aos homens. O político vocacional, ao contrário, incorpora uma ética da responsabilidade que leva em consideração, no seu cálculo, as conseqüências da sua ação na realidade. O político da ética da responsabilidade acrescenta à sua paixão o conhecimento da realidade. O senso de proporções é necessário para conseguir-se uma "mistura bem temperada" entre a distância que o conhecimento envolve com a proximidade resultante da paixão[23].

No texto sobre o cientista por vocação temos uma linha de argumentação muito semelhante. Depois de alongar-se sobre as condições externas do acadêmico, Weber afirma a importância central da especialização para o cientista como a condição mesma de um trabalho digno de confiança. A dedicação apaixonada ao trabalho é novamente tida como a primeira grande qualidade do cientista vocacional[24]. Também a responsabilidade é uma qualidade indispensável no sentido – também de forma semelhante ao político como vocação – de angariar o necessário distanciamento em relação a si mesmo, aqui para evitar as próprias opiniões pessoais e julgamentos de valores últimos no exercício da profissão.

Esse último aspecto diferencia o político do cientista. Aquele não pode nem deve esconder seu ponto de vista pessoal. As palavras num comício não são meios de análise científica, mas meios de conseguir votos e vencer adversários[25]. Isso acontece posto que os objetivos dessas duas esferas são distintos. O objetivo máximo da ciência é a "clareza" de modo a possibilitar ao indivíduo a prestação de contas da sua própria conduta[26]. A relação entre as duas esferas seria, desse modo, menos de oposição do que de complementariedade.

Nos dois textos, vocação tem o mesmo sentido de renúncia e auto-controle que possibilitam a unidade da personalidade e a conseqüência na ação.

Foram essas duas características que impressionaram Weber na condução da vida do puritano ascético. Na sua versão secular, no entanto, a idéia da vocação é depurada a partir do seu entrelaçamento com as noções de individualismo ético e de responsabilidade. A crença, nessa versão secular, não deve mais ser a crença ingênua do puritano, mas sim uma tomada de posição em relação à realidade como ela é. O especialista-com-espírito distingue-se pela criação autônoma de valores, afastando-se da heteronomia típica à relação religiosa. Acredito que essa noção reformulada de vocação foi encarada por Weber como a única forma capaz de ainda dotar a vida no mundo nacionalizado de sentido e força moral, possibilitando uma condução autêntica da vida. Acredito, também, que, a partir dos casos examinados do cientista e do político, se pode imaginar uma noção de especialista-com-espírito que, para além das distinções entre as esferas da vida entre si, possuiria qualidades comuns (como as já discutidas acima) indispensáveis para uma condução autêntica da vida sob as instituições do mundo moderno.

Essa é obviamente uma ética aristocrática e heróica. Aristocrática porque é privilégio de poucos, visto que a regra é a acomodação à ausência de sentido e de liberdade. Heróica na medida em que está na mais radical oposição às leis das estruturas objetivas do mundo racionalizado, no sentido de que luta ainda para manter um espaço de valores éticos, numa época em que esses valores foram definitivamente expulsos do espaço público. No mundo das instituições, tornado a-ético, liberdade e racionalidade passam a ser inconciliáveis na esfera do espaço público. K. Löwith interpretou esse estado de coisas como uma autosuficiência dos fins em relação aos meios e, dessa forma, enfatiza as semelhanças entre Weber e K. Marx. Os dois chamaram a atenção para a dominação das coisas sobre os homens[27].

Esse interessante tema, referente a uma tragédia, fatalmente associada à ação humana em geral, de produzir o que não foi originalmente intentado, foi chamada por Weber de "paradoxo das conseqüências". Os puritanos teriam criado a "prisão de ferro" das instituições capitalistas ao tentarem realizar os mandamentos de Deus na terra. A "nova escravidão" assume a forma de uma oposição entre a lógica individual e institucional. A lógica institucional materializa-se na disciplinarização anti-libertária, porque heterodoxa, dos indivíduos de acordo com seus próprios fins institucionais que são, agora, independentes dos fins individuais. A liberdade, no sentido weberiano, é expulsa do espaço público e torna-se, como uma característica necessariamente "privada", uma qualidade reativa de afirmação individual num mundo onde as coisas tornaram-se autônomas.

Schlucthter registra esse estado de coisas sob a forma de uma racionalização diferencial entre as esferas da racionalidade pragmática e valorativa. As duas racionalizações seguem caminhos paradoxais[28]. À institucionalização da racionalização técnica corresponde a subjetivação da esfera valorativa. A acomodação utilitarista à técnica da vida (ao invés de uma ética da condução da vida) é o destino do indivíduo típico da época, animado pelos apelos externos e empíricos da realidade percebidos como símbolos de sucesso. O sucesso dessa acomodação é tanto maior quanto essa técnica da vida, ao contrário de uma ética da vida, é completamente objetificável[29]. O indivíduo que orienta a sua vi-

da em relação a esses bens obedece, necessariamente, a regras localizadas "fora dele". A terapia weberiana para as patologias do mundo moderno, pelo menos no âmbito institucional onde o especialista movimenta-se, parece indicar uma estratégia de luta "corpo a corpo" ou de "guerrilha", para usar uma metáfora militar tão a propósito nesse tema, em oposição a uma "luta em campo aberto" como seria o caso de uma tentativa de reação revolucionária ou reformadora. O especialista-com-espírito, no seu dia-a-dia dentro das instituições, utiliza contra a lógica disciplinadora institucional a lógica de uma condução de vida racionalizada subjetivamente pelos mandamentos da renúncia e da conseqüência dos próprios atos, de acordo com a escolha valorativa que determina seu comportamento individual.

Para Weber, apenas a idéia de vocação desprovida do seu conteúdo religioso poderia propiciar essa racionalização rigorosa da vida subjetiva de modo a contrapor-se à racionalidade objetivada. A nova idéia de vocação, e isso é extremamente importante, não implica a perda do elemento que conferia a força da vocação religiosa, ou seja, o "prêmio": no caso, a promessa de uma vida para além da morte. Apenas a existência desse componente emocional explica o tremendo poder de resistência dos puritanos. No caso do especialista-com-espírito, a salvação das rotinas diárias assume o lugar da salvação eterna. O componente emocional continua presente como nas religiões éticas. A presença desse componente emocional é irrevogável para a explicação do comportamento humano eticamente motivado, como mostram as críticas de Parsons e Durkhein à ética kantiana onde esse componente emocional está ausente[30]. A distinção é que esse componente emocional está agora acrescido do frio conhecimento da realidade que propicia clareza e responsabilidade, como também do dado ético individualista que confere autenticidade e autonomia às escolhas existenciais. Dessa forma eu vejo a terapia intra-institucional do especialista-com-espírito.

A segunda figura, a segunda conduta de vida típica dos tempos modernos, que apresenta uma forma alternativa de conferir significado à ordem racional seria o homem-do-prazer-com-coração. Da mesma forma que o tipo anterior, essa figura é fruto das modificações advindas da passagem das sociedades tradicionais às modernas. A autonomização das esferas valorativas no caso da ciência (o exemplo do cientista por vocação), da moral privatizada (o exemplo do político por vocação), e da arte (será precisamente a figura que tentarei construir agora) que, de acordo com Weber, ocupam o lugar da ética material unitária de fundo religioso das sociedades tradicionais, formam o pressuposto indispensável para a possibilidade de existência dessas novas formas de condutas de vida.

O desafio de preencher, com outros meios, a função que a religião tem de dar sentido de salvação às rotinas inautênticas, é o que me parece unir as figuras do especialista com espírito e do homem do prazer com coração. O meio de alcançar esse fim, no entanto, separa tão radicalmente as duas figuras quanto a oposição entre ascetismo e misticismo na sociologia religiosa[31].

O texto weberiano chave para essa discussão é o do "Zwischenbetrachtung" ("Considerações intermediárias ao conjunto de estudos de sociologia da religião"). Nesse texto, Weber descreve as tensões entre a esfera religiosa e

as demais esferas profanas, assim como o processo de crescente autonomização de esferas valorativas antes dependentes da religião ... Dignas de nota no nosso contexto são, especialmente, as observações com relação às esferas irracionais ou anti-racionais da vida, e não as observações em relação às esferas racionalizadas segundo critérios formais com a política ou a economia.

Essas esferas irracionais são as esferas estética e erótica. A sua particularidade, em contraste com esferas racionalizadas formalmente, é que aquelas são imediatamente concorrentes da religião[32] na medida em que, no decorrer da sua evolução, passam a propor cada qual uma forma particular de "salvação" das rotinas cotidianas[33]. A peculiaridade da evolução dessas duas esferas é que elas põem em cheque o processo global da racionalização como um todo nos seus efeitos rotinizadores.

Esse aspecto é central para a nossa argumentação, posto que aponta para a especificidade do homem-do-prazer-com-coração em relação ao especialista-com-espírito. Ao contrário deste último, o homem-do-prazer-com-coração lida com valores não-disciplináveis e não-racionalizáveis. A forma de conferir sentido, nessa figura, é tambem distinta dada a relativa distância, comparativamente ao especialista-com-espírito, em relação ao mundo institucional. Asim sendo, o sentido da própria vida não é conferido em reação contra a ordem institucional, mas sim como resultante do completamente "outro" da razão disciplinadora, conferindo-lhe seu caráter anárquico.

Nesse sentido, considero defensável propor o artista (ou o consumidor instruído do produto artístico) e o amante, enquanto representantes das esferas tornadas autônomas da arte e do erotismo, como exemplos de uma nova forma de cultivo da vida afetiva e expressiva no seu sentido mais amplo. Para Weber, a autonomização dessas esferas está ligada a um processo de "conscientização do prazer" que traça novos limites – no caso do erotismo, por exemplo – à sensibilidade vulgar ou componesa que lhe precedeu[34]. A "recompensa" pessoal, nesse caso, não pode ser confundida com a recompensa amesquinhada e meramente animal do prazer erótico.

Na vida institucional o especialista-com-espírito, contrapõe, relativamente, liberdade e racionalidade no nível subjetivo à ordem institucional que se tornou anti-libertária e irracional, através de uma rigorosa ética individual renunciadora e metódica, ou seja, usa a disciplinação subjetiva como meio de combate à racionalidade heterônoma institucional. Por outro lado, o combate do homem do prazer com coração faz uso das armas opostas: o não método e a anti-disciplina, com o "irracional" do mundo dos sentimentos e das emoções.

Nesse sentido seu caráter deixa de ser reativo, como o do especialista, para ser criador. Para Weber, essa experiência criativa assemelha-se à "possessão" do divino na atitude religiosa mística[35]. A diferença, que registra precisamente a forma não religiosa da vida artística e erótica, é que a participação com "criação" é percebida de forma bem mais direta e real[36].

Apesar de Weber ter sido, em seus textos iniciais, um aguerrido opositor das interpretações românticas ou expressivas da personalidade[37], pode-se notar uma mudança sensível nos seus escritos tardios como os que acabamos de examinar. É preciso levar em conta que a distinção entre os dois tipos ao nível analítico será certamente menos nítida na realidade. Isso significa que os ti-

pos acima analisados são "tipos ideais", podendo-se encontrar na realidade incontáveis variações e misturas dessas qualidades acima descritas. Podemos ver que, também nesse tema, Weber manteve-se fiel ao hábito de pensar as contradições até suas últimas conseqüências.

NOTAS

[1] Habermas, J. **Theorie des kommunikativen Handelns.** Vol. II, pags. 477/478, Frankfurt: 1987.

[2] Que me sejam permitidas aqui, à margem do texto, duas observações preliminares: 1) a crítica à recepção habermasiana destina-se apenas a enfatizar um aspecto da reflexão weberiana, o referente à situação do indivíduo na modernidade, a qual é levada a cabo, na minha opinião, com uma penetração singular. Isso não implica, por outro lado, a negação da brilhante reconstrução crítica do diagnóstico da época weberiana por Habermas, visando a possibilitar uma fundamentação ética para as ciências sociais. 2) Weber, com certeza, não considerava desimportante sob qual ordem institucional esses indivíduos vivem. Prova disso é a sua proposição, em seu texto "Parlamento e governo numa Alemanha reconstruída", de reformas nas instituições da Alemanha da sua época. No entanto, ao contrário do que ocorre na reflexão ao nível da personalidade, onde o seu "aristocratismo heróico" serve-se de ideais nacionalistas e humanistas como autonomia e responsabilidade, como a recepção do conceito goetheano de personalidade irá demonstrar, temos, com a transposição desse "aristocratismo" para o nível institucional, a defesa de teses irracionalistas com conotações claramente autoritárias. Uma tentativa de reconstrução "democrática" das meditações weberianas nesse nível deve passar, com certeza, pelo aproveitamento de uma outra noção-guia que não o nacionalismo expansionista.

[3] Hennis, W. **Die Persönlichkeit und die Lebensführungen**, pág. 43. Zeitschrift für Politik, 31.1984.

[4] Henrich, D. Max Weber. **Ein Symposion**, pág. 169. Wünchen: 1988.

[5] **Weber, M. Gesammelte politische Schriften**, pág. 512. Tübingen: 1958.

[6] Weber, M. **Gesammelte Aufsätze zur Religionssoziologie**, vol. I, pág. 204. Tübingen: 1947.

[7] Peukert, D. "Die letzten Menschen", pág. 438. **Geschichte und Gesellschaft**, 12.1986.

[8] Weber, M. Ibid. pág. 11.

[9] Schluchter, W. **Religion und Lebensführung**, vol. II, pág. 575. Frankfurt: 1988.

[10] Weber, M Ibid, pág. 13.

[11] Weber, M. Ibid, pág. 538.

[12] Weber, M. ibid, pág. 539.

[13] Weber, M. **Wissenschaftlehre**, pág. 613. Tübingen: 1988.

[14] Weber, M. **Gesammelte Aufsätze zur Religionssoziologie**, vol. I, pág. 203. Tübingen: 1947.

[15] Goethe, J. W. **Goethes Werke**, pág. 291. Hamburg: 1950.

[16] Conrady, K. O. Goethe. **Leben und Werke**, vol. II, pág. 513. Frankfurt: 1988.

[17] Lukacs, G. **Schriften zur Literatursoziologie**, pág. 391. Frankfurt: 1985.

[18] Weber, M. Ibid. pág. 203.

[19] Gouldman, H. **Max Weber and Thomas Mann. Calling and the shaping of the self**, pág. 165. Berkeley: 1988. Gouldman mostra, para mim com sucesso, a permanência da idéia de vocação no desenvolvimento da obra weberiana.

[20] Weber, M. **Gesammelte politische Schriften**, pág. 513. Tübingen: 1958.

[21] Weber, M. Ibid. pág. 501.

[22] Weber, M. Ibid. pág. 533.

[23] Weber, M. Ibid. pág. 434.

[24] Weber, M. **Wissenschaftslehre**, pág. 589. Tübingen: 1988.

[25] Weber, M. Ibid. pág. 607.

[26] Weber, M. Ibid. pág. 608.

[27] Löwith, K. **Gesammelte Abhandlungen**, pág. 26. Stuttgart: 1960.

[28] Schluchter, W. Ibid. Vol. I. pág. 212.

[29] Schuluchter, W. Ibid, pág. 218.

[30] Schuluchter, W. Ibid, pág. 240.

[31] Weber, M. **Gesammelte Aufsätze zur Religionssoziologie**, pág. 563. Tübinger. 1947.

[32] Weber, M. Ibid, pág. 556, 563.

[33] Weber, M. Ibid, pág. 555.

[34] Weber, M. Ibid, pág. 558.

[35] Weber, M. Ibid, pág. 560.

[36] Weber, M. Ibid, pág. 561.

[37] O texto sobre Knies é muito ilustrativo a esse respeito.

ABSTRACT

The Weberian Therapy for Modernity

This article defends the idea that Weber developed, in his work, a **therapy** for modernity in the sense that he postulated an alternative to the loss of meaning of individual conduct within the "iron prison". Based on the weberian use of "ideal types", the author concentrates his argument around two new figures: the "specialist-with-spirit" and the "man of-pleasure-with-heart", whose mission is the salvation of inauthentic routines. United as to their objective, these two figures diverge with respect to the means employed to attain it, acting, respectively, in the esthetic and the erotic spheres, and are exemplified by the artist and the lover.

RESUME

La thérapie wéberienne de la modernité

Cet article défend l'idée selon laquelle Weber aurait développé une **thérapie** de la modernité, dans le sens de proposer une alternative à la perte de sens de la conduite individuelle dans la "prison de fer". Se basant sur la méthodologie de types ideaux, l'auteur concentre son argumentation autour de deux personnages nouveaux: le"spécialiste-avec-esprit" et "l'home-de-plaisir-avec-coeur", chargés de sauver les routines inauthentiques. Unies par leur objectif, ces deux figures divergent quant aux moyens de l'atteindre. Elles agissent, respectivement, dans les sphères esthétique et érotique, et sont exemplifiées par l'artiste et l'amant.

TEMAS E TENDÊNCIAS DA SOCIOLOGIA RURAL: A EXPERIÊNCIA RECENTE DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA*

Maria Stela Grossi Porto**

RESUMO

Este artigo faz um balanço da produção recente em Sociologia Rural na Universidade de Brasília como base para a apresentação de uma proposta de construção téorica para analisar a questão da tecnologia agropecuária. Neste sentido, destaca a ampliação do próprio conceito de tecnologia para situá-lo enquanto processo de dimensões múltiplas, com implicações econômicas, políticas e ideológicas. O escopo do artigo é, portanto, amplo, abrangendo a ação do Estado na produção e difusão de tecnologia e as reações de proprietários e trabalhadores – e especificamente as trabalhadoras rurais – à introdução de inovações no campo.

A questão tecnológica: uma proposta de construção teórica

Tomando como contexto mais amplo o processo de modernização que vem caracterizando a agricultura brasileira nas últimas décadas, pode-se afirmar que a análise da questão tecnológica – em seus vários desdobramentos – coloca-se como objeto privilegiado de reflexão, junto àqueles pesquisadores do Departamento de Sociologia da UnB que têm no rural seu campo principal de atuação. Este eixo aglutinador, ao mesmo tempo que caracteriza uma unidade dos estudos desenvolvidos – e portanto a consolidação de uma linha de pesquisa – tem permitido, pela forma como se concebe a tecnologia, uma organização abrangente destes estudos. Tem-se procurado tratar a questão tanto no nível conceitual como naquele que diz respeito à própria análise da tecnologia em açao. Preocupações que, na verdade, se constituem em dimensões distintas, mas estreitamente interdependentes, de um mesmo objeto.

* Texto apresentado no seminário "Os caminhos da pesquisa rural no Brasil", promovido pelo Centro Josué de Castro (Recife, 1989) e revisto para esta publicação em novembro de 1990, visando a incorporar os resultados preliminares da pesquisa "Tecnologia Agropecuária e a Organização dos Trabalhadores Rurais", ora em andamento.

** Professora do Departamento de Sociologia da UnB.

No primeiro caso, sem pretender, ainda, resultados conclusivos, a reflexão conceitual sobre tecnologia visa à compreensão das transformações recentes da agricultura brasileira. Neste sentido, o caminho percorrido tem sido o de ampliar o conceito mesmo de tecnologia, deslocando-o do âmbito restrito de produto material, para situá-lo enquanto processo de dimensões múltiplas pois que com implicações tanto econômicas quanto políticas e ideológicas.

Se, por um lado, o caráter material da tecnologia é afirmativo de sua **dimensão econômica** – instrumento material para a solução de problemas concretos – por outro, não deve se colocar como um aspecto restritivo que impeça a apreensão da complexidade do objeto em análise: "A tecnologia não é simples e exclusivamente um subproduto da economia. Não se pode negar que ela seja um processo de solução de problemas econômicos a curto prazo – industriais e comerciais – mas sem perder de vista o conjunto de decisões políticas que a caracterizam" (Figueiredo, 1985). Seu **aspecto político** insere imediatamente a reflexão sobre a questão tecnológica no espaço do poder, campo obviamente do confronto de interesses econômicos imediatos mas também espaço contraditório e aberto da relação de forças, da vontade, que não é vontade no singular mas uma resultante de vontades, no plural, as quais usam os vários níveis do espaço institucional para se manifestarem. No caso específico da agricultura, este espaço privilegiado tem sido prioritariamente (embora não exclusivamente) o espaço do Estado (em suas relações com a sociedade) concretizando, como veremos adiante, nas políticas públicas para o setor agropecuário.

Redefinida e reafirmada como objeto político, a tecnologia desprende-se de um certo enfoque de natureza ideológica – onde a produção tecnológica é assumida como um dado natural e neutro, resultante necessária do progresso – para vincular-se a uma perspectiva que admite que os interesses em jogo são tanto de natureza material – econômica – quanto ideal – ou seja, a dimensão ideológica tambem perpassa a produção tecnológica, como um de seus elementos constitutivos. Em outras palavras, a concepção naturalizada da tecnologia é superada em benefício de um enfoque que incorpora sua natureza histórica de objeto socialmente produzido. Este caráter histórico-social nos remete, então, ao nível do que foi referido anteriormente como a analise da tecnologia em açao.

No âmbito específico de análise da agricultura estas reflexões têm permitido a tecnologia a partir de uma perspectiva que compreende:

– o momento (ou instância) de formulação das políticas agrícola e agrária, visando tanto à compreensão de como as instâncias decisórias inserem a questão tecnológica no processo de elaboração de políticas voltadas para o setor agropecuário, quanto à análise de como os diferentes segmentos de produtores presentes no campo participam (ou não) da formulação destas políticas ou são afetadas por elas;

– as condições efetivas de acesso à tecnologia disponível, e as formas como estas condições se apresentam a cada um dos diferentes agentes envolvidos na agricultura;

– as vinculações que se estabelecem entre possibilidades/disponibilidades tecnológicas e possibilidades/disponibilidades de crédito e financiamento, também em relação aos diferentes segmentos presentes no setor;

– as condições de produção, distribuição (divulgação) e apropriação (consumo) da pesquisa tecnológica;

– as relações que se estabelecem entre o saber dito tradicional dos produtores e as inovações tecnológicas resultantes do processo de modernização da agricultura.

Assim considerada, a questão tecnológica adquire contornos mais abrangentes e ao mesmo tempo mais complexos do que a simples consideração em torno do uso de máquinas e insumos na agricultura.

Estas reflexões de natureza teórica têm orientado estudos empíricos no âmbito da pesquisa rural no Departamento de Sociologia da UnB e partem de um pressuposto que, embora não seja objeto de um desenvolvimento mais detalhado no presente texto, merece ser explicitado: o processo de modernização e industrialização da agricultura, verificado nos últimas décadas, não tem como variável explicativa chave a busca de uma racionalidade para o setor agrícola em si, explicando-se, ao contrário, pela busca de uma racionalidade agrícola que seja adequada à racionalidade do sistema econômico como um todo. Em outras palavras, analisam-se as transformações ocorridas, na agricultura, como um mecanismo de adequação do desenvolvimento do setor às exigências de acumulação de capital no conjunto da economia, e mais particularmente, às exigências de crescimento do setor industrial. Isto significa, portanto, pensar o setor rural a partir de uma perspectiva que contemple a natureza das **relações indústria-agricultura.**

Estado, Sociedade e Tecnologia Agropecuária

Traduzidas em termos de temas e tendências de pesquisa, poder-se-ía afirmar que estas reflexões têm se organizado em torno do eixo básico da análise das relações entre o Estado a Sociedade e a Tecnologia Agropecuária. Por este fio condutor e privilegiando, como já afirmado, a análise da questão tecnológica, é possível apontar pelo menos três vertentes em torno das quais se centra a pesquisa desenvolvida em sociologia rural na UnB e que compreendem a modernização tecnológica da agricultura a partir da análise das múltiplas dimensões do Estado, da direrenciação social e da expressão política desta direnciação.

Em outras palavras, as pesquisas (concluídas e em curso) buscam captar, ao mesmo tempo, como a intervenção do Estado enseja transformações e/ou continuidades nas relações Estado/Sociedade. Ou ainda, em que medida, a partir das modificações havidas, ocorrem desarticulação, reorganização ou surgimento de agentes sociais (segmentos sociais, classes ou fração de classe) que conseguem, ou não, se organizar em função de interesses específicos. O caráter desta organização, que por sua vez afeta a própria ação do Estado, é também objeto de estudos voltados para a análise da resposta sindical às transformações tecnológicas.

O privilegiamento destas vertentes, ao mesmo tempo que estrutura uma unidade temática, apreende a natureza multidimensional e complexa da modernização tecnológica, com estudos ilustrativos da diversidade da realidade rural brasileira.

É sobretudo pela análise das políticas públicas para o setor que se tem buscado atingir a compreensão da ação do Estado. Estudos de caso sobre as políticas de pesquisa, extensão, crédito e financiamento[1] indicam uma continuidade na presença do Estado na agricultura, apontando, no entanto, descontinuidades na natureza da intervenção, ao longo das últimas décadas. A análise teórica que fundamenta e subsidia o desenvolvimento destes estudos constituise a partir da necessidade de compreender: a) **a natureza do Estado brasileiro**, enquanto Estado inserido perifericamente na economia e no movimento de acumulação mundial; b) **o contexto político** no qual se concretiza a modernização da agricultura; e c) **o caráter desigual** que caracteriza o desenvolvimento do capitalismo, assim como as diferentes manifestações deste desenvolvimento no campo.

Mudança de ênfase, por exemplo, é o que se pode perceber nas características da ação do Estado no âmbito da política de pesquisa agrícola e de extensão: suas relações com o setor privado (produtores do mesmo tipo de pesquisa) e com os agentes diretamente envolvidos no processo produtivo. Fundada num padrão químico-mecânico, de cunho mais propriamente adaptativo e vinculado de forma estreita aos interesses das empresas multinacionais, o modelo de pesquisa implantado na década de setenta (sobretudo com a Embrapa), via transferência de pacotes tecnológicos, incorpora, nos anos 80, novas linhas de pesquisa, voltadas para a produção de variedades novas e para o controle biológico de pragas; pesquisas estas não meramente adaptativas e que permitem uma relativa autonomia no desenvolvimento tecnológico, revelando, ao mesmo tempo, uma diminuição na participação do setor estatal na produção da pesquisa agrícola (Sobral, 1989). Estas conclusões abrem um espaço importante de reflexão sobre as relações entre o público e o privado na economia: ... "é preciso que o deslocamento da pesquisa e da extensão para agentes do setor privado não signifique uma saída do Estado. Ainda que o Estado atenda a interesses do setor privado e do "grande privado" isso não significa que se deva reforçar a privatização e a saída do Estado" (Sobral, 1989).

Esta privatizção, ou uma vertente desta tendência que se reflete na própria privatização do setor público verifica-se, por exemplo, na questão relativa à introdução e utilização dos laboratórios de sacarose na agroindústria açucareira, alterando substantivamente o padrão tecnológico deste setor. Estes laboratórios determinam o valor da cana pelo teor de sacorose e não mais pela tonelagem da cana, e embora implantados com recursos públicos e sob a égide do Estado, são instalados diretamente nas usinas, como se constatou, por exemplo, em Pernambuco (Küchemann e Biavati, 1989), em proveito direto dos usineiros que controlam todo o processo. O efeito destes laboratórios e a forma como afetam a construção da identidade social dos pequenos produtores que são atingidos pela transformação do padrão tecnológico, apontam para as possibilidades de um novo tratamento das relações entre atividade material e representação simbólica. Asumindo esta representação simbólica como referida a uma prática social, confrontada a outras práticas e visões de mundo também construídas socialmente, este novo tratamento da questão reivindica para a dimensão da produção do simbólico (o qual se atualiza como construção ideoló-

gica na medida em que expressa visões de mundo formuladas a partir de interesses específicos) o status de produção material (Porto, 1989).

Ainda com relação à política de pesquisa agrícola, há evidências de que o esgotamento do crédito subsidiado não é sinônimo de esgotamento do processo de modernização significando, aintes, uma transformação na forma de encarar a modernização. Se a abundância de crédito, como incentivo ao consumo de máquinas e insumos e a procura de maior produtividade coincidia com a ênfase da pesquisa poupadora de homens, a sua diminuição tem redirecionado o sentido das políticas públicas, sobretudo a partir de uma elevação significativa do preço da terra. No caso da soja e do açúcar estudos realizados no Departamento de Sociologia mostram como "em linhas gerais parece ter navido uma alteração no eixo das políticas estatais: da substituição induzida de homens por máquinas e defensivos, passou-se, aparentemente, via pesquisa à difusão de tecnologias economizadoras de terras e insumos" (Araújo e Turchi, 1989). Esta constatação indica a necessidade de um aprofundamento desta temática no sentido de se verificar se esta relação entre pesquisa estatal e busca de uma otimização dos fatores de produção relativamente mais caros (no caso específico o preço do solo) pode ser generalizada (e em que grau) para outros produtos. Além disto, se estas suposições são confirmadas, torna-se igualmente necessário identificar as transformações que ocorrem em relação aos segmentos sociais direta ou indiretamente beneficiados pelo novo caráter da intervenção estatal.

A evolução da política de crédito, sua relação com as demais políticas para o setor rural, bem como seus efeitos diretos sobre a natureza da modernização incorporam-se também à temática vinculada à análise das políticas públicas. De uma fase em que a ação creditícia do Estado gerou no setor rural uma camada de **"capitalistas sem capital"**[2] (Porto, 1988), protagonistas privilegiados da modernização, a preocupação dos pesquisadores desloca-se, atualmente, para a compreensão das estratégias governamentais alternativas à política de crédito subsidiado, face ao esgotamento das fontes de financiamento. Sobressai, neste contexto, a ascensão e valorização da política de garantia de preços mínimos, concomitante com uma valorização das dimensões políticas do processo de tomada de decisões, em detrimento de decisões de cunho mais especificamente burocrático. Ou seja, modificações no conteúdo das políticas agrícolas não estão desvinculadas das transformações ocorridas no nível decisório – "deslocamentos dos mecanismos decisórios do Executivo para o Legislativo". Igualmente relevante para a compreensão destas mudanças é o surgimento de "novas formas de organização e representação dos interesses empresariais da agropecuária" (Pares, 1989), que tem também merecido atenção especial enquanto tema de pesquisa, tratando sobretudo através dos estudos de diferenciação social.

Antes de passar entretanto a este aspecto é importante ressaltar, ainda, que continua merecendo atenção dos pesquisadores a avaliação de programas e projetos governamentais de colonização e reorganizão fundiária e de desenvolvimento rural integrado, sobretudo no contexto nordestino[3].

Uma decorrência natural do privilegiamento das questões ligadas à análise das relações Estado/Sociedade no processo de modernização tecnológica

da agricultura é a necessidade de se compreender os efeitos deste processo, refletidos, sobretudo, na nova configuração social do campo. Esta nova configuração dá origem a processos de diferenciação social, cujos agentes econômicos e sociais – novos produtores gerados pelas transformações ou antigos produtores recriados no curso da modernização – começam agora a ser melhor conhecidos no concernente ao nível político-ideológico e às novas relações de força que conseguem, ou não, estabelecer para a defesa de seus interesses, no interior dos aparatos do Estado. Interessa aprofundar este conhecimento, ampliando os estudos até agora desenvolvidos. Estes estudos têm se mostrado expressivos da complexidade sócio-política do setor agrícola, por incluir a caracterização dos agentes produtivos por tipo de produtos, categoria de produtores (proprietário ou não), relação com a tecnologia e demais políticas agrícolas e por possibilitar a construção de um quadro analítico da diferenciação social, da percepção desta diferenciação pelos agentes envolvidos e dos níveis de sua organização para fazer face ao processo de transformação tecnológica que vivenciam.

Este quadro analítico, que vai se construindo à medida do avanço da pesquisa, indica que "não desaparecem os agentes produtivos tradicionais – tanto o latifúndio como a pequena produção – e surgem os grandes empresários rurais, os pequenos e médios produtores capitalizados independentes, os pequenos e médios produtores capitalizados integrados ao complexo agroindustrial através de cooperativas ou não. A força de trabalho assalariada cresce, especialmente na força de assalariamento temporário e redefine-se o assalariamento permanente em sua forma pura para trabalhadores mais especializados" (Figueiredo e Teixeira, 1988). A propriedade da terra tem se revelado uma variável se não determinante, condicionante, pelo menos, do acesso à tecnologia e da possibilidade de realizar escolhas tecnológicas, pois face às demais categorias, o proprietário (ou arrendatário capitalista o qual, na prática, organiza a produção como proprietário) tem maior espaço de autonomia. Por esta razão "formula-se a hipótese de que o proprietário por ter autonomia na adoção de tecnologias é capaz de problematizar de modo amplo as dimensões econômicas, sociais e políticas da tecnologia; por outro lado, os não proprietários, especialmente os assalariados, tendem a não ultrapassar os limites de uma problematização trabalhista do uso de tecnologias" (Figueiredo e Teixeira, 1988).

Esta hipótese, embora não possa ainda ser assumida como comprovada para o conjunto do setor agrícola, e ressalvadas as diversidades e peculiaridades do campo brasileiro, tem se revelado um instrumental extremamente útil como orientador das reflexões sobre a realidade pesquisada.

Se por um lado, há a preocupação de abarcar, na análise, as principais transformações na estrutura produtiva e suas conseqüências para os diferentes segmentos participantes da modernização tecnológica, por outro considera-se importante compreender os novos interesses daí decorrentes, bem como suas formas de organização e articulação no nível da estrutura política e da dimensão ideológica.

No tocante à estrutura política, ênfase especial tem sido atribuída à análise **do papel do sindicato como lugar de organização de interesses e como instrumento de pressão sobre a ação** do Estado. Neste sentido,

tem se pesquisado a atuação sindical naquilo em que esta se apresenta como resposta à modernização tecnológica. No caso do movimento sindical, formula-se a hipótese segundo a qual é sobretudo para aquelas categorias compreendidas pelo M. S. T. R.[4] (o complexo Contag) que este se apresenta como lugar privilegiado para a constituição do sujeito político. Quanto às outras categorias (grandes produtores sobretudo) o sindicato é apenas uma das instâncias (nem sempre a privilegiada) de articulação e expressão de seus interesses.

Um desdobramento concreto das análises centradas na resposta sindical às transformações tecnológicas vem se concretizando na forma de uma pesquisa iniciada em julho de 1989 visando a aprofundar o conhecimento acerca das **formas de politização que o movimento sindical dos trabalhadores rurais tem demonstrado no tratamento da questão tecnológica.** Interessa saber qual pólo (ou pólos) do movimento sindical mais politiza a questão e em que medida este pólo consegue, ou não, priorizar a discussão da tecnologia, no âmbito das reivindicações conduzidas pelo M. S. T. R., ao mesmo tempo em que consegue, ou não, traduzir as discussões e conseqüentes reivindicações em propostas concretas de atuação.

A necessidade deste aprofundamento decorreu sobretudo, das conclusões destes estudos voltados para a análise da resposta sindical às transformações tecnológicas da agricultura. Estas conclusões revelavam a tomada de consciência, por parte dos trabalhadores rurais (nas diferentes categorias em que se apresentam no campo brasileiro), quanto às conseqüências decorrentes do abuso e da má utilização da tecnologia agropecuária, apontando ainda para as implicações políticas daí decorrentes, no nível da organização sindical; para a necessidade de implementação de uma legislação estável e eficiente que formalizasse normas relativas ao uso de agrotóxicos, ao lado de um sistema judicial mais ágil que garantisse o cumprimento das normas jurídicas pertencentes à questão (existentes ou a serem criadas).

Em outras palavras, tendo-se percebido que a questão tecnológica estava se constituindo como uma questão política no interior do MSTR, o passo seguinte apontava a importância de se avançar e análise acerca da forma e do sentido desta politização (potencial ou real já que decorrente do alto grau de diferenciação política e social que caracteriza os sindicatos integrantes do complexo CONTAG).

Se a temática em questão vai no sentido de dar continuidade a questionamentos e perspectivas surgidas de estudos já desenvolvidos, a forma de fazê-lo, no entanto, revela-se extremamente inovadora. A opção, nesta pesquisa ora em desenvolvimento, foi a de trabalhar diretamente com a CONTAG, não mais na condição de objeto a ser pesquisado, mas como integrante efetivo do processo de desenvolvimento da pesquisa. Neste sentido, guardadas as especificidades de objetivos e de funções de cada um dos grupos envolvidos – o de produção de conhecimento para nós pesquisadoras, o da ação política para os participantes da CONTAG – o trabalho vem se desenvolvendo de forma conjunta. Como estratégia metodológica, optou-se por considerar os diferentes encontros nacionais e regionais, promovidos pela CONTAG e pelas FETAG's – encontro de política agrícola, de trabalhadores assalariados, de pequenos produtores e de mulheres trabalhadoras – como momentos privilegiados para o

desenvolvimento da pesquisa, tomando o conteúdo mesmo destes encontros como subsídio primeiro para a reflexão, e complementado-o com questionários e entrevistas, realizados durante os referidos encontros.

Duas vertentes básicas orientam o desenvolvimento do trabalho: a primeira considera o M. S. T. R. em seu conjunto; a segunda, centrada na análise das mulheres trabalhadoras rurais, pergunta-se em que medida a especificidade da condição feminina afeta o tratamento dado pelo mulher à questão tecnológica. Além disto, está-se supondo que a especificidade da questão feminina no interior do M. S. T. R. pode estar condicionada, em diferentes níveis, pela especificidade da inserção feminina na atividade agropecuária em geral.

É importante, no entanto, explicitar que são duas vertentes básicas de um mesmo problema. Sob este aspecto algumas observações devem ser ressaltadas. A mulher, enquanto trabalhadora, compartilha com o conjunto dos trabalhadores rurais o caráter excludente e diferenciado das políticas para o setor agrícola. Este caráter diferenciado por um lado, as desigualdades regionais e a própria diferenciação interna desta categoria de trabalhadores, por outro, determinam que tais efeitos sejam percebidos e vivenciados de forma não homogênea pelo trabalhador rural. É a partir deste pano de fundo comum que a problemática da condição feminina no campo brasileiro deve ser abordada, visando a captar como, no conjunto de uma categoria não privilegiada de trabalhadores, as especificidades decorrentes da condição feminina suscitam mecanismos de discriminação que condicionam as formas de inserção da mulher no processo social e produtivo. A partir da compreensão das limitações geradas por uma situação de classe torna-se possível detectar aquelas oriundas da discriminação fundada na categoria de sexo.

Esta etapa atual da pesquisa, ao mesmo tempo em que continua e aprofunda as temáticas já iniciadas, avança na produção da pesquisa acadêmica, sobretudo pelo caráter inovador da estratégia medológica proposta. Embora trate-se de um trabalho em andamento, podendo-se prever, pelo menos, mais um ano de investigação, já é possível antecipar, ainda que preliminarmente, algumas conclusões, decorrentes das análises já realizadas.

Três são os aspectos mais pesquisados até o presente:

No tocante à primeira vertente, dois estudos vêm sendo desenvolvidos. O primeiro analisa comparativamente os acordos e dissídios coletivos dos trabalhadores rurais da área canavieira nordestina, buscando identificar, através da leitura em profundidade da atual legislação sobre agrotóxicos, em que os instrumentos legais contemplam e incorporam as reivindicações deste segmento do M. S. T. R. Os resultados já obtidos, se por um lado identificam avanços e conquistas no nível da legislação – fruto em grande parte do aperfeiçoamento dos mecanismos de organização do movimento sindical – enfatizam, por outro, a decalagem profunda ainda existente entre as conquistas formais decorrentes do processo de negociação e o efetivo cumprimento seja das cláusulas em vigor nos acordos e dissídios, seja da legislação pertinente.

Estas conclusões abrem perspectivas para novas indagações, permitindo, inclusive, a construção da hipótese de que o M. S. T. R. tem privilegiado o momento da negociação com os sindicatos patronais e o próprio governo, em

detrimento do momento posterior, qual seja o de fazer cumprir e transformar em prática concreta as conquistas obtidas durante o processo de negociação.

O segundo estudo visa basicamente a recuperar o processo de formulação da Lei Agrícola, incluindo desde os diferentes momentos e estágios de sua elaboração, os desdobramentos e modificações pelos quais vem passando, até sua futura promulgação. O documento final resultante deste estudo está, ainda, em fase de elaboração mas deverá, certamente, constituir-se em subsídio histórico importante para a compreensão do período a ser coberto pela análise uma vez que pretende identificar e analisar: os diferentes segmentos da sociedade civil comprometidos com a elaboração da Lei Agrícola; suas diferentes formas de organização, atuação e pressão junto ao Congresso Nacional; a relação e seu grau de consolidação ao longo do processo; a formação e/ou dissolução de grupos de interesse constituídos em função da elaboração da lei bem como a articulação destes grupos com os partidos políticos.

Finalmente, vale a pena lembrar que esta análise leva necessariamente em consideração os diferentes projetos de Lei Agrícola apresentados, as emendas e os substitutivos existentes, considerados todos como indicadores significativos do contexto político e econômico subjacente ao momento de formulação da referida lei. Contexto que, no tocante à agricultura brasileira e à política a ela pertinente, tem como eixo central o deslocamento da ênfase inicialmente atribuída pela Nova República à Reforma Agrária e sua substituição posterior (ainda na mesma Nova República) pela formulação de uma Política Agrícola, cujo componente mais visível é a própria Lei Agrícola.

Quanto à segunda vertente, que busca captar a especificidade da condição feminina no tocante à politização da questão tecnológica, os dados até então pesquisados e a análise já desenvolvida apontam o segmento das pequenas proprietárias rurais como aquele que tem demonstrado, pelo menos no curto prazo, um maior potencial de politização da questão tecnológica. Esta conclusão, preliminar como já foi ressaltado, decorre basicamente da análise acerca do tratamento dado pelas diferentes categorias de trabalhadoras rurais a temas como: mulhres e modernização tecnológica; mulheres e política agrícola; vantagens e desvantagens da modernização tecnológica no dia a dia da mulher trabalhadora rural, no seu processo de produção e no contexto do país como um todo; diferenças entre homens e mulheres no tocante à utilização e aos efeitos da introdução de inovações tecnológicas; identificação dos segmentos sociais presentes na agricultura brasileira que mais se beneficiaram ou mais se prejudicam com a modernização tecnológica, etc.

Além disto, esta conclusão é também fundamentada na análise de como as trabalhadoras rurais percebem a organização sindical; a inserção feminina no movimento organizado de trabalhadores rurais e a importância política da sindicalização das mulheres e da busca de maior espaço dentro dos sindicatos. Sob este aspecto é significativo constatar que: a) houve nos últimos anos um crescimento generalizado da sindicalização feminina na área rual; b) mais mulheres ocupam cargos na direção dos sindicatos de trabalhadores rurais; c) as pequenas proprietárias rurais (e isto é válido sobretudo para o sul do país), se comparadas às demais categorias de trabalhadoras rurais, atingem tardiamente a participação sindical, mas quando o fazem, tendem a buscar mais diretamente

a ocupação de cargos na diretoria dos sindicatos locais. E não os cargos tradicionalmente ocupados por mulheres no sindicato, tais como tesoureiras e secretárias: visam (e em maior ou menor número vêm conseguindo) sobretudo à presidência de seus sindicatos. Ou seja, do ponto de vista da organização sindical, esta categoria vem demonstrando uma maior instrumentalização para conduzir de forma eficaz suas reivindicações, aí incluídas aquelas vinculadas à questão tecnológica e ao seu tratamento político.

Estas constatações reiteram os termos da hipótese já levantada em estudos anteriores do grupo de Sociologia Rural da Universidade de Brasília, e mencionada acima no presente texto, no sentido de que a propriedade da terra possibilita a seu detentor, pela própria autonomia que esta lhe confere no processo de adoção de tecnologia, maior potencialidade para problematizar as diferentes dimensões desta tecnologia, ao passo que os não proprietários têm com a tecnologia uma relação subordinada, decorrência do caráter também subordinado que caracteriza sua inserção no processo produtivo.

Entretanto, vale ressaltar, em primeiro lugar, que a propriedade da terra apenas potencializa a politização da questão tecnológica. Concretizar este potencial depende de uma série de fatores, entre os quais ressalta-se a existência de condições para que esta categoria de trabalhadoras chegue a verbalizar a tecnologia como problema e a existência de condições para que possa superar determinadas contradições que ultrapassam a especificidade da condição feminina, dizendo respeito, portanto, ao conjunto do M. S. T. R. Em segundo lugar, que estas constatações não significam que as demais categorias sejam "incapazes" de problematizar as questões tecnológicas, indicando, apenas, que as pequenas proprietárias, pelas suas condições de inserção no processo produtivo, encontram-se **a priori** favorecidas no que diz respeito a transcender as discussões de natureza mais imediata relativas ao uso de tecnologias; discussões vinculadas, por exemplo, aos seus aspectos negativos. Transcender este estágio mais imediato parece ser condição fundamental para que a tecnologia se constitua como objeto político.

Ao lado destas questões mais diretamente vinculadas ao tipo de tratamento que o segmento feminino do M . S. T. R. tem dado à questão tecnológica, outras, vinculadas às instituições e possibilidades percebidas pelas mulheres trabalhadoras rurais face à sua maior integração e participação no M. S. T. R., estão contempladas nesta vertente da pesquisa e são objeto de artigo recente (Siqueira e Porto, 1990). Sob este aspecto, as conclusões apontam para uma tendência, predominante no M. S. T. R., a privilegiar temas, reivindicações e ações mais gerais – traduzidas em palavras de ordem e bandeiras de luta – dificultando a problematização, e conseqüente politização de questões mais concretas do dia a dia dos associados, aí incluídas entre outras, tanto as questões ligadas à tecnologia, quanto aquelas relativas à especificidade da contição feminina.

NOTAS

[1] Cf. Figueiredo, Vilma (coord.) **Estado, Sociedade e Tecnologia Agropecuária.** Brasília Pax Editora, 1989.

[2] Analogia à noção, usada por Vergopoulos (1977), de capitalismo sem capitalistas.

[3] A este respeito ver sobretudo estudos recentes de Yves Chaloult.

[4] Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais.

BIBLIOGRAFIA

ARAÚJO, Caetano E. P. e TURCHI, Lenita M. – "Estado e Modernização Desigual da Agricultura: os casos da soja e da cana-de-açúcar" in Figueiredo, Vilma M. (coord.). **Estado, Sociedade e Tecnologia Agropecuária.** Brasília, Pax Editora, UnB-FINEP, 1989.

CHALOULT, Yves. – "Uma Política de Legitimação do Estado e a Rearticulação da pequena produção: o projeto Nordeste". **Revista Raízes 3(4/5):61-69, 1984.**

_____ – "Uma das Contradições da Nova República: O Projeto Nordeste". **Cadernos de Difusão de Tecnologia** 2(2):271-304, 1985.

_____ "Governo de Transição com Velhas Práticas: O que sobra para o trabalhador rural". **Nordeste Rural** 1(2) 81-117, 1988.

FIGUEIREDO, Vilma M. – "O Campo Histórico Político da Tecnologia e os Trabalhadores Rurais Sindicalizados". Brasília, Série Sociologia nº 51, 1985.

_____. e TEIXEIRA, João Gabriel – "Diferenciação Social e Resposta Sindical às Transformações Tecnológicas na Agricultura". Brasília, Série Sociológica nº 72. Texto apresentado para o XII Encontro Anual da ANPOCS. Águas de São Pedro, 1988.

KÜCHEMANN, Astrid B. e BIAVATI, Eduardo – "A Cooperativa Agrícola Usineira e o Processo de Diferenciação Social entre os seus Associados" in Figueiredo, Vilma M. (coord.). **Estado, Sociedade e Tecnologia Agropecuária.** Opus cit., 1989.

PARES, Ariel C. G. – "Estado e Modernização: A Função do Crédito Agrícola e a Política de Garantia dos Preços Mínimos" in Figueiredo, Vilma M. (coord.). **Estado, Sociedade e Tecnologia Agropecuária,** Opus cit – 1989.

PORTO, Maria Stela G. – "Tiriri: A Produção Ideológica como Produção Material", in Figueiredo, Vilma M. (coord.). **Estado, Sociedade e Tecnologia Agropcuária,** Opus cit, 1989.

_____ – "A Fórmula Trinitária e a Modernização da Agricultura no Brasil". Sociedade e Estado. 3(1/2):6-16), 1988.

SIQUEIRA, Deis Elucy e PORTO, M. Stela Grossi. – "Tecnologia Agropecuária e Organização das Trabalhadoras Rurais". Texto apresentado no XIV Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, 1990.

SOBRAL, Fernanda B. – "Estado e Modernização: A Pesquisa e a Extensão na Agricultura" in Figueiredo, Vilma M. (coord.). **Estado, Sociedade e Tecnologia Agropecuária**, Opus cit, 1989.

VERGOPOULOS, Kostas – "Capitalisme difforme (Le cas de l' agriculture dans le capitalisme)" in **La Question paysanne et le capitalisme.** Paris, Anthropos, 1977.

ABSTRACT

Themes and tendencies of Rural Sociology:
recent experience at the University of Brasilia

An overview of recent research in Rural Sociology at the University of Brasilia provides the basis for presenting a proposal of theoretical construction for the analysis of agricultural technology. The author underlines the importance of widening the very concept of technology, considering it as a process with multiple dinensions, generating economic, political and ideological implications. The far-reaching scope of the article comprehends the role of the State in the production and diffusion of new technologies as well as the landowners' and workers' reactions to the introduction of innovations in agriculture – including the specific case of women as rural workers.

RESUME

Thèmes et tendances de la Sociologie Rurale:
l'expérience récente à l'Université de Brasília

Cet article fait un bilan de la production récente en Sociologie Rurale à l'Université de Brasília comme point de départ pour présenter une suggestion de construction théorique pour l'analyse de la technologie agraire. Dans ce sens, l'auteur souligne l'importance de l'élargissement du concept même de technologie pour le situer comme un processus de dimensions multiples, avec implications économiques, politiques et idéologiques. La portée assez large de cette discussion comprend le role de l'Etat dans la production et diffusion de la technologie et la réaction des propriétaires et des travailleurs ruraux (y comprises, spécifiquement, les femmes) à l'introduction d'innovations dans l'agriculture.

ESTADO-PROVIDÊNCIA E NEO-CORPORATIVISMO: SUGESTÕES PARA UMA HIPÓTESE DE PESQUISA*

Bérengère Marques-Pereira**

RESUMO

Este artigo enfrenta o desafio de definir o Estado-providência procurando tomar como ponto de partida as diferentes mediações nas quais se insere a emergência da proteção social. Uma discussão da tipologia do corporativismo desenvolvida por P. Schmitter e de sua noção de neo-corporativismo permite traçar o caminho para uma abordagem dialética e dinâmica do modelo neo-corporativista usado como hipótese teórica, como forma, inclusive, de evitar o risco de pressupor um modelo de referência único – o europeu.

Este artigo insere-se no quadro das linhas mestras das discussões havidas no colóquio 'Estado e Políticas Públicas: Uma Comparação Histórica entre Europa e América Latina", organizado pela FLACSO na Universidade de Brasília. Duas questões surgidas no debate serão objeto deste estudo: "Como definir Estado-Providência?" e "Quais as condições de sua gênese?". O propósito deste trabalho é o de precisar alguns impasses metodológicos surgidos do tratamento dessas questões e de lançar algumas sugestões a favor de uma hipótese de pesquisa capaz de superar tais obstáculos.

Quais são, então, essas barreiras?

Aparentemente, a noção de Estado-Providência exprime uma idéia simples que, no entanto, assume diversos sentidos segundo diferentes contextos geográficos e sócio-políticos. A polissemia dessa noção torna difícil qualquer tentativa de definição da mesma.

No escopo de uma análise comparativa entre Europa e América Latina, a exemplo da tendência presente no quadro da Europa Ocidental, far-se-ía necessário definir Estado-Providência pela generalização e homogeneização da proteção social, além das circunstâncias nacionais (Lautier, 1989)? Encarar o Estado-Providência através de suas funções de intervenção social não seria, apenas, contornar o obstáculo da definição? Em outras palavras, seria neces-

* Traduzido do francês por Sérgio Grossi Porto.

** Faculdade de Ciências Sociais, Políticas e Econômicas da Université Libre de Bruxelas.

sário responder à questão "Quais são as funções sociais do Estado-Providência?", ao invés de responder à pergunta "O que é Estado-Providência?" A questão da definição de Estado-Providência confunde-se então com a de seu próprio conteúdo, o que inviabiliza, desde logo, qualquer possibilidade de situar a noção de Estado em relação àquela de providência. Esse obstáculo, certamente, reveste-se do risco eurocentrista. Esta tendência de tudo avaliar sobre as bases do parâmetro europeu não se faz presente se a abrangência da cobertura social é tida como critério de referência para definir Estado-Providência? Certamente, pode-se constatar de imediato que a generalização e a homogeneização da proteção social na Europa se opõem ao caráter parcial e à multiplicação de categorias existentes na América Latina. Mas sob o pretexto de constatar tais diferenças, ao introduzir-se a extensão da proteção social como variável de referência, não se estaria reduzindo, de antemão, a singularidade latino-americana (Rivière d'Arc, 1989)?

Ao invés de abordar a análise comparativa da proteção social a partir de um modelo único, com características fixas e gerais, em relação ao qual avaliar-se-iam as diferentes experiências nacionais, não seria mais pertinente, sob o plano epistemológico, partir das diferentes mediações nas quais se insere a emergência da protecão social?

Do meu ponto de vista, é sob esse prisma que o modelo neo-corporativista detém um valor heurístico no tocante à análise comparativa entre Europa e América Latina. De fato, P. Schmitter, precursor desse modelo, propôs uma tipologia que, submetendo à análise as mediações institucionais entre a sociedade civil e o Estado, atém-se a distinguir, segundo os regimes políticos, duas formas de estruturação dos grupos de interesse (quer dizer, duas formas de relação entre os sindicatos, o patronato e o Estado): o "corporativismo societal", caracterizando as sociais democracias européias, e o "corporativismo de Estado", caracterizando os regimes populistas latino-americanos (Schmitter, 1979).

Essa tipologia, que, no entanto, tem o reconhecido mérito de abrir de imediato um campo de pesquisa comparativo entre a social-democracia e o populismo, nunca fora explorada pelos teóricos neo-corporativistas. Esses estudiosos optaram por fazer do "corporativismo societal" seu modelo de referência, alguns chegando mesmo a legitimar o compromisso social-democrata como ideal do Estado-Providência.

Meu propósito será o de utilizar a tipologia de Schmitter, a título de modelo hipotético, para abordar a proteção social enquanto mediação institucional entre a sociedade civil e o Estado. Mostrarei, então, em que medida essa tipologia tem um valor heurístico para a análise comparativa, desde que sejam superados os mal-entendidos relativos ao uso do termo "corporativismo".

É sob essa perspectiva que proponho a hipótese de pesquisa que se segue: a estruturação dos grupos de interesse sócio-econômicos, enquanto atores autônomos com relação ao Estado e enquanto atores integrados às estruturas de decisão em matéria social, pode ser considerada como um elemento essencial da gênese do Estado-Providência (Marques-Pereira, 1989). Chamo atenção

para o fato de que essa hipótese evita os obstáculos metodológicos aparentemente presentes em duas outras hipóteses formuladas no colóquio de Brasília.

A primeira considera o nascimento do Estado-Providência como o resultado do crescimento das lutas operárias, lutas estas estabilizadas por compromissos políticos que modificam o conteúdo e as formas ulteriores das reivindicações sindicais (Serrano & Arriela, 1989). A segunda hipótese percebe, ao contrário, a emergência do Estado-Providência como o cume de políticas voluntaristas e antecipadoras do Estado, cujas medidas dizem respeito ao desenvolvimento das problemáticas do risco social, à transformação do capitalista em empresário e à integração vitalícia dos trabalhadores ao assalariamento (Lautier, 1989).

Enquanto a hipótese de F. Serrano corre o risco de reduzir o Estado à simples condição de expressão de uma relação de forças entre classes e frações de classes, a hipótese proposta por Lautier corre o risco de considerar o Estado como instância racionalizante da sociedade civil. Por outro lado, a hipótese que apresento concebe o Estado como uma força social dotada de uma lógica própria de ação, sem, contudo, exteriorizá-la com relação ao corpo social.

Valor Heurístico da Tipologia Neo-Corporatista

Schmitter pretende superar o individualismo metodológico, característico do modelo pluralista[1], desenvolvendo uma abordagem organizacional dos grupos de interesse sócio-econômicos em sua relação com o Estado. Na realidade, esse autor concebe o neo-corporativismo como um sistema particular de representação de interesses "no contexto do qual os atores (sindicatos e patronato) encontram-se em número limitado, obrigatórios, hierarquizados, protegidos de qualquer concorrência, reconhecidos e admitidos pelo Estado. Beneficiam-se, junto ao Estado, de um monopólio de representação na medida em que, em troca, conseguem garantir um controle relativo na escolha de seus dirigentes, no tipo de reivindicações expressas pela base e pelo apoio de que são objeto" (Scmitter, 1979).

Em sintonia com Nedelmann e Meier, ressalto a imprecisão das características que Schmitter atribui ao modo de representação dos interesses: a posição monopolítica dentro de um setor econômico designa, sem dúvida, a ausência de competição em matéria de representação setorial; o caráter hierárquico remete à ausência de uma relação entreita entre os membros, ou subunidades de um grupo de interesse e o Estado face ao papel de negociação; o caráter obrigatório de pertencimento dos membros não é definido, senão pelas conseqüências negativas que recaem sobre aqueles que não aderem aos grupos (Nedelmann & Meier, 1979).

Na realidade, Schmitter precisa sua definição de neo-corporativismo ao colocar em foco as diferentes formas que podem assumir as relações entre o Estado e os grupos de interesse: ele opõe os corporativismos "societal" e "de Estado" (Schmitter, 1979)[2]. No primeiro caso, a instância determinante da estruturação dos grupos de interesse é a sociedade civil, enquanto que no segundo esta instância é o Estado.

Essa distinção é interessante, desde que se supere os mal-entendidos que o termo "corporativismo" possa criar. De fato, não seria surpreendente considerar países como os da Escandinávia e os da América Latina como variantes do neo-corporativismo? Não seria perturbador reunir países onde as relações entre o Estado e os grupos de interesse estão marcadas pelo compromisso social-democrata e países onde essas relações trazem as marcas do populismo? O termo "corporativismo" poderia sugerir uma semelhança entre as instituições estabelecidas pelas democracias sociais e aquelas estabelecidas pelos regimes populistas.

O corporativismo dos regimes populistas atribui ao Estado um papel de harmonia social e política e apresenta-se como uma alternativa ao individualismo liberal e ao princípio de luta de classes (Malloy, 1977) ao propor uma estreita relação entre o capital e o trabalho. Também o "corporativismo de Estado" fundamenta-se, antes de mais nada, no princípio de diferenciação funcional: os grupos de interesse sócio-econômicos são organizados verticalmente, segundo uma especificidade funcional, e não de modo horizontal, segundo a estratificação de classes (Malloy, 1977). Por outro lado, nas democracias sociais os grupos de interesse não têm sua razão de ser na realização de uma função: são os instrumentos de que se servem os fatores sócio-econômicos para defender seus próprios interesses. Longe de serem considerados como interdependentes, esses interesses são tidos como conflitantes (Bergounioux & Monin, 1989). Além disso, uma das características maiores das democracias sociais é a de reconhecimento das lutas de classes através da institucionalização dos conflitos entre o capital e o trabalho, por meio de negociaçao e acordo entre atores independentes do Estado e criados sobre uma base voluntária (Lehnbruch, Jessop & Panitch, 1979). Aliás, se a cooperação entre os grupos de interesse visa à preservação da paz social, essa não inclui o instrumento central do conflito, a greve. Por outro lado, no "corporativismo de Estado", os sindicatos, longe de serem associações realmente autônomas, são instituições de ordem pública, forçadas a estabelecer relações com o Estado que, autoritariamente, controla a escolha de seus líderes, a gestão de seus recursos materiais e a articulação de suas demandas (O' Donnell, 1977; Collier & Collier, 1977). Dessa forma, a cooperação entre os grupos de interesse implica uma subordinação dos sindicatos ao Estado e, em particular, uma severa codificação, e mesmo uma supressão do direito de greve[3]. Conceber, a partir daí, as relações entre os grupos e o Estado Social-Democrata como a versão societal do corporativismo parece-me historicamente equivocado[4].

Certamente, não cabe enveredar pela disputa terminológica a respeito da palavera "corporativismo" aplicado aos regimes social-democratas. No entanto, seria pertinente observar que a justificativa apresentada por Schmitter, no intuito de demonstrar a exatidão de seu modelo, ou seja, que estruturação dos grupos de interesse é o resultado de processos radicalmente diferentes, um procedente dos compromissos e lutas no âmago da sociedade civil, no caso do "corporativismo societal", e o outro, oriundo das instâncias que detém o monopólio da violência legítima, no tocante ao "corporativismo de estado", essa justificativa poderia sugerir que o populismo se pareça a uma robusta social-democracia.

Tal sugestão parece-me inaceitável, já que não permite apreender o sentido que abarcam a integração e a mobilização dos trabalhadores nos regimes social-democratas e populistas.

A social-democracia é historicamente o agente propulsor da autonomia organizacional da classe operária: a mobilização dos trabalhadores é o testemunho do seu processo de organização em forças sociais e políticas independentes do patronato em lutas que, ao desembocar em negociações e compromissos, integra-os à vida econômica, social e política (Marques-Pereira, 1990). O populismo impulsiona um processo de estatização do movimento operário: a mobilização traduz-se por uma dinâmica de organização dos trabalhadores em massa de manobra para o Estado (Rouquié, 1987), mas também por uma politização da classe trabalhadora, que se constrói em uma relação entre esse último e os sindicatos, segundo o modo de participação (Ianni, 1968)[5].

Essas poucas reflexões parecem subtrair toda a pertinência da tipologia proposta por Schmitter, que o risco é o de retirar toda a precisão do conteúdo do termo "corporativismo" incluindo em um mesmo modelo regimes onde a estruturação dos grupos de interesse repousa sobre mecanismos em muitos aspectos opostos. Mas acima dessas diferenças fundamentais, a questão da tipologia neo-corporativista é a de construir uma matriz conceitual que forneça denominadores comuns para uma comparação entre Europa e América Latina.

Sob esse ponto de vista, três elementos são propostos pela tipologia em questão: a intermediação dos interesses, a delegação de poder e a estrutura econômica.

A intermediação dos interesses remete a dois dípticos: por um lado, a representação-reivindicação, por outro, a seleção das elites – controle sobre a articulação dos interesses. Em outras palavras, a intermediação dos interesses deve-se à capacidade de uma organização em representar os interesses de seus membros e em disciplinà-los enquanto parte interessada de um processo de negociação com outros grupos e o Estado, processo susceptível de direcionar as reivindicações (Cawson, 1985). A intermediação dos interesses pressupõe também um controle do Estado no que diz respeito à escolha dos líderes dos grupos, de sorte que respeitem as regras do jogo político-institucional através das quais são levados a negociar e no que diz respeito à articulação e à agregação dos interesses (ou seja, a tradução das aspirações sociais em reivindicações e suas projeções no conjunto da vida política). A delegação de poder remete, por um lado, à integração dos grupos de interesse às estruturas e aos processos de decisão, e, por outro, as suas participações na execução das políticas do Estado.

Nessa perspectiva, o estado não se vê reduzido à organização de compromissos, mas aparece como uma força que afasta certos grupos e que estrutura outros, posicionando-os de maneira estratégica relativamente aos centros de poder. O Estado procede a uma seleção das reivindicações que pretende analisar e, dessa forma, oferece aos grupos capacidades de diferentes respostas às reivindicações trazidas pelos mesmos. Nesse sentido, o Estado organiza as relações entre grupos.

A configuração dos acordos institucionais entre o Estado e os grupos ba-

seia-se na estrutura econômica da sociedade. Para Schmitter, a intermediação dos interesses e a delegação de poder estão ligadas às necessidades de acumulação do capital. As vertentes corporativistas (societal e de Estado) corresponderiam à relativa funcionalidade com relação aos diferente estágios de desenvolvimento do capitalismo (avançado e dependente) que afetam as linhas seguidas pelos interesses de classes e seus conflitos[6].

Essas são as categorias de análise que surgem da tipologia neo-corporativista. Na medida em que todo modelo de análise comparativa deve apresentar um caráter dinâmico para ser operacional (Dogan & Pelassy, 1982), eis o ângulo através do qual darei continuidade à avaliação crítica dessa tipologia.

As categorias de análise utilizadas por Schmitter para estabelecer o modelo neo-corporativista estão ligadas ao conceito de desenvolvimento social e político: o desenvolvimento social é definido como um processo de especialização crescente dos papéis e de integração em organizações cada vez mais diversificadas e complexas, enquanto que o desenvolvimento político é visto como um processo de centralização política (através das instituições especializadas) e de crescente distribuição da participação política (através das associações especializadas) (Schmitter, 1971).

Certamente trata-se de uma abordagem dinâmica. Entretanto, não é menos verdade que Schmitter coloca ênfase na precaria estabilidade dos equilíbrios e na ordenação das lógicas sociais dominantes, requeridas por essa estabilidade. Considero que sua abordagem da dinâmica histórica corre o risco de subestimar as rupturas qualitativas que reduzem, ou desmontam tais lógicas. Esse obstáculo deve-se ao fato de que a ruptura com o paradigma pluralista permanece parcial.

De fato, o processo de decisão política, em matéria econômica e social, está ligado à ação de uma minoria de indivíduos, as elites, e a seus comportamentos de conciliação. O modelo neo-corporativista corre o risco de cair em uma valorização implícita do elitismo, conferindo às massas as "virtudes" de respeito, de deferência, de submissão e mesmo de passividade aos olhos de seus dirigentes, e às elites, as "virtudes" de tolerância, do senso do compromisso, da moderação consensual, do pragmatismo.

Certamente, o individualismo metodológico característico do modelo pluralista é descartado pela hipótese segundo a qual as variantes do neo-corporativismo estariam ligadas aos imperativos de acumulação do capital e seriam um meio de subordinação do trabalho ao capital. Mas o economicismo que caracteriza essa hipótese corre o risco, no meu entender, de conceber as classes populares como massas de manobra. Schmitter dá a impressão de participar dessa tendência do marxismo que hesita em enfatizar a importância dos processos de politização na aquisição da auto-organização dos trabalhadores.

Schmitter parece assim superestimar o consenso em detrimento dos conflitos, mesmo se afirma que o neo-corporativismo é fundamentamente instável, devido as lutas de classe. Ou seja, se esse autor não ignora que a procura do consenso pressupõe a existência das lutas, entretanto não coloca em destaque as dinâmicas que orientam essa busca. A razão desta ótica, largamente estática, está primordialmente na conceituação da regulação política. Esta é

mais vista a partir dos resultados da dinâmica histórica no âmago do capitalismo (podendo produzir o corporativismo "societal" ou o "de Estado") do que sobre seus processos sempre abertos, já que a dinâmica das relações de força entre o capital e o trabalho nunca está fechada. Schmitter não coloca, pois, a regulação política em perspectiva com a fundação permanente da sociedade capitalista, já que se preocupa mais com a questão de saber como o Estado e o capital se reproduzem e sobrevivem do que com aquela relativa a como o capital luta para manter e fortificar sua hegemonia face às reivindicações do trabalho. Uma primazia implícita é então atribuída ao equilíbrio em detrimento do movimento

Eis quem luta em favor de uma abordagem dinâmica e dialética do modelo neo-corporativista. É nesta perspectiva que farei algumas sugestões para uma hipótese de pesquisa que diz respeito à gênese do Estado-Providência.

O Interesse de uma Abordagem Dinâmica e Dialética

O interesse de uma abordagem dinâmica e dialética do modelo neo-corporativista reside no fato da compreensão dos processos históricos que se encarregam da emergência do Estado-Providência.

Revela-se indispensável situar historicamente a noção de Estado com relação àquela de providência, a menos que se identifique o Estado-Providência com a providência do Estado, garantidor de bem-estar social.

O termo providência remete à noção de divino, de proteção, de socorros: a providência de Deus é materializada na Terra pelo dever da caridade e de assistência àqueles que estão necessitados, pelo dever de proteção e socorro aos indigentes. Falar de Estado-Providência, sem proceder, previamente, à análise histórica de suas representações, poderia trazer o obstáculo de uma transferência implícita da providência de Deus para a providência do Estado, traduzindo a idéia de um Estado que garante o bem-estar de todos, intervindo no contexto social, com o risco de restringir as liberdades individuais quando ameaçam a paz social. Existe, nessa transferência de sentido, uma amnésia dos processos de construção social do Estado-Providência. Essa amnésia legitima o uso instituído de uma noção que faz crer que a proteção social é o resultado de uma providência da parte do Estado[7], enquanto que, na verdade, essa proteção social poderia perfeitamente ser uma providência para o Estado. Na Europa, a noção de Estado-Providência inscreve-se, por um lado, no recuo do individualismo liberal fazendo par com as doutrinas clássicas do Estado-Guardião não-intervencionista e, por outro lado, no processo de secularização do Estado e da sociedade civil, do qual resulta uma perda parcial do poder da Igreja em relação a suas funções sociais de assistência. Dessa forma, a análise das representações, que a noção de Estado-Providência veicula, deveria dar conta das mediações institucionais nas quais três clivagens se interpenetram: a clivagem de classe entre o capital e o trabalho, a clivagem política entre o liberalismo e o socialismo e a clivagem filosófica entre católicos e não católicos.

Tal análise necessita evidentemente de comparações intra-européias,

mas também de comparações intra-latino-americanas que permitam revelar as categorias de análise susceptíveis de evitar o eurocentrismo. A questão seria de decifrar de que forma essas representações são o resultado de uma dinâmica histórica edificada nas relações sociais, múltiplas e diferenciadas, que os indivíduos, os grupos sociais e as classes mantêm com a política instituída. Na medida em que a análise comparativa não versa sobre fatos empíricos, mas sobre fatos construídos, a política instituída seria captada a partir da diferença de natureza entre a constituição do Estado moderno na América Latina e a constituição do Estado-Providência na Europa.

Em outras palavras, tratar-se-ia de levar em consideração, por um lado, a constituição de um Estado moderno no qual a especificidade basear-se-ia na ausência de ruptura entre as ordens privada e pública, de tal sorte que as relações de dependência pessoal configuram formas alternativas ao Estado-Providência. Isso evitaria que o Estado interviesse diretamente na reprodução dos trabalhadores (Marques-Pereira, 1989)[8]. Por outro lado, a constituição de um Estado-Providência no qual a especificidade se basearia em tornar pública a ordem privada e em privatizar a ordem pública, o que resultaria de uma dinâmica onde o Estado coordena e limita os interesses privados, as demandas endereçadas ao Estado, permitindo aos interesses privados a possibilidade de modificar os interesses públicos (Rangeon, 1986)[9].

Tomar essa abordagem, como ponto de partida da análise comparativa, coloca as mediações institucionais no centro do estudo da proteção social. Isso vale dizer que os fatores que reproduzem, organizam ou rompem com uma estruturação vertical da sociedade, alimentando relações de dependência pessoal, seriam tidos como decisivos para a compreensão da regulação estatal nas escolhas de solidariedade. Sobre essas repousa o seguro contra o perigo social (solidariedade de caráter universal, baseada na cidadania; solidariedade de caráter categórico, baseada no estatuto social; solidariedade de caráter horizontal, entre ativos e não ativos; e interprofissional, solidariedade de caráter vertical entre trabalhadores de um mesmo setor de atividade). Contudo, tais fatores também deveriam ser tidos como elementos essenciais para a compreensão das formas alternativas à segurança, elementos que se relacionam às políticas de assistência (fundamentadas não na solidariedade, mas na prova ou na constatação de um estado de necessidade).

É nessa perspectiva que considero a estruturação dos grupos de interesse, enquanto atores criados sobre uma base voluntária e atores autônomos com relação ao Estado, integrados às estruturas de decisão em matéria social, como um elemento fundamental à implantação do Estado-Providência. Com efeito, as reformas que materializam o bem-estar social são correlatas ao desenvolver de um movimento operário autônomo através das lutas que surgem das práticas de resistência dos trabalhadores à exploração de classe, inerente ao assalariamento, por um lado, e, por outro, através das instituições nas quais os trabalhadores se organizam de maneira independente do patronato e do Estado, com vistas a definir objetivos comuns que lhes são próprios e a coordenar ações solidárias. Mas as reformas que materializam o bem-estar social são, também, a manifestação de políticas voluntaristas do estado: a integração dos

grupos de interesse pressupõe uma intervenção ativa do Estado na articulação e agregação dos interesses; a constituição e organização dos grupos de interesse são, em parte, o resultado de políticas estatais que definem, incentivam, regulamentam, limitam, autorizam e proíbem a atividade desses grupos.

Essa hipótese de pesquisa, que proponho aqui, percebe simultaneamente as políticas voluntaristas do Estado e o desenvolver de um movimento operário autônomo como fatores da gênese do Estado-Providência, evitando, ao mesmo tempo, os obstáculos relativos a uma visão hegeliana ou, ao contrário, relativos a uma abordagem neo-marxista do Estado.

Se se consideram as políticas voluntaristas e antecipadoras do Estado como um elemento essencial à emergência do Estado-Providência (Lautier, 1989), corre-se o risco de recair em uma visão hegeliana onde o Estado aparece como instância racionalizante da sociedade civil, o que pressupõe que o Estado seja unitário e completamente informado. A hipótese de pesquisa proposta por Lautier tem, no entanto, a vantagem de levar em conta os resultados de estudos recentes que deram destaque à importância de certas mediações na gênese do Estado-Providência (Ewald, 1986)[10] e que proíbem, doravante, a redução dessa ao simples crescimento das lutas operárias. Nessa perspectiva, a ação do Estado não pode estar ligada a seu único papel de organizadora de compromisso entre classes, compromissos esses que traduzem as concessões que o Estado impôs ao capital em prol do trabalho para, a longo prazo, assentar a dominação política da burguesia (Poulantzas, 1968; Miliband, 1969). Essa visão neo-marxista está presente na hipótese de pesquisa proposta por Serrano. Evidentemente, tem o mérito de apreender o Estado, não como o empregado servil da classe dominante, mas, sim, como seu amigo autônomo. Entretanto, a instrumentalização do Estado com relação à sociedade civil continua, implicitamente, como uma tese operacional, já que em última análise o Estado é o agente de uma subordinação política do trabalho ao capital.

Quando critiquei as categorias de análise postas em prática pelo modelo neo-corporativista, também destaquei esse mesmo impasse metodológico: Schmitter encara a institucionalização dos conflitos entre o capital e o trabalho como uma simples neutralização das lutas de classe. Tal interpretação subestima o fato de que uma ruptura qualitativa nas relações de força entre o capital e o trabalho possa transformar um compromisso anterior em produtor de novos conflitos. Da mesma forma, a hipótese de pesquisa que propus implica por em perspectiva a neutralização das lutas com sua persistência: as negociações entre o capital e o trabalho inserem-se, freqüentemente, em uma quadro potencialmente conflitual e, desde então, o compromisso não pode mais ser reduzido ao consenso, ainda que traduza uma procura da paz social.

Por outro lado, minha hipótese evita uma visão hegeliana, encarando a ação própria do Estado, sem contudo exteriorizá-la com relação à sociedade civil. Essa perspectiva remete ao fato de que o Estado organiza, internamente, o confronto dos interesses, da mesma forma que institui o acordo entre os grupos. Na análise dessa ação, cabe revelar as contradições e a heterogeneidade nos projetos do Estado e em sua capacidade de realizá-los. Isso quer dizer, examinar, por um lado, os programas dos governos e das administrações confrontando-os com as posições e as reivindicações sindicais e patronais, e, por

outro lado, as medidas tomadas pelos governos e administrações confrontados com as reações patronais e sindicais (naquilo que essas reações possam implicar como resistência, ou então, como reticência, ou ainda, como reformulação de posições e reivindicações).

Essas seriam as linhas mestras de uma abordagem dialética e dinâmica do modelo neo-corporativista, modelo utilizado a título de hipótese, para decifrar a gênese do Estado-providência, em termos de mediações institucionais e no contexto de uma comparação entre Europa e América Latina. Essa abordagem parece-me, no plano epistemológico, mais pertinente do que os estudos que abordassem a análise comparativa a partir da simples constatação de que a proteção social é caracterizada, por um lado, por sua generalização e homogeneização, enquanto que, por outro lado, está marcada por seu caráter restrito e categórico: partir de tal constatação, considerando-a como o sinal de um funcionamento radicalmente diferente do estado na Europa e na América Latina, corre seriamente o risco de pressupor, implicitamente, um modelo de referência único (o Estado-Providência europeu) com relação ao qual se avaliariam as diferentes experiências nacionais[11].

NOTAS

[1] De origem liberal, o paradigma pluralista é, antes de mais nada, marca de individualismo metodológico. De fato, esse paradigma atribui, aos grupos de interesse, uma simples função de agregação das preferências individuais, considera o processo político como resultante das pressões que esses grupos exercem sobre o Estado, com vistas a obter a satisfação de seus interesses, e toma o equilíbrio social como a finalização, quase natural, de sua interação competitiva. então, o processo político deveria, supostamente, desenvolver-se fora de qualquer intervenção estatal. As únicas rédeas que o Estado imporia aos grupos residiriam em uma filtragem e hierarquização de suas demandas, submetidas aos mecanismos do parlamentarismo. O Estado seria, assim, um mero executor dos compromissos que os diferentes grupos forjam entre si. A abordagem pluralista repousa, dessa forma, sobre o postulado de uma radical separação entre a sociedade civil e o Estado.

[2] Tabela de características que Schmitter atribui ao neo-corporativsmo (Schmitter, 1979: 20-21):

CARACTERÍSTICAS	CORPORATIVISMO SOCIETAL	CORPORATIVISMO DE ESTADO
Grupos de interesse em número limitado	Originado de um processo de compromisso entre os grupos	Originado de restrições impostas pelo Estado
Singulares	Resultado de uma cooptação espontânea entre grupos voluntários e autônomos, ou de uma eliminação competitiva	O Estado impõe a eliminação da pluralidade dos grupos, criação do próprio Estado, que, também, lhes define o âmbito de representação
Obrigatórias	De fato, decorrentes das pressõe sociais ou incitantes materiais	De direito, decorrentes dos códigos do trabalho ou por decretos estatais
Não competitivas	Resultado de tendências oligárquicas ou de compromissos voluntários entre os grupos	Pela mediação do Estado: arbitragem ou repressão
Hierarquizadas	Resultado de uma extensão burocrática ou de uma consolidação dos grupos	Centralização decretada pelo Estado
Especificidade funcional	Oriunda de compromissos voluntários entre os grupos	Enquadramento das categorias profissionais impostas pelo Estado
Reconhecimento pelo Estado	Liberdade de coalizão, imposta pela base ao Estado	Reconhecimento dos grupos, imposto de cima para baixo, como condição de formação e de ação dos mesmos
Monopólio da representação	Conquistado de maneira independente	Concedido pelo Estado
Controle sobre a escolha dos líderes e sobre a articulação dosinteresses	Oriundo de um consenso entre os grupos a respeito de como negociar	Imposto pela instância que detém o monopólio da violência legítima

[3] Quero frisar minha divergência com autores como Panitch para quem o "corporativismo societal", da social-democracia, leva a um reforço da dominação de classe. Ela acredita, implicitamente, ao modelo produtivista do consumo de massa, uma concepção da classe

operária submissa. Tal concepção só pode impor a divisão dos ganhos da produtividade, à burguesia, através de um tripartismo (as relações triangulares entre sindicato, patronato e estado) reduzido a uma simples subordinação do movimento operário por um sistema de delegação de poder nas estruturas e nos processos de decisão. Certamente, a natureza conraditória do compromisso social-democrata (o lucro e a justiça distributiva) encontra sua legitimação na concepção de uma classe operária passiva, classe esta que se manifesta por uma extrema desconfiança face a suas iniciativas de luta (Alaluf, 1986; Liebman, 1986). Mas essa é uma tentativa, ainda não inteiramente vitoriosa, de meutralizar os conflitos sob o signo do "interesse geral" (Marques-Pereira, 1990).

[4] O termo "corporativismo" não pode ser dissociado de suas origens históricas. As doutrinas corporativistas do século XIX conotavam uma preferência normativa pela harmonia das classes e por uma sociedade estável, garantida por uma forma de representação baseada, não na universalidade dos direitos políticos individuais, mas na função sócio-econômica que os grupos ocupavam na divisão do trabalho. O corporativismo designava, então, associações que reuniam patrões e trabalhadores e que tinham por missão a manutenção da hierarquia funcional e elitista de uma sociedade considerada orgânica, onde cada um permanecia em seu lugar. Essa primeira onda de corporativismo estava carregada de paternalismo e enraizava-se, de maneira muito forte, nas diversas formas de recusa à Revolução Francesa, entre as quais, a recusa católica de secularização da caridade e a nostalgia do Antigo Regime (Ancien Régime), tido como um período de harmonia social. A segunda onda de corporativismo está ligada ao facismo. A prática corporativista do fascismo organizava a população ativa em corporações profissionais, setoriais e segundo ramos de atividade (solidariedade vertical). Promovidas ao status de instituições públicas e de organismos essenciais da representação, eram cúmplices na destruição das liberdades públicas e do Estado de Direito e na supressão das organizações políticas e sindicais autônomas da classe trabalhadora. Politicamente, o corporativismo apresentava-se como uma alternativa ao individualismo liberal e ao coletivismo socialista, propondo uma colaboração entre o capital e o trabalho, cujo objetivo era escapar, ao mesmo tempo, à concorrência capitalista e à luta de classes. O corporativismo era uma resposta do fascismo às fobias das classes médias independentes: seu anticapitalismo e anti-socialismo articulavam-se em um apelo ao Estado-Forte, supostamente capaz de colocá-las ao abrigo de seu inimigo, a classe trabalhadora, e de seu rival, a burguesia.

[5] Touraine rejeita qualquer abordagem do populismo em termos de representação de interesses de classe e, dessa forma, assinala suas diferenças com relação a autores como Ianni, para quem o populismo é um instrumento ao serviço de uma oligarquia exportadora que amplia sua base de apoio, ao mesmo tempo em que controla a pressão popular (Touraine, 1989). Contrariamente ao que defende Touraine, o problema metodológico, no meu entender, não está tanto no fato de conduzir análises em termos de estratégias de classe, mas no de adotar uma visão não reducionista. Sob esse prima, a trilha seguida por Laclau parece-me bastante interessante: ele distingue o problema geral da determinação de classe das superestruturas e a forma de existência de classes ao nível superestrutural. Essa distinção o conduz à afirmação de que o caráter de classe de uma ideologia não é dado por seu conteúdo, mas por sua forma, a qual se refere à articulação de elementos não-classistas (tal como o tema nacional-popular) e a práticas ideológicas e políticas de classe que, ou neutralizam os antagonismos em simples diferença (populismo das classes dominantes), ou conferem a esses antagonismos uma importância excessiva (populismo das classes dominadas) (Laclau, 1982).

[6] Relacionar mecanicamente o corporativismo de Estado e/ou populismo com um estágio de desenvolvimento do capitalismo parece-me uma tese reducionista que não permite que se levem em conta os fenômenos populistas que, igualmente, surgem na Europa Ocidental: o pujadismo na França dos anos cinqüenta e a experiência fascista na Itália. A exemplo de Laclau, esses fenômenos históricos incitam à rejeição das teses funcionalistas que ligam, de

maneira direta, o populismo na América Latina à industrialização por substituição de importações (Weffort, 1973; Ianni, 1975) ou a transição de uma sociedade tradicional para uma sociedade industrial (Germani, 1965).

[7] A título de ilustração, o caso belga indica que a proteção social não engloba, de forma alguma, qualquer providência da parte do Estado. Essa é a conclusão que se pode retirar da gênese da seguridade social na Bélgica (CRISP, 1984). Dessa forma, no início do século, o Estado belga mostrou-se reticente à implantação de medidas do tipo voluntarista, similares às tomadas por Bismark, e preferiu o princípio de liberdade de filiação, ainda que sujeito a que essa liberdade fosse subsidiada. Por outro lado, a tendência que se esboçava, às vésperas da Primeira Grande Guerra Mundial, em direção a um sistema de seguridade obrigatória, fundamentado em uma tripla cotização (trabalhadores assalariados, empregadores e Estado), não vingou, nem mesmo no período do entre Guerras. Em 1944, as intervenções financeiras do Estado na seguridade social foram, sem dúvida, admitidas como normais, mas a título subsidiário. A seguridade social fora essencialmente alimentada pelas cotizações dos trabalhadores assalariados e dos empregadores. Esse tipo de financiamento legitimaria uma gestão paritária dos organismos da seguridade social pelos representantes dos empregados e dos empregadores, gestão paritária que, na prática, é mais um poder de voz ou de veto do que de um poder de decisão. Na realidade, essa gestão paritária engloba uma gestão estatal do risco social que, em certos casos, permite ao Estado financiar os déficits públicos utilizando o bônus de certos setores da seguridade social. Nesse sentido, a seguridade social aparece como uma providência para o Estado.

[8] Essa hipótese insere-se na recusa às teses dualistas: "O que foi designado, com o dualismo, de setor informal (...) não passa, na realidade, de um conjunto de práticas sociais e de comportamentos econômicos que asseguram a socialização do trabalho sem que o Estado seja chamado a intervir de maneira direta como nos países desenvolvidos, quer dizer, pelo encargo da responsabilidade da produção de bens e de serviços coletivos necessários à reprodução do trabalho social. Não se pode, desde então, assimilar a especificidade da constituição do Estado Moderno no Brasil ao fato de que o setor informal assumisse o encargo da proteção social (...). Essa especificidade deve-se, antes de mais nada, à ausência de ruptura institucional entre a ordem privada e a sociedade política (Marques-Pereira, J., 1989:45).

[9] Essa hipótese insere-se no contexto de estudo do interesse geral como princípio de legitimação do Estado-Providência: "O Estado já não é mais o detentor de um interesse geral longínquo, inacessível e místico. Já não impõe sua autoridade arbitrariamente, do alto de sua toda poderosa majestade. Mais perto dos cidadãos, mais humano, preocupa-se concretamente com o bem-estar destes. Está encarregado de realizar, na prática, o interesse geral (...). Esse interesse geral, humanístico, advém de um duplo processo dinâmico de publicização da esfera privada e da privatização da esfera pública. O Estado intervém para ajudar, manter e coordenar os interesses privados enfraquecidos. Ele introduz a lógica do interesse público no corpo dos interesses privados. Inversamente, os interesses privados solicitam a ajuda estatal ao mesmo tempo em que reivindicam sua especificidade. O Estado, administrando esses interesses, é influenciado pelos mesmos" (Rangeon, 1986:191).

[10] Ewald capta a emergência do Estado-Providência dando destaque ao processo que consiste em passar de uma filosofia da responsabilidade individual, onde o erro dá lugar à reparação, para uma filosofia da segurança, onde o risco social dá lugar a uma proteção fundamentada no princípio da solidariedade (Ewald, 1986).

[11] Se uma tal ótica evita o eurocentrismo na análise comparativa entre Europa e América Latina, também adquire sentido no âmbito de comparações intra-européias, na medida em que possa ser interessante examinar de que maneira o conflito ideológico sobre a proteção social se insere nas mediações institucionais dos diferentes países, ao mesmo tempo em que

as transforma (Ashford 1986). Por outro lado, é necessário sublinhar que uma comparação intra-européia, que levasse em consideração os países nos quais o Estado-Providência não se encontra fundamentado no compromisso social-democrata, deveria ater-se a reconstruir a tipologia neo-corporativista segundo o grau de corporatização dos interesses. Assim, em um país como a França, a mediação institucional não passa por instâncias centrais e monopolísticas da negociação macro-social, mas por um corporativismo setorial que abre espaço para a força das profissões (Jobert & Muller, 1987).

BIBLIOGRAFIA

ALALUF, M. 1985, "Work and Working Class" in **Social Democracy and after, Socialist Register,** p. 455-475.

ASHFORD, D. 1989, "L'Etat-providence à travers L'analyse comparative des institutions", in **Revue Française de Science Politique,** nº 3, juin, p. 276-295.

BERGOUNIOUX, A,. MANIN, B,. 1989, **Le régime social-democrate,** Paris: Presses Universitaires de France.

CAWSON, A,. 1985, "Varieties of corporatism: the importance of the meso-level interest intermediation" in Cawson, A. (ed), **Organized Interests and the State,** Londres: Sage, p. 1-21.

COLLIER, D, COLLIER, R,. 1977, "Who Does What, to Whom and How: Towards a Comparative Analysis of Latin American Corporatism" in J. Mallou (ed), **Authoritarianism and Corporatism in Latin America,** University of Pittsburg, Press, p. 489-512.

CRISP, 1984, **La Sécurité Sociale Genèse, Mutations, Réformes,** dossier nº 19.

DOGAN, M., PELASSY, D, 1982, **Sociologie politique comparativa,** Paris, Economica.

EWALD, F., 1986, **L'Etat-Providnce,** Paris: Le Seuil.

GERMANI, G., 1965, **Política y Sociedad en una epoca de transicion,** Buenos Aires: Paidos.

IANNI, O., 1968, **O Colapso do Populismo no Brasil,** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

IANNI, O., 1975, **A Formação do Estado populista na América Latina,** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

JESSOP, B., 1979, "Corporatism, Parliamentarism and social Democracy", in Ph. Schimitter, G. Lehmbruch (ed). **Trends Toward Corporatist Intermediation,** Sage, Londres, p.185-212.

LACLAU, E., 1982, **Politics and ideology in marxist theory, Capitalism, fascism, populism,** Londres: Verso.

LAUTIER, B., 1989, **La genèse de L'Etat-providence en Europe et en Amérique latine, mimétisme, parodie ou voie alternativa?.** Comunicação apresentada no colóquio "Etat et politiques publiques: une comparaison Europe-Amérique latine". Brasília.

LEHMBRUCH, G., 1979, "Consociational Democracy, Class Conflict and the New Corporation" in Ph. Schimitter, G. Lehmbruch (ed), **op. cit.,** p.53-61.

LEHMBRUCH, G., 1979, "Liberal Corporatism and Party Covernment", **ibid.,** p.147-183.

LIEBMAN, M., 1986, "Reformism Yesterday and Social Democracy Today", in **Social Democracy and after, Socialist Register**, p.1-22.

MARQUES-PEREIRA, B., 1989, **Néo-corporatisme et comparaison historique entre l'Europe et l'Amérique latine**, Comunicação apresentada no colóquio "Etat et politiques publiques: une comparaison Europe-Amérique latine": Brasília.

MARQUES-PEREIRA, B., 1990, "La Dynamique du compromis social-démocrate", **Sociologie du Travail.**

MARQUES-PEREIRA, J., 1989, **Politiques sociales, marché du travail et légitimité au Brésil**, comunicação no colóquio "Etat et politiques publiques: une comparaison Europe-Amérique latine": Brasília.

MILIBAND, R., 1969, **L'Etat dans société capitaliste**, Paris: Maspéro.

NEDELMANN, B., MEIER, K., 1979, "Theories of Contemporary Corporatism Static or Dynamic?", in Ph. Schimitter, G. Lehmbruch (ed), **op. cit.** p.95-118.

O'DONNEL, G., 1977, "Corporatism and the question of the State" in J. Malloy (ed), **op. cit.**, p. 47-88.

POULANTZAS, N., 1968, **Pouvoir politique et classes sociales**, Paris: Maspéro.

PANITCH, L., 1979, "The Development of Corporatism in Liberal Democracies", in Ph. Schmitter, G. Lehmbruch (eds), **op. cit.**, p.119-146.

RANGEON, F., 1986, **L'idéologie de l'ntérét général**, Paris: Economica.

RIVIERE D'ARC, H., 1989, **Plaidoyer pour des études de cas**, comunicação apresentada no colóquio "Etat et politiques publiques: une comparaison Europe-Amérique latine": Brasília.

ROUQUIE, A., 1987, **Amérique latine Introduction à Extrême Occident**, Paris: Seuil.

SCHMITTER, Ph., 1971, **Interest Conflict and Political Change in Brazil**, Stanford: Standford University Press.

SHIMITTER, Ph., 1979, "Still the Century of Corporatism" in Ph. Schimitter, G. Lehmbruch (eds), **op. cit.** p. 7-51.

SCHMITTER, Ph., 1979, "Modes of Interes Intermediation. Models of Societal Change in Western Europe", ibid, p.63-93.

SERRANO, F., ARRIOLA, J., 1988, **Estado y polítca Social en la Economia Espanola**, comunicação apresentada no colóquio "Etat et publiques: une comparaison Europe-Amérique latine": Brasília.

TOURAINE, A., 1988, **La Parole et le Sang: Politique et Société en Amérique Latine, Paris: Editions Odile Jacob.**

Weffort, F., 1973 "Classes sociales y desarrollo social (Contribucion al estudio del polupismo)", **in A. Quijano, F. Weffort, Populism, marginalidad y dependencia**, Costa Rica.

ABSTRACT

The Wellfare State and neo-corporatism:
suggestions for a research hypothesis

This article faces the challenge of defining the welfare State on the basis of the different mediations from which social protection emerges. A discussion of the typology of corporatism developed by P. Schmitter and of his definition of neo-corporatism helps to show the way towards a dynamic and dialectic approach to the neo-corporatist model taken as a theoretical hypothesis. This would permit research in this field to avoid the risk of pressuposing one exclusive reference model – the european one.

RESUME

Etat-providence et néo-corporatisme:
suggestions pour une hipothèse de recherche

Cet article propose de définir l'Etat-providence en prennant comme point de départ les diverses médiations dans lesquelles s'insère l'émergence de la protection sociale. Une discussion de la typologie du corporatisme élaborée par Ph. Schmitter et de sa notion de néo-corporatisme permet de tracer le chemin qui mène à une approche dynamique et dialectique du modèle néo-corporatiste pris comme hipothèse théorique. Cette démarche éviterait le risque de suposer um modèle de référence unique – l'européen.

FERNANDES, Ana Maria – **A Construção da Ciência no Brasil e a SBPC.** Brasília: EdUnB/ANPOCS CNPq, 1990, 192p.

Maria Lucia Maciel
Departamento de Sociologia, UnB

Esta história precisava ser escrita. Esta a opinião de Ennio Candotti (presidente da SBPC) e de José Reis (um de seus fundadores), certamente secundada por todos aqueles que se interessam pela história e o desenvolvimento da ciência no Brasil.

Mas, para além de reconstituir pormenorizadamente os fatos que compõem essa história, o principal mérito do livro de Ana Maria Fernandes é o esforço – bem sucedido – de analisar e explicar as contradições internas do Estado brasileiro, as da própria SBPC e as que emergem nas relações entre os dois. Esse mérito é o de uma capacidade de análise sociológica que não só esmiuça o seu objeto mas, ao fazê-lo, contribui para a compreensão de um tema muito mais abrangente, a relação complexa entre sociedade e estado no nosso país.

Na verdade, este trabalho situa-se na esteira de uma tradição de estudos de ciência e tecnologia da Universidade de Brasília inaugurada com o já clássico **Ciência e Estado** de Regina Morel em 1976. Essa linha de pesquisa, que procura ao mesmo tempo alargar e aprofundar a compreensão do papel da ciência e da tecnologia no modelo de desenvolvimento no nosso passado recente, assim como no presente, encontra neste livro uma excelente demonstração da relevância do tema para o futuro imediato e de longo prazo.

A contribuição mais instigante da autora ao debate sobre ciência e estado no Brasil é a análise lúcida e esclarecedora dos confrontos – internos e externos à SBPC – entre "nacionalismo/internacionalismo" e pesquisa básica/pesquisa aplicada. Ao longo de seus eixos analíticos, a autora constrói uma explicação para posições aparentemente paradoxais: por parte do governo que "dá com uma mão e tira com a outra", expulsando cientistas e promovendo a "Operação Retorno", reprimindo o pensamento nas universidades e aumentando o financiamento à pesquisa, tudo em nome do binômio "segurança e desenvolvimento"; e por parte da comunidade científica, que critica, colabora, resiste, se manifesta como oposição e se encanta com o fomento à pesquisa.

É no encontro dessas contradições que a autora tem seus melhores **insights.** Ao analisar, por exemplo, a questão crucial da autonomia da SBPC, não apenas em relação ao Estado (do qual, no entanto, depende financeiramente), mas também com relação à sociedade civil (da qual, no entanto, faz parte). É também o caso quando elabora a idéia de que "militares forneceram as

condições materiais para que os cientistas começassem a agir como ideólogos", processo em que o regime militar procurava criar "um estrato de intelectuais orgânicos" para preencher um vazio ideológico na busca de uma legitimidade perante a opinião pública.

Nesse processo contraditório, ao longo do qual a SBPC redefinirá seu papel na sociedade civil, a comunidade científica reivindica a elaboração de uma política científica coerente, com a participação de cientistas. Os fatos parecem apontar, ao mesmo tempo, para uma certa ingenuidade política e para o fato de que "talvez fosse mais fácil combater uma política científica (contraditória) do que ações governamentais desconexas". (p. 110)

Uma característica da boa ciência é sua capacidade para gerar discussão. Este livro, sem dúvida, tem esta marca de qualidade e, por isso mesmo, não escapará às polêmicas e debates. Como bem observa Ennio Candotti em seu prefácio, "Prepare-se para escrever um novo livro: 'Alguns comentários sobre a SBPC', em três volumes" ...

A "qualidade orgânica" da comunidade científica é, sem dúvida, um desses pontos polêmicos. A autora demonstra inequivocamente os pontos e os momentos em que a SBPC se aproximou dos governos militares, mas haverá – inevitavelmente – os que discutirão a hipótese da colaboração. Resta, de qualquer forma, uma polêmica teórica interessante: a qualidade orgânica, tal como formulada por Gramsci, seria conjuntural? Ou melhor, a organicidade de um grupo é determinada por circunstâncias e conjunturas? E a organicidade só se define com relação a **um** grupo fundamental (o dominante) ou também pode referir-se ao grupo fundamental dominado? Enfim, a discussão está aberta.

Outra medida do trabalho científico bem feito é a contribuição que ele pode dar para futuras pesquisas no mesmo campo ou em campos afins. Além de estabelecer-se como um trabalho de referência para o estudo da ciência no Brasil, o livro já apresenta, em suas páginas finais, indicações e sugestões de temas abertos pelas questões colocadas, tornando-se, assim, por mais esta razao, leitura obrigatória para os que se interessam pelo nosso desenvolvimento científico.

A pesquisa exaustiva e pertinente e, sobretudo, o bom aproveitamento e análise lúcida do material coletado, traduzidos numa linguagem acessível, sem "ceintificismos" sufocantes indicam que o livro interessará a um público muito mais amplo que o que ele examina.

Para quem "milita" pelo desenvolvimento científico e tecnológico brasileiro, percorrer essas páginas que descrevem as "estranhezas e vicissitudes na história da SBPC" suscita, inevitaveimente, a idéia de que "plus ça change, plus c'est la même chose" ... Mas também instiga a continuar na luta ...

ENRIQUEZ, Eugène – **Da Honda ao Estado; psicanálise do vínculo social.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

Elimar Pinheiro do Nascimento
Departamento de Sociologia, UnB

Embora não seja necessário, Eugène Enriquez acha por bem criticar o

que ele denomina "as três concepções" sobre o Estado. A concepção marxista, por considerar unicamente o econômico, "esconde o político como fenômeno central de toda sociedade"; a concepção liberal, por oferecer uma representação asséptica da realidade social, "onde todos os cidadãos compartilham as mesmas normas, seriam compreensivos e tolerantes face às opiniões e ações divergentes", ignorando os "elementos trágicos do social"; a concepção autoritária, pois "só percebe o mundo sob a forma de um jogo cuja soma é nula", quando justamente a teoria dos jogos nos mostra que o mais comum são os jogos de soma não-nulas.

Para Enriquez, estas três concepções, embora falsas, enunciam, cada uma, "alguma coisa exata": a teoria marxista chama atenção para a luta subjacente e constante entre grupos sociais; a teoria liberal enfatiza o problema da aceitação das regras do jogo; e, finalmente, a teoria autoritária, a dificuldade em se chegar a um acordo que seja satisfatório para todos. Evidentemente que estas considerações são discutíveis, e pecam por uma excessiva simplificação. O forte do trabalho do professor francês, porém, não é a crítica da teoria social, mas antes o uso da teoria analítica para compreender o social, e neste, o lugar e a natureza do Estado. Particularmente do Estado Moderno.

Recorrendo a Sade, para quem o Estado Moderno "funda-se sobre a morte do Rei", sendo a "sociedade republicana uma sociedade dos amigos do crime", Enriquez lembra que os eixos que definem a origem das democracias modernas não são outros que: "a calúnia, o roubo, o assassinato, a prostituição e o adultério". Antes que entraves, elementos constituintes. Na origem do regime democrático encontra-se a luta interminável pelo poder entre irmãos, pois uma sociedade de igualdade é também, e fundamentalmente, uma sociedade de conflitos. A violência constitui o social, não lhe sendo algo decorrente ou justaposto mas integrante de sua própria essência.

Pelo desaparecimento do sagrado (personalizado no Rei, na rígida hierarquia social, na desigualdade de direitos e no domínio quase absoluto da cultura religiosa), tudo é permitido. A possibilidade do emergir luminoso do "estado natural" de Hobbes, do "eterno retorno" de Nietzche, para quem a verdade não depende de argumentos lógicos, mas da relação de forças, da violência, coloca a velha questão da possibilidade de existência e continuidade do social. Quem regulamenta os conflitos? Quem "expulsa" o império puro e simples da força? Se o crime funda a sociedade democrática, mas não pode ser tomado como referência, como escondê-lo? Como escamotear o real, produzindo um outro real? A resposta já está na pergunta, pela sua própria tradição: o Estado.

As aproximações do trabalho de Enriquez não são apenas com Sade, com Hobbes ou com a tradição contratualista. São muito mais extensas. Com o marxismo, por exemplo, são notórias. Marx, Engels e Lenin cansaram-se de repetir que o Estado "nasce das contradições irreconciliáveis entre as classes sociais". Assim, é a violência de classe que funda este organismo que se coloca "aparentemente, acima de todas as classes e grupos", vestindo-se de "representante dos interesses gerais".

Para os derivacionistas o Estado é absolutamente necessário para impedir a dilapidação da força de trabalho, permitindo assim, a reprodução do capital

e, com ele, da sociedade. Órgão de classe, capitalista coletivo, apresenta-se como assegurador dos interesses gerais, retendo a vontade destrutiva dos capitalistas individuais, impulsionados pela concorrência desenfreada da lógica do capital.

Em **Da Horda ao Estado** o seu autor dirá de forma similar aos derivacionistas, que o Estado retém o impulso de morte, mas não sem desgastes, e profundos. Não há uma expulsão mas uma transfiguração deste impulso. Não eliminado ele permanece sob novos signos. O preço a pagar encontra-se no fetichismo, na instituição de novos sagrados, entre eles o dinheiro, a mercadoria, o consumo. O fetichismo nos remete a um mundo despedaçado, despersonalizado, habitado por objetos parciais. A vida é mantida e assegurada à custa de medicamentos, de drogas, de alienações, de tentativas sempre infrutíferas e contínuas de reapropriação, do desejo permanente da normalidade, da repetição, do tempo pleno, do ser produtivo, do corpo belo. Pedaços de madeiras que dão sobrevida ao náufrago.

O ponto de partida do livro de Enriquez é Freud, ou melhor, suas obras sociológicas (Totem e Tabu, Psicologia das Massas e Análise do Ego, O Futuro de uma Ilusão, O Mal Estar na Civilização, Moisés e o Monoteísmo, Reflexões para os Tempos de Guerra e Morte). Porque tudo se inicia com a compreensão de como o social é instituído, do que permite o social se instaurar como tal. Empreitada que significa "descobrir os princípios gerais que presidem a organização". Evidentemente supondo-se que estes "princípios gerais" existem, e podem ser revelados.

O vínculo social, qualquer que seja, é vivenciado como uma relação com outros, com seres distintos. Aí se encontra o fio primeiro da meada: o ângulo freudiano da alteridade e de seu reconhecimento. Por isto mesmo o vínculo social apresenta-se, inicialmente, como trágico: o outro tem a possibilidade de ser tudo. O vínculo social apresenta-se também como angústia. O social se institui na luta contra a indiferenciação, na implantação da alteridade que é primeiro classificação (definição), segundo, separação (compartimentação), para finalmente tornar-se dominação (hierarquização). Nas palavras do próprio autor: "todo sistema de classificação inscreve no corpo social as normas que devem reger a vida em grupo, normas sempre legitimadas por uma lei (palavra fundadora que define a ordem do mundo, pronunciada um dia pelos deuses ou pelos grandes ancestrais, e que dá sentido ao grupo e à sua ação)". Dominação, sempre representada como algo distinto: o império da vontade divina, o império da lei (socialização).

O social, como conseqüência dos procedimentos de classificação, separação, dominação e representação, é uma obras masculina (as feministas que se cuidem), pois a "função paterna distancia o caos e abre o caminho da civilização". O feminino representa a indiferenciação, a relação orgíaca, caótica. É o corte simbólico do cordão umbilical (o segundo corte) que permite definir quem é quem (mãe e filho), instituindo a separação (proibição do incesto) e, em seguida, a dominação (do Pai). A morte simbólica do Pai, finalmente, institui o social (representação, ou, como preferem outros, fetichização do domínio).

O processo classificatório, que institui o outro, inicia-se pelo estabelecimento das diferenças de sexo e de idade. Diferenças evidentes, e naturais, que

instituem o social. Por esta mesma razão é que a dominação se inscreve inicialmente nestes espaços: dos homens sobre as mulheres e dos velhos sobre os jovens. Ampliando-se em seguida para a natureza e a criação de novos sagrados. A modernidade é o aperfeiçoamento deste processo, fruto da Revolução Francesa: "a dominação do dinheiro sobre o trabalho, do fetiche sobre as relações sociais, da potência genital (paterna) sobre as pessoas que se tenta permanentemente infatilizar, do signo sobre o esforço real (músculo ou cérebro)".

Para se compreender o significado e importância do trabalho de Enriquez é preciso ter presente que ele se increve em um movimento montante de obras de mesmo nível, ou seja, que tentam recorrer à teoria analítica para repensar o social (Marcuse, Kaufmann, Moscovicci, Aulagnier, Girard, Caillos, Gessain, entre outros). Não é o narcisismo o termo que "define" hoje a nossa cultura? Na França, mesmo espaços "sagrados", como o Laboratório do Professor Alain Touraine, são invadidos pela onda que ressurge. No Brasil, presente há algum tempo (vide os trabalhos de Jurandir Freire) promete dar o que falar no futuro (vide, proximamente, o trabalho de João Gabriel Teixeira).

PÉCAUT, Daniel – **Os Intelectuais e a Política no Brasil.** São Paulo: Ática, 1990.

Mariza Veloso Motta Santos
Departamento de Sociologia/UNB

O livro de Daniel Pécaut traz relevante contribuição às Ciências Sociais, no Brasil, especialmente neste momento em que o país experimenta uma nova travessia na configuração das representações e práticas em torno de diversas instituições sociais e culturais, com ênfase para as universidades, centros de pesquisa e entidades culturais.

Pécaut aborda, principalmente, as relações sobre política e cultura construídas pelos intelectuais brasileiros entre 1925 a 1982. A importância que alcança ao nos mostrar o modo de constituição das categorias "política" e "cultura", em especial o relacionamento que estas mantêm entre si, reside na postura radical que assume ao construí-las e operacionalizá-las sob um enfoque eminentemente histórico.

Dentro desse eixo, o autor não se fixa na rigidez daqueles que entendem a questão das representações coletivas sobre o Brasil como **um dever ser adequado ao país,** mas acompanha e ilumina o caminho percorrido pelos intelectuais – particularmente os cientistas sociais – quando da construção das categorias "política" e "cultura". Através de sua análise, o autor evidencia que ambas as categorias sempre estiveram permeadas pela idéia de **constituição da nação,** o que resultou numa forma de operacionalização muito específica, ou seja, centrada na discussão entre o "ser social" e "ser político", ou ainda, entre sociedade e Estado.

Nesse sentido, ao longo de todo o livro, dá forte ênfase ao contexto institucional, ao discutir o lugar de fala dos intelectuais e as condições sociais que moldam as suas diversas redes discursivas, desvelando, também, os conteúdos que passam a incorporar as idéias de "realidade nacional" e "formação da sociedade".

Ao trabalhar com a idéia de construção da nação, enquanto atividade necessária e legitimadora de um grupo social, concebe-a como algo intrínseco à própria identidade do intelectual brasileiro.

De igual modo, ao tratar da idéia de "missão", segundo a concepção da intelectualidade que analisa, entende que esta os teria induzido a adotar como padrão de conduta "cientffico-polftica", a relação permanente entre conhecimento e ação, o que os teria levado a acreditarem no cumprimento de sua "missão", enquanto protagonistas privilegiados da própria evolução histórica da nação brasileira. Oportuno é ressaltar que na avaliação dessa questão, Pécaut deixa transparecer a importância e a influência da corrente evolucionista no pensamento social brasileiro.

Em sua obra o autor demonstra, também, que os cientistas sociais pautaram sua trajetória quase sempre referenciados à necessidade de identificar e perceber o real, isto é, a sociedade brasileira, destacando sistematicamente suas dimensões polfticas e culturais. Somente essa postura, segundo tal grupo, é que viabilizaria a constituição da nação e a posição que deveriam ocupar, enquanto cientistas sociais, na própria estrutura social.

É Pécaut quem afirma: "Todos os intelectuais brasileiros mantêm laços com as "ciências sociais": a "sociologia" na década de 30, e uma mistura de sociologia e economia nos anos 60 e 70. Pois, as "ciências sociais" nada mais são do que o discurso que o Brasil faz sobre si mesmo e o indicador da posição que o intelectual ocupa no processo de constituição da nação brasileira."

O autor alerta, igualmente, para os riscos que correm alguns intelectuais, ao tentarem compreender e conceituar as representações de "polftica", "cultura" e "nação", a partir de um "realismo" que conduza tão-somente aos conceitos de **politização, culturalização** e **nacionalização.** Diz, porém, que não se trata, tampouco, de observar a interferência entre "campo intelectual" e "campo polftico".

Destacando tais perspectivas, Pécaut supõe que: "desde os pensadores de 1930, que delinearam em detalhes o esquema da boa organização social, até os de 1955, que imaginaram o desenvolvimento correto, todos se achavam igualmente persuadidos de que expressavam apenas o que **é**, de fato, o social e o que **é**, de fato, o desenvolvimento – estavam convencidos de que as idéias comandam diretamente o dever histórico. Nenhuma contradição entre estas duas certezas. Se abriu caminho à ideologia é porque esta brota sempre da recusa em admitir que a representação introduz, por si só, uma indeterminação no social."

Tal interpretação permite compreender melhor a persistência, no Brasil, da tendência à construção da idéia de nação, especialmente entre os cientistas sociais, o que explica a preocupação em elaborar um "projeto nacional". Essa tendência, é preciso que se enfatize, contribuiu sobremodo para a criação e

aceitação de inúmeros mitos políticos, os quais, inclusive, serviram como suporte fundador ao paradigma do nacionalismo.

A relação entre os intelectuais e o Estado no Brasil é discutida por Pécaut, tendo em vista dois fatores distintos. Primeiro, o modo de ser da identidade dos intelectuais, o que sempre os levou a se colocarem acima da sociedade e, neste particular, a se identificarem com o Estado. Segundo, a configuração do Estado, fato inconteste a partir da Proclamação da República, apesar da inexistência de instituições sólidas propriamente conformadoras da constituição de uma nação.

No contexto desse hiato entre sociedade e Estado, entende o autor que oa cientistas sociais passam a ocupar um espaço vazio e disponível, e que, precisamente por este motivo, puderam construir uma produção simbólica diversificada e rica, o que evidentemente muito contribuiu para a consolidação da história das idéias sociais no Brasil. Pécaut esclarece, contudo, que essa produção intelectual se referenciava, invariavelmente, à "nação", enfatizando suas dimensões políticas e culturais, assim como a identificação que essas dimensões mantinham entre si. É de se ressaltar, como exemplo, a prioridade dada – entre as décadas de 20 a 50 –, às proposições de organização da "cultura", ou da "sociedade", com a criação de inúmeras instituições e organismos, cujo agente implementador, seria, inexoravelmente, o próprio Estado.

Mas, afinal o que é uma cultura política para Pécaut? "(...) É um fenômeno de sociabilidade política e uma adesão implícita a uma mesma leitura do real. A sociabilidade política fica no seio de uma categoria social específica – no caso os intelectuais e as camadas intelectualizadas. Há um processo de comunicação tal que as idéias se transformam num sentido comum." (184)

A idéia síntese que estrutura todo o livro de Pécaut é a equação entre política e cultura que, de forma simplificada, é analisada em dois grandes momentos (**décadas de 20 a 50** e **décadas de 60 a 80**). No primeiro, os intelectuais extraem sua capacidade discursiva, sua autonomia e autoridade, de sua vocação nacional. Como decorrência, aponta que o discurso elaborado sobre a nação sempre teve como suporte a necessidade de organizá-la **racionalmente** enquanto tal, o que de fato ocorreu neste momento, significando a organização política através do Estado.

Num segundo momento (década de 60 a 80), a "razão da nação" passou a ser identificada com a categoria cultura e o conceito de sociedade civil alcança plena legitimidade.

É Pécaut quem acrescenta: "a equação cultura e política – assume sempre a forma da trilogia: desenvolvimento nacional, defesa da cultura nacional, emancipação política como resultado do desenvolvimento."

Mais especificamente, ao se reportar às décadas de 50 e 60, menciona a introdução de um novo termo na equação política e cultura. É a categoria POVO. Os intelectuais passam a identificar novos parceiros sociais, visando à rearticulação de seu discurso e de sua posição na sociedade.

A partir deste período a palavra-chave passa a ser democratização. A missão é construir a cultura para desvendar a nação. Só através da "consciência da realidade brasileira" seria possível construir um discurso político, capaz de propor a representação da nação através da restauração de um Estado legítimo.

Já ao analisar a década de 70, mostra que o debate nacional enfatiza a questão democrática, valorizando a necessidade da participação de múltiplos segmentos sociais na definição das políticas: "democracia é a 'idéia nova' a partir de 1975; é ao mesmo tempo, um modo de instituição do campo político e um modo de reconhecimento do social com suas divisões. O uso da palavra democracia difunde-se junto com a expressão sociedade civil."

Para o autor, o grupo dos intelectuais, no final da década de 70, passa por um processo de diferenciação, fruto da própria complexificação do sistema técnico-científico, o que propiciou o surgimento de interesses específicos. Neste contexto, os cientistas, ao invés de continuarem a se posicionar acima de outras categorias sociais, assumem nova postura, o que os conduziu a "rotinização" e favoreceu, inclusive, a sua inserção no sistema democrático.

O trabalho realizado por Pécaut estende-se até o início da década de 80, quando identifica que o discurso dos intelectuais passa a centrar-se predominantemente na questão da profissionalização. É ele quem acrescenta: "a referência à profissionalização assume uma importância crescente nas Ciências Sociais no decorrer do período 70 a 80. Renuncia-se a erigir as ciências sociais em "ideologia", à maneira isebiana e a formular um projeto nacional. Neste momento, busca-se reapropriar-se do privilégio da produção teórica pelos especialistas universitários em detrimento dos militantes políticos."

Por último, faz-se necessário mencionar ainda a constatação decorrente da análise que diz respeito à constituição e ao desenvolvimento de um pensamento social no Brasil, que muito contribuiu para inaugurar e consolidar a perspectiva da modernidade, ao incorporar ao universo simbólico do nacionalismo, a tensão entre universalismo e particularismo; o reconhecimento da diversidade cultural; a formação da cidadania; a postura crítica diante do "progresso", particularmente na discussão sobre industrialização e urbanização.

É também digna de nota a contribuição dada pelo autor à eliminação de visões excessivamente homogêneas sobre a história intelectual brasileira. Assim procedendo, não perde de vista tanto a especificidade das representações simbólicas do grupo considerado, quanto o lugar ocupado por estas representações no imaginário político-social brasileiro.

Apenas uma postura relativizadora e que desvende "por dentro" os mecanismos sociais que incidem na produção de categorias simbólicas é capaz de demarcar a especificidade de um grupo.

O trabalho de Pécaut é consistente e suscita inúmeras reflexões críticas e auto-críticas. Vale a pena conferir!

GARCIA Jr, Afrânio Paul – **O Sul: caminho do Roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social.** São Paulo, Marco Zero e Brasília, UnB/CNPq.

Fausto Miziara
Departamento de Sociologia, UnB

Este livro é a tese de doutoramento do autor, apresentada em 1983 no Museu Nacional/UFRJ.

O principal objetivo do trabalho é revisar algumas teses clássicas a respeito da relação entre a economia da **plantation** e as regiões industrializadas do país, principalmente no que se refere ao mercado de trabalho. A migração será o elemento através do qual se tentará explicar as modificações recíprocas advindas da coexistência de realidades sociais tão díspares.

Ponto de partida fundamental da análise é a mudança dos padrões de residência dos trabalhadores, que afeta diretamente as estruturas de poder, consubstanciadas na "morada".

A forma de se apreender estas mudanças é a pesquisa das histórias individuais, trajetórias que indicam as alternativas possíveis de ação de cada agente social. Dentro dessa perspectiva, percebe-se que a liberdade pessoal dos trabalhadores e a liquidação das relações de dependência pessoal não constituem condições suficientes para a efetiva proletarização da força de trabalho. Pelo contrário, podem permitir o surgimento ou desenvolvimento do campesinato. Esta afirmação lembra a argumentação de Claus Offe sobre a necessidade de uma ação estatal que garanta o efetivo assalariamente dos indivíduos "livres".

A estrutura da análise, portanto, está dada: a partir de um retrato da situação "original" das relações sociais típicas da **plantation**, o autor analisará as estratégias de reconversão dos diferentes agentes sociais envolvidos.

A relação básica no interior da **plantation** é estabelecida entre o senhor e o morador. Esta relação possui estatutos nitidamente estabelecidos. Assim, o morador é obrigado a trabalhar determinado número de dias da semana para o senhor, recebendo um salário aviltado em relação aos trabalhadores "libertos" (que não moram na propriedade). Em contrapartida, recebem uma casa e o direito de cultivar uma pequena área: o roçado. É importante que o roçado não seja suficiente para garantir a reprodução da unidade familiar do morador. Com isso a dependência pessoal se acentua, caracterizando a "sujeição".

A separação entre "sujeito" e "liberto" é complementada pela separação entre "agricultor", "agricultor fraco" e "alugado". O primeiro não se assalaria, o segundo se assalaria parte do tempo e o terceiro depende exclusivamente da venda de sua força de trabalho.

A partir dessa caracterização inicial dos agentes sociais inseridos na economia da **plantation**, o autor nos apresenta os limites da dominação tradicional, pilar desta economia. Estes limites são apresentados por três processos. O primeiro é a concorrência entre os grandes proprietários no mercado de cana-de-açúcar e seus derivados. Essa concorrência é acirrada com o surgimento das usinas e a eliminação gradual dos diversos engenhos. O segundo limite imposto é representado pelos deslocamentos maciços de mão-de-obra para o Sul. Com isso o trabalhador consegue fugir da "sujeição" e, eventualmente, acumular um capital suficiente para adquirir alguma terra. Por fim temos o surgimento de um novo quadro jurídico e de organizações que procuram implementar tal quadro. Com isso, os trabalhadores "sujeitos" passaram a adquirir direitos que ferem frontalmente as normas de "morada" e acabam por inviabilizá-la.

Frente à ruptura observada na dominação tradicional, os diversos agentes procuram estabelecer estratégias de reconversão social. A trajetória ascen-

dente dos pequenos produtores, no caso específico, é assegurada pela articulação de diferentes atividades produtivas. Assim, é a divisão de esforços da unidade familiar entre agricultura, criação e negócio (definido como a participação nas diferentes feiras da região) que explica a possibilidade de alguma acumulação.

A articulação entre agricultura e negócio não se dá de forma direta, com os agricultores vendendo o que produziram. Pelo contrário, eles vendem no atacado sua produção e adquirem outros produtos que vendem no varejo. Tal fato tem suporte em uma atitude racional de alocação diversificada do tempo e dos recursos financeiros da unidade doméstica. Uma ação que segue a mesma racionalidade é o fato de cultivarem produtos que podem ser consumidos pela família ou vendido no mercado. Esse tipo de lógica foge à velha fórmula de "economia do excedente", de José de Souza Martins. Produtos agrícolas são vendidos sem que tenham satisfeito as necessidades alimentares da família, para que se compre no mercado outros produtos considerados indispensáveis.

Esta trajetória ascendente pode ser bruscamente interrompida por problemas de saúde ou climáticos. Outro momento crítico é quando os filhos abandonam a casa paterna para constituírem nova família. Some-se a isso a crescente pauperização dos "agricultores fracos" e dos alugados. Tudo isso faz com que o assalariamento no Sul seja considerado quase indispensável em um determinado momento da trajetória familiar. Dessa forma, torna-se cada vez mais patente para os indivíduos ligados de uma forma ou outra à economia da **plantation** que "o Sul é o caminho do roçado".

A principal contribuição deste trabalho é questionar alguns dogmas: a respeito do comportamento "tradicional" do camponês e do significado da migração. Assim, o autor procura mostrar diversos exemplos que mostram a racionalidade presente no comportamento dos camponeses, seja na divisão entre agricultura e negócio ou na escolha dos produtos cultivados.

A migração, por sua vez, deixa de ser vista como o abandono de uma região "atrasada" em busca de melhores oportunidades. Tal fenômeno passa a ser visto como um êxodo temporário como forma de garantir a reprodução da condição social ameaçada. Assim, o migrante que retorna não é um fracassado.